



Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e seis minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

A Sra. Vereadora Rute Isabel Ramos Perdigão (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Deliberação n.º 776/2023 – Proposta n.º 34/2023 – GAP – Contratação para “Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos de contentores enterrados e semienterrados, do Município de Setúbal, pelo período de 6 meses” para os Serviços Municipalizados de Setúbal - Autorização prévia para assunção de encargos plurianuais decorrentes da contratação - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**
 - 2. Deliberação n.º 777/2023 – Proposta n.º 02/2023 – GADSEA – Estratégia de Educação e Sensibilização Ambiental do Município de Setúbal**
 - 3. Deliberação n.º 778/2023 – Proposta n.º 384/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 02/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a renovação do licenciamento Microsoft - Ratificação de adjudicação**
 - 4. Deliberação n.º 780/2023 – Proposta n.º 388/2023 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 4.ª ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipal e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
 - 5. Deliberação n.º 779/2023 – Proposta n.º 387/2023 – DAF/DICOR – Abertura do procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais 2024**

6. **Deliberação n.º 781/2023 – Proposta n.º 389/2023 – DAF – Prestação de contas e relatório de gestão consolidados relativos ao exercício de 2022**
7. **Deliberação n.º 782/2023 – Proposta n.º 390/2023 – DAF/DICONT/SERGEP– Apoio ao Vitória Futebol Clube**
8. **Deliberação n.º 783/2023 – Proposta n.º 391/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização de transmissão das participações sociais da empresa concessionária do direito de exploração do Edifício do Lago, sito no Parque do Bonfim, em Setúbal**
9. **Deliberação n.º 784/2023 – Proposta n.º 11/2023 – DRH/DIGAT – 2.ª Alteração ao mapa de pessoal aprovado para o ano de 2023**
10. **Deliberação n.º 785/2023 – Proposta n.º 09/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído**
11. **Deliberação n.º 786/2023 – Proposta n.º 386/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 15/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de Limpeza em estabelecimentos de ensino do Município de Setúbal, pelo período de 36 meses – Abertura**
12. **Deliberação n.º 787/2023 – Proposta n.º 20/2023 – DEB/SEA – Protocolo de aceitação do espólio fotográfico da Coleção Baptista para integração dos fundos documentais do Arquivo Municipal de Setúbal**
13. **Deliberação n.º 788/2023 – Proposta n.º 22/2023 – DEB/DIGEPE – Adenda aos Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho**
14. **Deliberação n.º 789/2023 – Proposta n.º 23/2023 – DEB/DIGEPE – Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho – Ano letivo de 2023/2024**
15. **Deliberação n.º 790/2023 – Proposta n.º 24/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama**
16. **Deliberação n.º 791/2023 – Proposta n.º 25/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Luísa Todi**
17. **Deliberação n.º 792/2023 – Proposta n.º 26/2023 – DEB/DIAPE – Plano de transportes escolares para o ano letivo 2023/2024**
18. **Deliberação n.º 793/2023 – Proposta n.º 385/2023 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 185/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços para contratação de artistas, backline e equipamentos vídeo no âmbito da Feira Santiago 2023 – Abertura**
19. **Deliberação n.º 794/2023 – Proposta n.º 96/2023 – DCDJ/DISOC – Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – PMIND 2023 – 2027**
20. **Deliberação n.º 795/2023 – Proposta n.º 103/2023 – DCDJ – Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a DGESTE – DSRLVT / Coordenação local do desporto escolar da Península de Setúbal e a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva de Alto Mar**
21. **Deliberação n.º 796/2023 – Proposta n.º 104/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
22. **Deliberação n.º 797/2023 – Proposta n.º 105/2023 – DCDJ/DICUL – Comissão do Círio de Nossa Senhora da Arrábida de Azeitão – Apoio financeiro**
23. **Deliberação n.º 798/2023 – Proposta n.º 106/2023 – DCDJ/DIDES – Pedido de apoio financeiro para a participação na Artistic World Cup 2023**



24. **Deliberação n.º 799/2023 – Proposta n.º 107/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Damas – Ações e eventos Desportivos 2023**
 25. **Deliberação n.º 800/2023 – Proposta n.º 108/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à “AONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão”**
 26. **Deliberação n.º 801/2023 – Proposta n.º 195/2023 – DURB – Declaração de caducidade da licença n.º 21/90 – Emitida pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra**
 27. **Deliberação n.º 802/2023 – Proposta n.º 196/2023 – DURB/DIPU/GAP – Reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional do projeto “Navigator Green Fuels Setúbal” - Processo n.º 847/23 - RETIRADA**
 28. **Deliberação n.º 803/2023 – Proposta n.º 197/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do Projeto de Arquitetura e Concessão da Licença de Demolição - Processo n.º 284/22**
 29. **Deliberação n.º 804/2023 – Proposta n.º 198/2023 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações ao Alvará de Loteamento n.º 1/2011 - Processo n.º 1046/04**
 30. **Deliberação n.º 805/2023 – Proposta n.º 199/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura – Obras de Alteração - Processo n.º 92/18**
 31. **Deliberação n.º 806/2023 – Proposta n.º 200/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reabilitação, alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 150/21**
 32. **Deliberação n.º 807/2023 – Proposta n.º 201/2023 – DURB/DIMOT – Conversão a sentido único da Rua dos Camponeses**
 33. **Deliberação n.º 808/2023 – Proposta n.º 202/2023 – DURB/DIMOT – Estacionamento privativo (dois lugares), na Av. Alexandre Herculano / Isenção do pagamento da taxa anual**
 34. **Deliberação n.º 809/2023 – Proposta n.º 203/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 15/22**
 35. **Deliberação n.º 810/2023 – Proposta n.º 204/2023 – DURB/GARIU – Hasta pública para atribuição do direito de ocupação de espaço público, para instalação e exploração de publicidade comercial de 14 painéis publicitários, na dimensão de 8mx3m, por um período de 48 meses, na União de Freguesias de Azeitão - RETIRADA**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Protocolo (DCTUR), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo emissão de alvarás, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 7 a 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que na última reunião da Assembleia Municipal o senhor Presidente, em resposta a um elemento do público que tinha feito uma intervenção, no caso um delegado sindical dos Bombeiros Sapadores de Setúbal, tinha dado indicação que no dia anterior, terça-feira, ou naquele próprio dia, quarta-feira, haveria condições para a realização de uma reunião, entre o Município, através da senhora Vice-Presidente, e os Bombeiros Sapadores. Tendo em conta que a reunião tivesse sido realizada naquele dia, teria que ter sido necessariamente antes daquela reunião de Câmara, atendendo aos constrangimentos de horário, disse que gostaria de saber quais tinham sido as conclusões dessa reunião, que tinha sido pelo senhor Presidente prometida.

Ainda relativamente aos Bombeiros Sapadores, tiveram com o executivo CDU já duas reuniões de âmbito privado para a apresentação de uma primeira proposta de regulamento interno dos Sapadores, e depois, de uma versão alterada com alguns contributos e algumas alterações que foram, entretanto, feitas. Já lá iam longas semanas, desde a última vez que falaram sobre o tema e, portanto, disse que gostaria de saber o que demorava a apresentação da proposta de regulamento, à Câmara Municipal para que sobre ela pudessem deliberar, ou se estava eventualmente na calha, algum outro conjunto de alterações que estivesse a atrasar aquele processo.

Colocou, também, uma questão relativamente ao “*geoportal*” do Município. O “*geoportal*” estava em baixo, tanto quanto sabiam já há alguns dias, foram alertados para a essa situação. Numa consulta breve, feita naquele momento, confirmaram que a mesma se mantinha, conforme a indicação do próprio site a licença não foi encontrada e, portanto, pensavam estarem perante idêntico constrangimento que já tinham tido com o portal “*VisitSetubal*”, que era a não renovação atempada de licenças. Portanto, gostariam de saber, atendendo àquilo que era importância do “*geoportal*”, na gestão daquilo que eram investimentos e projetos urbanísticos, se aquela situação seria resolvida num breve espaço de tempo, e qual era a perspetiva relativamente à solução da mesma.

Sra. Vice-Presidente – Disse que na Assembleia Municipal não ficou com o mesmo entendimento que o senhor Vereador do PS ficara, mas podia informar que enviaram dois e-mails para as duas associações sindicais, que representavam os bombeiros a propor uma reunião para segunda-feira de manhã, com uma das associações, e com a outra para segunda-feira à tarde. Até ao momento, ainda, não receberam resposta, portanto aguardavam pela disponibilidade dos sindicatos.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que relativamente ao “*geoportal*”, começava por agradecer o reconhecimento da importância do “*geoportal*” para os munícipes de Setúbal. De facto, houve um problema com a atualização do próprio “*geoportal*”, e a situação estaria resolvida nos próximos dias, até ao fim da semana.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse ter duas questões relacionadas com a questão do estacionamento tarifado.

Em primeiro lugar questionou se sempre que se avançava no território definido na concessão para marcação de lugares de estacionamento era suposto obedecer às regras definidas no código da estrada, nomeadamente, às normas definidas no seu artigo 49.º.

Em segundo lugar, tomando como boa uma resposta afirmativa à primeira questão, questionou quais eram os procedimentos adotados pelos serviços municipais, assumindo que aqueles serviços tinham uma ação fiscalizadora relativamente ao desenvolvimento dos pressupostos da concessão sempre que se verificava que a marcação, ou a definição no solo dos lugares de estacionamento não respeitava essas regras, nomeadamente em relação a passadeiras, paragens de autocarro, distâncias de segurança em curvas e cruzamentos.



Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que alguns munícipes referenciaram dificuldades no serviço de comunicação de leituras do consumo de água dos Serviços Municipalizados, através dos contactos telefónicos disponibilizados na fatura. Tendo chegado ao conhecimento deles que algumas dessas pessoas se deslocaram, inclusive, aos serviços para conseguir comunicar a leitura da água, e dessa forma evitar estimativas.

Questionaram se existia algum constrangimento identificado, e se o mesmo já se encontrava regularizado.

Pretendiam saber, também, qual o tempo médio de reparação de um buraco na via pública no Município de Setúbal. Eram vários os buracos identificados por toda a cidade, cuja reparação se arrastava no tempo. Deu um exemplo específico, há cerca de 4 ou 5 meses ocorreu uma intervenção, numa rua no centro histórico, devido eventualmente a um rompimento de um cano, encontrando-se um buraco com terra solta e um amontoado de pedras na porta de um prédio, e de um estabelecimento comercial da área da restauração. Os moradores e comerciantes reportaram nessa data a situação aos serviços. Na ausência de qualquer resposta reportaram-lhes a situação e, no dia 8 de maio, reiterou o pedido feito pelos moradores e comerciantes ao Gabinete de Participação Cidadã, até à data não ocorreu nenhuma intervenção no local. Muitos dos buracos existentes na cidade podiam contribuir para sinistros, evidenciavam a falta de manutenção, e causavam transtornos aos munícipes. Efetivamente as ruas eram de todos, e todos tinham a sua rua, e a cidade tinha de ser segura e justa para todos.

Perguntou ao senhor Presidente quanto mais tempo iam ter que esperar aqueles munícipes para ver aquela situação regularizada.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que na última reunião da Câmara foram ali abordados diversos temas sobre a Unidade Local de Saúde e, portanto, quis deixar em ata, até para depois a Vereadora Sónia Martins ter acesso, o Plano de Negócios da Unidade Local de Saúde da Arrábida.

Solicitou que o documento ficasse anexo à ata (conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 10)

Dirigiu-se ao senhor Presidente e disse que após ter anunciado em campanha eleitoral investimentos na ordem de 300 milhões de euros, num balanço e perspetiva de futuro, vinha o senhor Presidente da Câmara, com prejuízo de ser conhecido muito em breve pelo senhor milhões, anunciar mais milhões de investimento. Isso deixava-os satisfeitos, o anúncio desses milhões de investimento...

Sr. Presidente – Disse que já eram dois senhores milhões, o senhor também ficava satisfeito.

Sr. Vereador Fernando José – Apesar de baralhar aquilo que era o investimento privado, com o investimento da Administração Central com aquilo que, efetivamente, era o investimento da autarquia, ficavam satisfeitos com esses anúncios, mas cabia naquele dia ali, e sem que utilizasse aquela estratégia de ir buscar o Mata Cáceres, ou ir buscar o Governo, ou culpabilizar a oposição, cabia ali naquele dia, porque o senhor era o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, foi Vereador na Câmara Municipal de Setúbal, com responsabilidade até pelo urbanismo durante muitos anos, foi Presidente da Assembleia Municipal, atualmente era o responsável, era quem dava a cara por aquela coligação, cabia naquele dia ali, porque não podiam passar uma esponja sobre aquilo que foram os compromissos assumidos ao longo do tempo, pela CDU, cabia ali naquele dia perguntar o que era feito dos compromissos, que foram assumidos para com os setubalenses, e esperavam uma resposta de uma forma muito direta. Uma resposta sobre os projetos que apresentou.

O primeiro foi o projeto da Biblioteca Municipal de Setúbal. A Biblioteca Municipal de Setúbal foi apresentada, pelo Presidente Carlos Sousa em 2005. Foi apresentada em 2009, foi apresentada em 2013, em 2017, e à última hora novamente apresentada em 2021. Perguntou qual era o ponto de situação daquele projeto que tinha sido anunciado, mas que

presentemente, por artes mágicas, desapareceu desses projetos de milhões que estavam anunciados.

A construção da Cidade Desportiva, do novo Estádio do Bonfim. Tinha sido dito, há muitos anos, que as obras poderiam avançar no ano seguinte. Perguntou o que tinha sido feito da Cidade Desportiva, o que tinha sido feito desse projeto de Estádio, que a anterior Presidente num aniversário do clube ofereceu em maquete ao Presidente Fernando Oliveira. Perguntou o que tinha sido feito desse projeto, dessa Cidade Desportiva, que o Carlos Sousa chegou a lançar uma pedra, e que presentemente nem conseguiam encontrar essa pedra, mas a pedra foi lançada.

No dia 9 de julho de 2017, Maria das Dores Meira, anunciou que Setúbal ia ter 5 novos hotéis, em 5 anos. Perguntaram o que tinha sido feito desses investimentos assumidos pela Câmara Municipal de Setúbal, e que o senhor Presidente, na sua intervenção de perspetiva de futuro nem uma palavra, *“uma esponja por cima”*.

Depois, assinado em Macau, foram a Macau, *“não basta andar de chinelo e tomar banho na praia”*, como aconteceu no Brasil, aquando do anúncio de um projeto peregrinação de Salvador da Baía, com o nosso senhor do Bonfim: *“não basta andar de chinelo na praia e ir ao banho”*, era preciso concretizar depois os projetos. Perguntou, foram a Macau, assinaram o projeto com *Macau Legend: “vem aí um megaempreendimento”*, deu páginas de jornal, deu anúncios de tudo o que iria acontecer. Perguntou qual era o ponto de situação desse protocolo.

Disse acreditar que lhe iria responder, que não ia ter de fazer essa pergunta, por escrito, ao arquiteto Travassos. Acreditava que o senhor Presidente estaria em condições de lhe responder o que é tinha sido feito daquele megaempreendimento, que tinha sido anunciado aos setubalenses, com casinos, um investimento de mais 250 milhões de euros.

Disse que também tinha sido anunciado, e tinha sido estabelecido um protocolo, na qual a Câmara Municipal de Setúbal cedia um terreno para a construção de um Parque Aquático para atividades radicais. Vieram depois a saber que o terreno que a Câmara tinha cedido não se podia construir, porque era um terreno agrícola, mas a Câmara tinha assinado. Era o mesmo que entregar um *“Ferrari”* sem motor a um piloto. Isso no dia 2 de fevereiro de 2019, *“Setúbal vai ter um parque aquático para atividades radicais, há um protocolo assinado com o investidor”*. Entregou documento para ficar anexo à presente ata (registado sob o n.º 11). Perguntou qual era o ponto de situação. Aquilo que queriam saber era o ponto de situação daqueles projetos, porque existiam protocolos assinados.

Não bastava vir naquele momento anunciar novos investimentos, que eram positivos, muitos deles tinham conhecimento, até do trabalho que a Administração Portuária fazia para trazer, também da parte do Governo, em articulação com a Câmara Municipal de Setúbal, sabiam disso, mas aquilo que falavam eram daqueles projetos anunciados aos setubalenses.

Depois, o Terminal 7...

Sr. Presidente – Disse que estava a ver que se esquecia disso, até se preparava para lhe lembrar isso.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o Terminal 7 também tinha sido anunciado por Maria das Dores Meira: *“promoção de iniciativas lúdicas comerciais a instalar na Frente Ribeirinha”*. Não foi a oposição, nem foi o Mata Cáceres que foi ali anunciar, foi o seu executivo, foi o senhor Presidente, foi a sua antecessora. Se aquilo era continuar Setúbal, o senhor Presidente ia ter que responder.

Questionou novamente o que tinha sido feito daqueles projetos.

Por fim, perguntou o que tinha sido feito da Cidade do Conhecimento. Foi ali também anunciado, um novo projeto, 800 milhões de euros de investimento. Questionou o que tinha sido feito da Cidade do Conhecimento.

Pediu ao senhor Presidente que lhes explicasse, a oposição tinha o direito de saber, qual é que era o ponto de situação daquele projeto da Cidade do Conhecimento. Tinha sido

constituído um Conselho Consultivo, com várias entidades. Questionou quantas reuniões foram realizadas, quando se realizou a última reunião, e o que tinha sido feito daquele projeto. Questionou se a Câmara Municipal de Setúbal ia construir habitação de renda acessível ou renda apoiada. O senhor Presidente numa entrevista que deu disse que ia ser de renda acessível. Perguntou se teria sido um erro ou iria substituir ao IHRU também.

O senhor Presidente umas vezes dizia haver negociação com a empresa da Datarede, outras vezes que já não havia negociação, umas vezes dizia que havia conversações, outras vezes dizia que não havia conversações, já não sabiam às quantas andavam. A verdade era que o tempo ia passando, o estacionamento ia sendo alargado na cidade, a contrapartida “*nem vê-la, parques de estacionamento subterrâneo nem perspectivas de obras a começar*”, portanto, gostariam também, sobre aquela matéria, de perceber qual é que era o ponto de situação. Porque havia uma coisa que era certa, e estavam de acordo, os senhores da CDU chegaram à conclusão, que aquele contrato de concessão continha vários erros. O primeiro desde logo tinha a ver com a contrapartida. Já o reconheceram, estavam a “*emendar à mão*”. Relativamente ao alargamento excessivo de estacionamento tarifado a zonas residenciais, também já o perceberam, estavam a “*emendar à mão*”. E, relativamente à questão do estacionamento subterrâneo, também estavam atrapalhados com a situação, estavam a ver onde é que iam fazer, se iam fazer, ou não iam fazer, lançaram de uma maneira e atualmente estavam a retificar.

Portanto, aquelas questões cabiam ao senhor Presidente esclarecer.

O senhor Presidente esteve em Azeitão, e saudavam a evolução que a CDU teve, porque durante muitos anos, e até na última campanha o Partido Socialista apresentou como proposta a construção do pavilhão gimnodesportivo em Azeitão e outro na D. Manuel Martins.

Aquilo que era a posição da CDU era continuar a protestar e reivindicar a construção dos pavilhões. Tinham evoluído, estavam satisfeitos com isso, concordavam quanto a essa necessidade, mas o senhor Presidente em Azeitão anunciou a construção de um pavilhão e anunciou presentemente a construção de um pavilhão em Setúbal, mas na perspectiva que fez, já não voltou a falar do Pavilhão de Azeitão. Perguntou se o Pavilhão de Azeitão desapareceu por artes mágicas, ou era um Pavilhão que iria da Manteigada até Azeitão, se eram dois pavilhões, acompanhavam, ou era só um Pavilhão, e o Pavilhão de Azeitão já tinha caído, ainda antes de se ter colocado um único tijolo.

Portanto, era isso que precisavam de saber, eram respostas concretas, respostas diretas, de qual o ponto de situação daqueles projetos, que foram anunciados pela CDU. E, o senhor presentemente era o rosto principal da CDU em Setúbal, e, portanto, cabia-lhe a si responder qual o ponto de situação relativamente àqueles projetos.

Sr. Presidente – Disse que ia começar pelo princípio.

Dirigiu-se ao senhor Vereador Joel Marques e disse que quanto às reuniões com os Sapadores, pensava que a senhora Vice-Presidente já tinha dado resposta. Certamente que o senhor Vereador não estaria à espera que na segunda-feira à noite dissesse ao sindicato que iam marcar “*amanhã ou depois de amanhã*”, uma reunião. Sabiam como as agendas eram bem carregadas, mas o senhor vereador, se calhar, não tinha noção disso. O que disse é que iam marcar a reunião “*amanhã ou depois de amanhã*” - e isso tinha sido dito na segunda-feira à noite. Portanto, como a senhora Vereadora já tinha dito, as reuniões já estavam marcadas, não tinham era tido resposta. Portanto, essa pressa toda do senhor Vereador, isso era para quem não estava a tempo inteiro, compreendiam. Mas aquilo que foi o compromisso estava garantido. As reuniões já tinham sido marcadas, ou pelo menos tinha sido proposto datas para as reuniões com os sindicatos dos bombeiros.

Relativamente à questão do regulamento, como o senhor Vereador sabia, nas reuniões que tiveram ficou claro que aquela questão dos bombeiros, não era só uma questão dos Bombeiros Sapadores de Setúbal, embora fosse nesses que lhes interessava diretamente, mas o problema dos bombeiros era uma questão mais vasta, e como certamente sabia,

existia uma Comissão na Associação Nacional de Municípios que tratava daquela matéria e que tratou dela insistentemente nos últimos tempos.

Aquilo que eram as decisões da Associação Nacional de Municípios já tinham sido transmitidas ao Governo, e que punham, exatamente, em causa a sua não resolução, referia-se à proposta que tinha saída da Associação Nacional de Municípios sobre aquela matéria e que subscreviam. A proposta foi enviada ao Governo, já tinha confrontado pessoalmente a senhora Secretária de Estado da Proteção Civil, e tinha-lhe dito que já tinham recebido a proposta da Associação Nacional de Municípios. Pediu uma reunião ao senhor Secretário de Estado da Administração Local, há cerca de um mês e meio. Insistiram com o gabinete do senhor Secretário de Estado para uma reunião, porque era necessário clarificar aquela situação. Aquela situação que se vivia não interessava a ninguém, estava convencido de que nem interessava aos bombeiros, nem à Câmara Municipal, tinha a certeza disso, e, portanto, eram assuntos que mereciam ser tratados com urgência. Depois de tanta insistência, junto do Gabinete do senhor Secretário de Estado, receberam, na semana anterior, do Gabinete do senhor Secretário de Estado, uma resposta a dizer o seguinte: "O senhor Secretário de Estado, considera que não é oportuna esta reunião com o Presidente da Câmara de Setúbal porque o Governo está a aprofundar o assunto e, quando tiver alguma questão, marcará a reunião". Era naquele quadro da posição da Associação Nacional de Municípios, que era conhecida, era pública, com a qual concordavam relativamente à problemática dos bombeiros a nível nacional, não era dos Bombeiros Sapadores de Setúbal, mas que os envolvia também na maioria nos problemas que ali estavam colocados. Também falaram e tinha sido transmitido, porque tinham urgência em resolver aquele problema, que pediram pareceres sobre as posições que os sindicatos tomaram, para não ser os pareceres da Câmara Municipal dos nossos juristas, pediram pareceres a outras entidades, designadamente à CCDR, e os senhores tiveram acesso a esses pareceres, também tinha sido transmitido aos bombeiros esses pareceres.

Referiu que havia ali duas situações, que já tinha transmitido, as reuniões com os Sindicatos dos Bombeiros eram feitas com a senhora Vice-Presidente que tinha os Recursos Humanos, e que tinha a capacidade técnica a assessorar nessas matérias, eram questões técnicas, jurídicas e administrativas, e a outra questão eram as reuniões que mantinha com regularidade com os Bombeiros Sapadores, trabalhadores municipais, e que já estava marcada - pensava que para os primeiros dias de julho -, uma reunião com os trabalhadores bombeiros da Câmara Municipal e, portanto, essas reuniões mantinham-se, e as reuniões com os sindicatos também se mantinham, mas num quadro diferente, porque para isso era necessário haver, no seu gabinete essa capacidade técnica de assessoria que estava nos Recursos Humanos.

Portanto, teve oportunidade de dizer, na reunião que teve com os trabalhadores municipais bombeiros, de que aquele parecer, que os senhores tiveram conhecimento, que veio da CCDR, e de outros pareceres que também eram conhecidos, que não eram tão atuais, mas que iam no mesmo sentido de outras entidades, como era a Direção-Geral das Autarquias Locais, pensava ser essa entidade que do ponto de vista técnico tinha produzido há cerca de 2 anos um parecer que ia no mesmo sentido, e havia outra entidade, também governamental, um serviço...

(Vozes de fundo)

Sr. Presidente – ... Direção-Geral de Finanças, que tinham todos pareceres idênticos. Esses pareceres até foram concertados - da informação que tinha -, mas não tiveram consequências. O único parecer que lhes tinha chegado, foi aquele da CCDR, que os senhores Vereadores tinham tido acesso. Teve oportunidade de dizer aos bombeiros, era uma convicção que tinha, era que, naturalmente que a Câmara Municipal era obrigada a respeitar aqueles pareceres, porque eram emitidos por entidades inspetivas e, portanto, naturalmente que a Câmara Municipal os respeitava e os cumpria, mas tinham opinião sobre aquelas coisas, e aquilo que transmitiu aos trabalhadores bombeiros da Câmara Municipal foi

entenderem que quem trabalhava, e pelo tempo que trabalhava, devia ser pago, era um entendimento que tinham. E, portanto, só para que ficasse clarificada também aquela posição, relativamente a uma matéria de tão grande sensibilidade.

Dirigiu-se ao senhor Vereador e disse que o regulamento que estava numa fase avançada, não avançou mais porque, entretanto, a Associação Nacional de Municípios reativou a sua comissão, já tinha voltado a insistir na sua posição, e pediu ao senhor Secretário de Estado, uma audiência no sentido de falarem sobre aquela questão, quando é que as propostas que vinham da Associação Nacional de Municípios poderiam ser acolhidas, ou não, pelo Governo e, portanto, serem tornadas públicas e assumidas publicamente e que resolviam, designadamente aquele problema, daquele regulamento que em algumas partes, precisava de melhor aperfeiçoamento no sentido de não haver dúvidas do ponto de vista jurídico, relativamente ao que estava ali em causa.

Tendo em conta essa evolução, essa era a razão por que retiveram o regulamento, no sentido de as coisas ficarem mais clarificadas e, nessa altura, terem melhores condições para fazer o regulamento, ou seja, atualizar o regulamento. Era disso que se tratava, e, portanto, a iniciativa foi deles, como bem sabiam, e, portanto, o interesse era do executivo municipal, ou seja, achava que era de todo o executivo municipal, mas a iniciativa era do executivo que estava a tempo inteiro e que tinha responsabilidade da gestão do município.

Portanto, sobre aquela questão esperava que o mais rapidamente possível, aquela situação estivesse clarificada, também, ao nível do Governo, eventualmente da Assembleia da República, que teria de legislar, também, na sequência da posição da Associação Nacional de Municípios, mas que isso ficasse clarificado, no sentido de que também da parte deles, na relação que tinham com o Sindicato dos Bombeiros, porque respeitavam, procuraram sempre respeitar os direitos dos trabalhadores, e das suas organizações e, por isso mantinham aquela posição serena, mas preocupada, como não podia deixar de ser, tendo em conta o que estava ali em causa em termos da capacidade de resposta, e de bem-estar dos bombeiros, dos trabalhadores Bombeiros Municipais.

A senhora Vereadora Rita Carvalho já tinha respondido relativamente à questão do “*geoportal*”. Como todos sabiam, nas empresas e na administração, muitas vezes aconteciam aquelas situações técnicas. Naquele caso foi um problema de arrastamento de um processo que teve alguns problemas, mas como os senhores vereadores sabiam, já tinham passado ali, na Câmara Municipal, foram aprovados o lançamento de todos os procedimentos, e a regularização e todas aquelas situações. E, portanto, como a senhora Vereadora referiu, no final daquela semana, aquela situação estaria ultrapassada.

Pediu à senhora Vereadora Rita Carvalho para falar sobre a questão que o senhor Vereador Vítor Ferreira colocou, da forma como se acompanhava a ação do avanço do estacionamento tarifado.

Pediu ao senhor Vereador Carlos Rabaçal para falar sobre a questão levantada pela senhora Vereadora Patrícia Paz, da leitura, ou da dificuldade de acesso às leituras.

Sobre a questão dos arruamentos, o senhor Vereador Carlos Rabaçal também se poderia referir a isso, mas aproveitou para voltar a colocar ali uma preocupação muito grande, não era uma preocupação que afetava apenas a Câmara Municipal de Setúbal, afetava todas as câmaras municipais, em particular aquelas que recorriam mais a serviços externos, às empresas. Atravessavam um tempo de grande complexidade em termos da resposta às contratações que faziam. Abriam concursos, os procedimentos, mas chegava-se ao final do concurso e a empresa dizia que não tinha condições para cumprir o contrato. Isso implicava voltar ao princípio. Tinham casos desses, e tinham outros casos que surgiam, em que as empresas concorriam, e depois diziam que só podiam cumprir uma parte do contrato, a outra não tinha condições, não tinham trabalhadores, não tinham máquinas, etc. A questão era a seguinte, ou diziam: “*ok, então não cumprem o contrato integrar, nós avançamos para outro procedimento*”, avançar para outro procedimento significava mais 6 ou 8 meses, portanto, aquela questão dos buracos era isso. A situação tinha-se complicado bastante, e naquele momento atravessavam aquela situação.



Houve 4 lotes distribuídos em várias zonas do concelho, para haver um acompanhamento mais direto nas intervenções, o que aconteceu é que ganhou a mesma empresa, e agora a empresa só tinha condições para ter uma ou duas equipas operacionais, as outras estavam à espera que consiga os meios para o fazer. Aquela era uma limitação muito grande. Ainda naquele dia teve oportunidade de dar uma volta e alguns dos buracos que detetou na cidade, estavam felizmente tapados, mas havia de haver muitos outros, porque de facto aquela situação, depois do inverno, tinha-se agravado. Todos os anos aquilo acontecia, daquela vez foi mais generalizado. Deu aqueles exemplos, mas noutras áreas, com outros concursos de valores muito mais elevados, sentiam, também, que as empresas não correspondiam àquilo que era o normal, que era haver mais do que uma empresa a concorrer aos concursos. Quando iam abrindo concursos, de valores elevadíssimos, e viam que apenas havia uma empresa a concorrer, alguma coisa se passava e que era algo generalizado, não tinha a ver só com Setúbal. Era uma questão que a todos preocupava, e que a única expectativa era esperar, era ter a esperança de que aquela situação se alterasse, que a inflação fosse melhor controlada, que houvesse mais mão de obra, e que o preço, por exemplo, dos equipamentos, das viaturas, etc., que não demorasse um ano ou mais para se adquirir uma viatura. Num certo sentido percebia que as empresas concorriam, no sentido de quando chegassem ao final do concurso terem condições, mas efetivamente não tinham porque a situação era aquela. Era de muita preocupação.

Deixou essa nota de grande preocupação relativamente àquelas situações.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que compreendia aquilo que referiu, algumas das situações eram em calçada, pensava que isso alterava um pouco.

Sr. Presidente – Disse que naquele concurso de 4 lotes, havia as questões do alcatrão, ou seja, tapar os buracos com alcatrão e tapar os buracos na calçada. Foi tudo visto e aprovado ali na Câmara Municipal, o concurso e, naquele momento, quando foi para adjudicar, tinham-se confrontado com aquela situação. O senhor Vereador explicaria melhor, mas a situação era aquela.

Disse que já há muito tempo que o senhor Vereador Fernando José não tinha uma entrada daquelas, que já conheciam, ia-se repetindo ciclicamente: *“esta coisa de eu ser o senhor milhões... mas o senhor veio logo dizer que estava ao meu lado, e, portanto, ficamos dois senhores milhões”*.

(Vozes de fundo)

Sr. Presidente – Disse ao seu lado, no sentido de ficar satisfeito com os milhões: *“se o senhor acha que era o senhor milhões, então passa a ser dois senhores milhões”*, e achava que havia mais gente, muita gente, que também ficava muito satisfeita de estarem naquela fase de grande atratividade do território do Município de Setúbal para o investimento. Aquilo que tinha sentido necessidade, passado aquele tempo, dos efeitos da pandemia, de alguma preocupação por parte dos investidores em tomar decisões, em avançar com os investimentos, depois, aquela questão também, da inflação e daquilo a que se referiu anteriormente, daquela situação de grande instabilidade e preocupação, mas o que verificaram era que, por exemplo, relativamente ao imobiliário havia vários projetos, projetos muito interessantes, que estavam prontos para ser licenciados, mas, ficaram parados e não avançaram. E, no princípio de dezembro passado, promoveram uma reunião com esses grandes investidores. Convidaram esses investidores a participar nessa reunião, foi muito interessante, estiveram mais de 60 investidores, no Salão Nobre, e, para não ser apenas a Câmara Municipal a falar da importância de pedirem as licenças e avançarem com os investimentos, chamaram quem também acompanhava outro nível de investimentos, ou de investidores, designadamente, na área industrial, e na logística particularmente, e até na agricultura e nas energias. Chamaram a APSS, a SAPEC, e o AICEP, para o *“BlueBiz Global Parques”*, porque eles tinham um parque onde recebiam a instalação de novas empresas. E,

foram ali, falar da importância de haver mais construção em Setúbal, para dar resposta a esses investimentos que decorreram, aquelas coisas não aconteciam de um dia para o outro, eram processos que acompanhavam, sobretudo na área do urbanismo, eram processos, que às vezes decorriam durante anos, nas burocracias, nas decisões, e, portanto, às vezes esses processos levavam anos a acabar. Tendo em conta os investimentos que estavam identificados, grandes investimentos, e, os trabalhadores que vinham associados a esses investimentos, uns com mais rendimento, outros com menor rendimento - a questão era essa -, era preciso que os investidores no imobiliário, aqueles que tinham já os processos em condições de levantar as licenças, ou os que estavam em final do processo, que pudessem investir no sentido de criar as condições para que esses trabalhadores, que chegariam a Setúbal no final de 2025, início de 2026, tivessem condições para se instalar ou para se alojarem ali.

Naturalmente, que isso era muito importante para Setúbal, ter esses trabalhadores que vinham trabalhar para o nosso território, e para aquelas empresas que se iriam ali instalar ou para as que se iriam expandir.

Referiu um facto que era claro, e que já tinha sido tornado público, também só estava autorizado a falar desses, em que um dos investidores referiu que no seu projeto incluía a vinda de 140 técnicos superiores de topo, a sua grande maioria vinha do estrangeiro. Interessava-lhes, naturalmente, esses e todos os outros, mas esses também. Portanto, esse foi o apelo que fizeram aos investidores. Tinha finalmente resultado, quando chegaram ao final de maio, durante o mês de junho, alguns desses investimentos, estavam já a decorrer, e outros estavam a ser lançados.

E, desses estavam identificados 280 milhões de euros, ou seja, as obras que decorriam, obras que estavam em processo de desenvolvimento, com a instalação de estaleiros, etc., e obras que já tinham, também, licenciamento e, que iriam avançar rapidamente, conforme as informações dos serviços. Portanto, identificaram 280 milhões de investimento, e associado a isso, naturalmente, que viriam trabalhadores e, essa era a preocupação, era ter habitação, como todos sabiam atravessavam aquela crise da habitação, era que Setúbal tivesse condições para receber, para já, aqueles primeiros investidores. Também identificaram por áreas de investimento, grandes investimentos na indústria, alguns eram conhecidos eram públicos, aliás, o maior que até ao momento era conhecido, já tinha tornado público qual era o projeto, teve oportunidade de falar com alguns membros do Governo sobre esse projeto, a informação que tinha era que estava bem encaminhado. Teve oportunidade, na substituição dos "CEOs" das duas empresas, de receber há 15 dias, ou 3 semanas, voltaram a falar sobre o processo, e, portanto, estava tudo encaminhado no sentido de esse grande investimento vir a ali a ser situado. Associado a esse investimento, só para dar aquela nota, porque não podia falar de outros investidores, há dias, teve uma reunião, com o senhor Diretor-Geral da SAPEC, que lhe disse que já não tinha mais terreno, mais lotes, para instalar a procura, que estava orientada para Setúbal, alguns diretamente relacionados também com aquele grande investimento, e outros, de outras áreas.

Há dias, também foi público, veio o senhor Ministro das Infraestruturas para apresentar os projetos da produção de energia "offshore", e logo a seguir, apareceu um investidor para produzir as pás. Era apenas um exemplo, mas era só para dizer que, de facto, quando começava a correr, as coisas resultavam mesmo e, portanto, os investidores atraíam-se reciprocamente nos investimentos.

Portanto, estavam muito satisfeitos, dessa avaliação que tinham, em valor muito superior a 2 mil milhões de euros.

Naturalmente, como já tinha dito, não podia referir as empresas, isso teriam de ser eles a anunciar, ou quando levantassem as licenças, nessa altura poderia ser divulgado, noutra fase não o fazia, mas podia dizer que também na hotelaria, por exemplo, eram 5 investimentos em hoteleiros, falava daqueles que tinham licenciamento, ou estavam em vias de fazer licenciamento, e, portanto, isso também era significativo, numa cidade como Setúbal. Esperava que fosse rapidamente ratificado o PDM em Conselho de Ministros, e quando isso acontecesse, haveria pelo menos 2 grandes investimentos na área da hotelaria, que estavam

em processo final, ou pelo menos bastante avançado, mas que requeriam a ratificação pelo Conselho de Ministros do PDM. E, esses valores não estavam naqueles que referiu, porque o PDM não estava aprovado e não podia estar a falar de investimentos que não tinha a certeza de poderem ser concretizados, na dimensão e no volume que à partida era a expectativa deles e, também, naturalmente, do investidor. Era só para dar a ideia da forma como o território de Setúbal era atraente para todos aqueles investidores.

Falou, naturalmente, de grandes investimentos, não falava do investimento do “McDonald's”, não tinha presente o nome da empresa que ia fazer um investimento no Monte Belo - mais de 2 milhões de euros, tinha-lhe sido dito diretamente -, não falava desse tipo de investimentos, falava de grandes investimentos. Os pequenos e médios investimentos decorriam com normalidade e com maior facilidade no território. E, era também na sequência de tudo aquilo, que alguns investimentos que o senhor Vereador referiu, que foram anunciados ao tempo, que quando os investidores vinham junto deles, faziam reuniões com eles, faziam reuniões públicas, falavam dos investimentos, e tinham processos a decorrer nos serviços, naturalmente que eles se associavam a esses investimentos. Aquela questão do “Macau Legend”, para além de se terem feito conferências públicas, convidaram a Câmara Municipal - alguns responsáveis da Câmara Municipal -, para irem a Macau, ver os investimentos da empresa, o que pensavam fazer ali, etc., eles agiram de boa-fé naquele processo.

Não era quando alguém vinha, pedia reuniões, por exemplo, ao Presidente, e diziam assim: *“o que acha de um investimento, o que acha do interesse para o Município, deste investimento ou daquele”*, não falava desses investimentos nem tornava público, vinham, iam-se embora, iam para outros sítios, alguns ficavam. Quando os investidores vinham, faziam, conferências, o caso sobre a Cidade do Conhecimento, houve uma conferência. O investidor fez, ali nos Paços do Concelho, uma conferência, onde esteve presente e estiveram os vereadores, os nossos técnicos também, não sabia se o senhor Vereador esteve presente. Fez uma conferência ali, os processos estavam e estão no urbanismo, agora, o processo não se desenvolveu. Havia uma empresa contratada, por esse senhor, não se lembrava naquele momento do nome, mas era um senhor muito conhecido, que vivia nos Estados Unidos há muitos anos, e que fazia aquele tipo de investimentos pelo mundo, portanto, contratou uma empresa, que o representava ali e que tratava com os nossos serviços de urbanismo, e que tinha vindo a desenvolver aquela relação, ultimamente, de forma mais espaçada no tempo.

O senhor Vereador não conhecia, nunca esteve naquelas situações, mas era um facto que os investidores vinham, faziam conferências de imprensa, associavam-se, desenvolviam os processos no urbanismo, e à última hora entendiam que não, que não era ainda a altura ainda para investir, ficava para uma próxima. E o que eles haviam de fazer? Agiam de boa-fé. Agiam de boa-fé, no sentido de até garantir que o investimento fosse feito, o que estavam ali a fazer era isso. Era dar todas as garantias, o mais possível, dentro do que estivesse nas nossas possibilidades, técnicas, legais, no sentido de que o investidor viesse, e que o investimento fosse feito. Achava que isso era o normal, e, portanto, aquela forma do senhor apresentar ali as coisas: *“é a sua forma de estar, e de fazer, ok, tudo bem, nós respeitamos, mas temos de ser também muito sérios, muito realistas nestes processos”*, não eram coisas novas, eram coisas que aconteciam ao longo do tempo.

Andava ali há muitos anos, a tratar daqueles processos, naturalmente que conhecia aquelas situações, eventualmente, alguns daqueles projetos que estavam em desenvolvimento, alguns podiam não chegar ao fim, era normal, agora, enquanto estivessem a decorrer, e, na relação e na confiança que se estabelecia entre as partes, naturalmente que deviam criar todas as condições para que o investimento se fizesse, era esse o grande objetivo.

Relativamente ao Terminal 7 - até tinha pensado que o senhor Vereador se tinha esquecido -, e da Biblioteca, já tinham dito bastantes vezes, o senhor Vereador é que trazia sempre aquela questão ali, porque era a sua forma de estar na oposição, fazia o seu papel, também achavam interessante, mas já tinham dito dezenas de vezes, ao longo dos anos, que o projeto da biblioteca tinha sido feito num concurso público, num concurso ideias, com a ordem dos arquitetos, o projeto existiu, era de 2010, e o que disseram era que havia *“umas ameaças de financiamento”* do projeto, da construção, e o que era facto é que nunca houve, pensava

que tinha acabado mesmo por se concluir que não havia fundos comunitários para bibliotecas. Embora a biblioteca fosse um compromisso deles, mas ficaram sempre na expectativa de sendo um equipamento público, de interesse público, tão importante para a sociedade setubalense, porque é que retiraram as bibliotecas do cofinanciamento, naturalmente que ficaram na expectativa de a questão ser resolvida. Como, por exemplo, parecia que ia ser resolvido o problema do financiamento das escolas.

(Vozes de fundo)

Sr. Presidente – Também já andava ali há uns anos, muitas promessas, mas depois era preciso que chegasse o dia, e que se visse com clareza *“preto no branco”*, como se costumava dizer, como o nosso povo sabia, em que soubessem *“as linhas com que nos podemos coser”*, relativamente aos investimentos nas escolas.

Consideravam e continuavam a considerar que a biblioteca era um investimento, era um compromisso que tinham.

Relativamente ao Terminal 7, o tempo passou, havia outros projetos para aquela zona do território, havia outros investimentos que iam ser feitos, naquela zona do território e, que tinha a ver com novos desenvolvimentos da sociedade, da procura que existia, *“é assim a vida”*. A biblioteca era uma questão que não podiam prescindir *“assumimos esse compromisso”*, relativamente ao Terminal 7 não era o mesmo. Se havia outros investimentos do mesmo tipo, mas algo diferentes, que tinham a ver com todo um desenvolvimento da náutica, etc., que davam projeção, nome a Setúbal, que promoviam Setúbal e Setúbal tinha uma grande atratividade nesse domínio, naturalmente, que tinham de acompanhar, também, aquela evolução. Portanto, sobre a questão o Terminal 7, o assunto estava arrumado. Esperava que fosse a última vez, sobre aquele assunto.

Relativamente à Biblioteca, já tinha tido oportunidade de dizer isso, na Assembleia Municipal, era também uma pergunta dos senhores deputados do Partido Socialista, havia um compromisso da CDU, de avançar com a obra da Biblioteca. Oportunamente iria anunciar como isso iria acontecer. Portanto, o compromisso existia, mantinha-se, só não aconteceu naquele tempo, fizeram tudo o que dependia deles, Câmara Municipal, depois não houve aquilo que era a expectativa, o cofinanciamento, e, portanto, isso tinha-os impedido de avançar. Sobre isso ficava mais outro compromisso, para oportunamente falar sobre essa questão da Biblioteca.

Havia outra questão interessante, que o senhor Vereador colocou, que era importante esclarecer. O senhor Vereador disse que eles reclamavam ou protestavam, devido à falta dos pavilhões desportivos em Azeitão e na escola D. Manuel Martins, e que finalmente decidiram construir: *“um pavilhão na Manteigada e um pavilhão... senhor Vereador cuidado, cuidado, nós não fazemos estas coisas assim”*. Faziam aquilo que achavam que era fundamental para as nossas populações, e mais, não se substituíam, recusavam-se a substituir-se a quem tinha responsabilidades e não as cumpria. Em determinados casos, concediam, como era o caso da saúde, que era bem exemplificativo, em que assumiram, e tinham-se substituído ao Governo na construção de um Centro de Saúde. E, iam-se substituir, como já estava prometido, na construção de outros centros de saúde, mas isso era porque estava em causa a saúde pública e era muito grave.

Não deixavam de atribuir responsabilidades a quem as tinha, que era o Governo, aquele e os outros, porque era o Governo que tinha a obrigação de naquilo que era a direção do aparelho do Estado, naquilo que era a gestão e os investimentos, das políticas de investimento, cabia-lhes essa responsabilidade, independentemente fosse qual fosse o Governo, para eles era fundamental, as leis eram para cumprir, podiam não concordar e criticar as leis, mas cumpriam as leis, e, portanto, se cumpriam as leis, também exigiam que quem tinha responsabilidade de cumprir as leis que o fizesse. E, sucessivos governos, falava dos pavilhões, mas em Setúbal poderiam falar de tanta outra coisa, a começar pelo Convento de Jesus, mas os pavilhões desportivos das escolas de Azeitão e D. Manuel Martins, eram da responsabilidade do Governo, e, portanto, não faziam obra de novos pavilhões para substituir

aqueles. Se fosse assim tinham afirmado isso senhor Vereador, não afirmaram isso, e mantinham essa posição. Aquilo que faziam era para ir de encontro às necessidades do Movimento Associativo, no caso, da prática do desporto em Setúbal e em Azeitão, não era para substituir os pavilhões das escolas, porque esses eram para a comunidade escolar, eram dedicados, eram da lei, era da obrigação do Estado, exceto se houvesse acordos.

Como sabia, e deram bem conta disso, estavam disponíveis para fazer acordos de colaboração, parcerias, mas atenção, isso tinha que ser discutido com eles, tinha de ser avaliado com eles, e eles, Câmara Municipal, como era óbvio, verificarem se *“esta situação, ou aquela situação”*, assumiam ou não assumiam. A colaborar estavam sempre disponíveis, mas nas parcerias tinham de saber do que falavam, e, portanto, sobre aquela matéria não houve nenhuma negociação, e, como não houve, mantinha-se a posição deles. Continuavam, assim como a comunidade educativa de Azeitão, a reivindicar um pavilhão desportivo para a escola de Azeitão. Não iria falar naquele momento das escolas, fariam noutra altura, falavam dos pavilhões desportivos.

Relativamente à escola D. Manuel Martins, era o mesmo, nos termos da lei precisava de ter um pavilhão desportivo, e, portanto, cabia ao Estado construir o pavilhão desportivo. Era essa a posição que tinham, para que ficasse claro, porque o senhor já estava ali: *“andavam a reivindicar um pavilhão desportivo para a escola de Azeitão, mas agora decidiram fazer o pavilhão, separemos as águas para não haver confusões”*. E, ainda bem que o senhor Vereador colocou essa questão, que era para ficar claro. As coletividades de Azeitão, tinham-lhes manifestado esse interesse, dentro daquilo que era a sua atividade, de ter outro equipamento desportivo em Azeitão, ponderaram e decidiram comprometerem-se que naquele mandato iria avançar para a construção do Pavilhão Desportivo em Azeitão, mas era para aquele efeito. E, deixavam as escolas para outra altura.

Relativamente ao Pavilhão Municipal da Manteigada, passava pela criação de melhores condições à prática desportiva com o envolvimento das coletividades.

Referiu que as coletividades tinham dificuldades em cumprir horários para a prática desportiva, sendo que os equipamentos estavam esgotados. Tratava-se de um compromisso estabelecido com o movimento associativo, no sentido de dar resposta às coletividades e à população em geral, reforçando na Manteigada com o complexo desportivo existente, que tenderia a ser reforçado. Aquela era a visão de que os grandes equipamentos desportivos deveriam situar-se naquela zona, onde havia condições de espaço para a sua instalação e em termos de acesso da população. Em termos de planeamento urbano era qualquer coisa de normal e era isso que seguiam.

O senhor Vereador Fernando José referira que o executivo CDU anunciou a construção do parque aquático em terrenos que não eram da Câmara. Uma vez que aquele processo já tinha algum tempo, solicitara à senhora Vereadora Rita Carvalho que esclarecesse a última fase daquele processo, para que todos ficassem melhor elucidados sobre o que se passava. A forma como o senhor Vereador colocava as questões, na realidade as questões eram um pouco mais sérias. Julgava ter esclarecido o senhor Vereador e agradeceu-lhe pelo fato de ter colocado aquelas questões, porque permitia ter conhecimento da iniciativa da Câmara Municipal.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que face às questões colocadas registara a forma transparente como o senhor Presidente falara daqueles projetos, tendo ficado com um conhecimento claro, relativamente a projetos que foram anunciados, que os mesmos morreram, tal como aconteceu com os projetos para o Terminal 7 e o Macau Legend.

Sr. Presidente – Disse pretender que as pessoas que os ouviam, não ficassem com dúvidas relativamente às questões. Macau Legend era de entre outros investimentos, o projeto da Marina. O projeto da Marina tinha prazos de desenvolvimento, poderia ser a Macau Legend como tantos outros que poderiam concorrer à Marina, para os projetos poderem ser reativados. O Terminal 7, nos termos em que tinha sido anunciado, o senhor vereador poderia dizer que morreu, no entanto, relativamente aos outros, não poderiam dizer que morreram.



Sr. Vereador Fernando José – Referiu que apesar de não terem a experiência de estar no executivo municipal, no entanto, naquela bancada já tiveram alguém com a experiência autárquica de executivo e experiência de dirigentes em várias áreas. Quem ali estava, para além da política, também tinha uma atividade profissional devidamente reconhecida. Disse que o senhor Presidente falava em confiança e em seriedade, pelo que entendia que deveriam ser sérios da forma como abordavam e demonstravam confiança perante a população, no entanto, aquilo que aconteceu com sucessivos anúncios de projetos apresentados e que os senhores na altura não tinham a certeza se iriam concretizar ou não, levava a prudência a que não fizessem os números que fizeram. Aqueles projetos foram anunciados na Câmara Municipal de Setúbal ao lado da anterior presidente da Câmara Municipal de Setúbal.

Sr. Presidente – Ao lado dos investidores.

Sr. Vereador Fernando José – Os investidores iam falar com a Câmara Municipal de Setúbal, os projetos desenrolavam-se, mas não andavam nas primeiras páginas a dizer que tudo aquilo iria acontecer e depois não acontecia nada. Aquilo não seria dar confiança, seria andar a enganar os setubalenses. Na verdade, aqueles projetos não se concretizavam. Relativamente à Biblioteca Municipal, o senhor Presidente dizia que finalmente iria ser uma realidade, à qual acreditava que iria ser encontrado um fundo que viesse da Administração Central ou de fundos comunitários para resolver o problema.

No entanto, em 2005, Carlos Sousa anunciara a construção da biblioteca e em 2009 serviu para a campanha eleitoral, no entanto, servira para a campanha eleitoral em 2013, em 2017 e em 2021 voltara a surgir na campanha eleitoral, mas em nenhum ponto do “outdoor” referia que se tratava de um compromisso da CDU, que só seria concretizado se viessem fundos comunitários, mas, na verdade, é que não se concretizou desde 2009, até ao presente.

Aqueles projetos, como o Terminal 7, as sucessivas promessas de construção da nova biblioteca, a questão da Cidade do Conhecimento, da qual questionou quantas vezes se reuniu o conselho consultivo e qual foi a última vez que o conselho consultivo se reuniu, o senhor Presidente não respondera.

Relativamente à questão do Wake Park, disse conhecerem o processo muito bem, havia um protocolo da Câmara Municipal de Setúbal a ceder o terreno, o qual tinham no seu poder.

Sr. Presidente – Questionou o senhor Vereador Fernando José, se tinham votado, ou não, o referido protocolo.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que votavam como membros da oposição e como tal não tinham acesso a toda a informação, acreditando naquilo que lhes era apresentado. Questionou se o senhor Presidente estaria a dizer que deveriam desconfiar de toda a documentação que lhes era apresentada.

Sr. Presidente – Disse que era uma novidade que não seria da parte do senhor Vereador Fernando José.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que teriam de começar por desconfiar. Relativamente à Macau Legend, referiu que os senhores Vereadores da CDU foram a Macau assinar o documento e andaram a anunciar com fotografias nas primeiras páginas do jornal, passaram-se vários anos e nada se sabia.

Sr. Presidente – Disse ser normal a confiança na relação com os investidores.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a confiança era coisa que os setubalenses já não tinham naquele executivo.



Relativamente à Cidade do Conhecimento, o executivo CDU tinha recebido o investidor que já tinha estado no Cartaxo, cujo projeto não resultara, tendo vindo para Setúbal, pelo que seria mais do mesmo.

Sr. Presidente – Disse que já tinha explicado ao senhor Vereador Fernando José.

Sr. Vereador Fernando José – Agradeceu a explicação por parte do senhor Presidente. Relativamente ao Convento de Jesus, um dia iriam falar sobre o processo do mesmo, porque em 2001, quando o Partido Socialista saíra da Câmara Municipal de Setúbal, o processo estava todo concluído, mas quem o deixara cair tinha sido o anterior Presidente Carlos Sousa, que atualmente já não era camarada da CDU.

Sr. Presidente – Recordou o senhor Vereador Fernando José que, nessa altura, estava na Câmara Municipal de Setúbal. Disse que existia um cartaz que tinha permanecido até 2008 quando o executivo CDU começara a tratar do referido processo.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que as questões apresentadas pelo senhor Vereador Fernando José eram legítimas, em pretender saber como estariam a evoluir alguns dos processos anunciados e até aprovados em reunião de Câmara. O mesmo não se poderia dizer das questões que ficavam indiciadas relativamente a algum favorecimento, a processos mal-acompanhados, pelo facto de a câmara ter autorizado ou cedido terrenos sem capacidade construtiva. Tudo aquilo não se poderia dizer, não seria sério e não era verdade. Se o senhor vereador Fernando José pretendia mais informação, a qual já tinha sido dada em reunião de câmara ao senhor Vereador Joel Marques, sugeriu que reunissem para obter toda aquela informação, no entanto, o senhor Vereador não poderia fazer declarações públicas na reunião de câmara, dizendo que a câmara fez ilegalidades. Caso a câmara tivesse feito as tais ilegalidades, o senhor Vereador deveria ser mais claro naquilo que disse.

Relativamente ao processo do “Wake Park”, disse que houve um investidor interessado que tinha um parceiro interessado em fazer um “Wake Park” no município de Setúbal. Sendo necessário um estudo de impacto ambiental, entre outros procedimentos, em que um dos elementos instrutórios seria com o proprietário do terreno, que naquele caso seria a Câmara Municipal de Setúbal. A Câmara articulou e apresentou em reunião de Câmara um protocolo e uma proposta de arrendamento, o qual previa, entre outras coisas, compromissos do promotor, de serviços públicos a oferecer à cidade.

O estudo de impacto ambiental era um processo muito complexo e demorado, porque houve várias entidades e várias especialidades, uma das entidades ouvidas foi a DRAP – Direção Regional de Agricultura e Pesca, porque havia parte da parcela que tinha terrenos de Reserva Agrícola Nacional, a qual não se pronunciou, sendo que o parecer foi favorável condicionado aos pareceres emitidos. No âmbito do licenciamento, com o estudo de impacto ambiental favorável, a DRAP veio dizer que não considerava aquela ocupação, quando não o tinha feito dois anos antes. O terreno cedido tinha capacidade construtiva, o projeto que tinha sido validado pela câmara e o parecer emitido pela câmara tinham capacidade construtiva, sendo que de outra forma a câmara não poderia aprovar. Desconhecia se o senhor vereador tinha algumas questões mais profundas relativas à capacidade construtiva, que seria uma inverdade.

O que estava em causa naquele momento, considerando o estudo de impacto ambiental realizado e a fragilidade de ausência de parecer da DRAP no que dizia respeito à Reserva Agrícola Nacional, tinha sido reiniciado o processo junto da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, para pedir um novo estudo de impacto ambiental ou uma revisão do estudo de impacto ambiental sobre aquele projeto em particular.

Informou o senhor Vereador Vítor Ferreira relativamente ao estacionamento e à forma como era feita a implementação do estacionamento tarifado, obviamente que as zonas a tarifar como todas as outras zonas não tarifadas tinham que cumprir o Código da Estrada e todas as outras legislações aplicadas, nomeadamente as regras da mobilidade condicionada. O



estacionamento tarifado em particular, previamente ao início da exploração era apresentado um plano de arruamentos para cada arruamento, a Câmara validava e depois era feita a implementação. Aconteceram situações em que o levantamento não estava bem feito ou por alguma incoerência no próprio local em que não era cumprido o plano de arruamentos e que era necessário corrigir alguma sinalização colocada e, nesses casos, a Câmara pelos seus serviços que acompanhavam a concessão faziam corrigir a situação.

Intervenção inaudível

Sr. Presidente – Referiu que comprovava que o senhor Vereador quando fazia as afirmações, deveria estudar melhor os dossiês, para não levantar questões que depois ajudavam à confusão. Tinha a certeza que não seria o objetivo do senhor Vereador, quando fazia aquelas intervenções.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que após duas reuniões consecutivas, o senhor Presidente ficou quase zangado consigo, por ter apresentado a recomendação da CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados. Disse que se congratulava com o facto do senhor Presidente ter acolhido essas mesmas recomendações, às quais referira que não passavam de recomendações, mas verificara que as mesmas foram implementadas.

Questionou o senhor Presidente se tinha alguma informação para lhes transmitir, sobre a implementação dos canais de denúncia internos e externos, questão levantada em janeiro. Sugeriu que a referida informação fosse enviada posteriormente, não necessitaria ser feita naquela reunião.

O senhor Presidente falou na sua intervenção anterior, a propósito das questões levantadas pelo senhor Vereador Fernando José, sobre a atração de investimento, pelo que gostaria de perceber qual era a média, em termos de tempo de resposta da Câmara Municipal, a pedidos de licenciamentos, alvarás de construção ou de comunicações prévias. Se aqueles tempos fossem muito prolongados, poderia levar a que os investidores acabassem por ir embora. Se estivessem num município em que demorariam um ano para obter um licenciamento e se noutro município o mesmo pedido demorasse seis meses, provavelmente iriam fazer o investimento noutro município. Apesar de Setúbal ser uma cidade que atraia investimento, tendo uma combinação de vários fatores que trazia os investidores, também era preciso que o município respondesse com alguma celeridade para que os investidores não se fossem embora.

Sr. Presidente – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que não tinha ficado zangado ou chateado, na verdade, só teria que agradecer as questões que eram apresentadas no bom sentido de melhorarem a forma de resolver problemas, tal como o que estaria relacionado com a proteção de dados que foi tão complicado, mas como se poderia ter verificado até resolveram instalar uma mesa na entrada, para que não houvesse dificuldades nenhuma, cumprindo aquilo que eram as regras. Evidentemente tudo aquilo trazia outros problemas, mas tinham de cumprir apesar de não concordarem. Disse que algumas daquelas questões eram muito importantes e não seria isso que estaria em causa, mas a forma de quando se tomavam decisões no papel, depois, na prática, as coisas seriam mais complicadas. Não ficou, nem poderia ficar nada chateado, com as questões colocadas pela senhora Vereadora, uma vez que se tratava de questões diretas e claras.

Relativamente à implementação dos canais de denúncia, informou a senhora Vereadora que os processos estariam em andamento, mas naquele momento, não saberia dizer qual seria o ponto da situação, mas registou e iria dar resposta por escrito.

Em relação à questão dos tempos médios, os serviços responsáveis poderiam dar a informação por escrito, no entanto, uma vez que recebia e dialogava com os investidores, sendo que os mesmos tinham toda a experiência de investimento noutros municípios, não dizia que a Câmara Municipal de Setúbal seria a melhor do mundo e arredores - não menosprezando nada as outras câmaras municipais -, os investidores vinham a Setúbal



sempre muito satisfeitos, porque para além de serem bem-recebidos, quanto aos seus processos, naquilo que dependia da Câmara Municipal quase todos tinham a melhor opinião sobre os serviços da Câmara Municipal, apesar de a Câmara Municipal de Setúbal, bem como nas restantes câmaras e na Administração Pública, em geral, terem uma grande dificuldade de preencher o quadro técnico, designadamente na componente do urbanismo. As pessoas aposentavam-se, a Câmara abria os concursos e os concursos ficavam desertos. Os técnicos fora da Administração tinham remunerações muito superiores e outras condições que não tinham na Administração, mas apesar disso a informação que tinha dos investidores em Setúbal é que tinham uma opinião muito positiva do funcionamento dos serviços, da forma como respondiam aos processos.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Solicitou que fosse endereçado por escrito, para que ficasse mais concreto.

Sr. Presidente – Disse que quando há 14 anos tinha ido como vereador do urbanismo, certamente que alguns se lembrariam da forma como era reconhecido ou tratado os serviços do urbanismo da Câmara Municipal. Conseguiram constituir uma equipa que atualmente tinham passado à aposentação, ficando confrontados com a experiência toda que essa gente tivera, porque não era só de agora que Setúbal era um município com grande atratividade no investimento. Ao longo dos últimos 10 anos o investimento evoluíra de forma extremamente positiva. Aquela equipa que constituíram conseguira criar uma imagem e uma resposta que atualmente estariam com dificuldade, tendo em conta aquela situação de falta de candidatos a técnicos na área do urbanismo.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que pediu a palavra para fazer uma intervenção relativamente ao “Wake Park”, mas antes não poderia deixar de registar aquilo que foi a intervenção do senhor Presidente, sobre como os serviços do urbanismo da Câmara Municipal de Setúbal eram vistos há 14 anos, quando o senhor Presidente foi substituir o seu camarada Aranha Figueiredo, pelo que notara uma crítica implícita, mas as palavras foram do senhor Presidente.

Falaram do “Wake Park” e da necessidade do investidor quando trouxera a ideia do projeto para Setúbal em obter um terreno, para avançarem com um projeto daqueles seria necessário que tivessem uma localização escolhida e que a Câmara Municipal de Setúbal disponibilizasse um espaço para o projeto poder ser implementado, através de um contrato de arrendamento. O espaço que tinha sido arrendado ao investidor, tal como era do conhecimento do município, tinha uma parte que estava em Reserva Agrícola Nacional, cujos solos eram classificados como sendo de categoria A. Durante o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, nas duas reuniões de conciliação que o município tivera com a DRAPLVT, não conseguira demonstrar, apesar de ter cedido o espaço e ter identificado o espaço, como sendo o ideal para a instalação do “Wake Park”, o município não conseguiu demonstrar à DRAPLVT que as características daquele terreno, pela sua salinidade, pelo facto de ter um braço de água do Estuário do Sado, não eram compatíveis com solo de qualidade do tipo A. Não conseguiu demonstrar DRAPLVT que o terreno era da Câmara e que entendera ceder através de contrato de arrendamento ao investidor, para o investidor poder dar seguimento ao seu processo, que não reunia as condições para ser um solo agrícola de categoria A e que deveria ser reclassificado e que na sequência dessa reclassificação poderia sair da Reserva Agrícola Nacional e ser um terreno apto à instalação daquele investimento.

Era precisamente sobre aquele ponto que a intervenção senhor Vereador Fernando José focara-se e terá sido naquele ponto que já tinha feito uma intervenção no passado e seria naquele ponto que seria necessário voltar a esclarecer e voltar a clarificar. Não poderiam dizer que a DRAPLVT não pretendia que o terreno deixasse de integrar a Reserva Agrícola Nacional, mas era preciso explicar o porquê, era preciso explicar que o terreno tinha uma classificação que impedia de integrar a REN – Reserva Ecológica Nacional e era preciso clarificar que um terreno que já era do município quando o investidor chegara com a ideia de

montar um projeto no concelho de Setúbal. O município era o proprietário do terreno e não conseguiu demonstrar junto da DRAPLVT, nas duas reuniões de conciliação que decorreram na sequência da revisão do PDM, que aquele terreno não tinha condições, a não ser eventualmente para a cultura de salicórnica. Havia um trabalho que deveria ter sido feito, no sentido de promover a reclassificação daquele solo e através dessa requalificação conseguir criar as condições naquilo que era da competência do município, para que o investimento pudesse já ter sido concretizado.

Aquela proposta de investimento já vinha de 2016 ou 2017 e já estavam em 2023. Não compreendia aquilo que foi a demora do processo de revisão do PDM, sabendo que ele ainda não tinha sido aprovado em Conselho de Ministros e quando isso acontecesse o ponto fundamental não tinha sido cumprido, que era o terreno reunir as condições para deixar de integrar a REN.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que se tratava de uma questão completamente diferente da que foi colocada pelo senhor vereador Joel Marques na intervenção anterior e da que foi colocada pelo senhor Vereador Fernando José, na qual referia que a câmara permitira construção num terreno onde afinal não era permitida a construção.

Intervenção inaudível

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não esteve presente em todas as reuniões de concertação do PDM e não sabia se o senhor Vereador Joel Marques esteve presente. Colocava-se a questão se a Câmara não conseguiu demonstrar ou se a DRAP não conseguiu entender os argumentos da Câmara. De qualquer forma, o novo PDM viabilizava o projeto nos termos em que tinha sido apresentado à câmara.

Informou o senhor Vereador que se tivesse interesse específico, claro e objetivo em perceber as questões concretamente faziam uma reunião técnica, mas apresentar em reunião de câmara questões avulsas sobre matérias complexas, difíceis, que envolviam várias entidades, de difícil perceção, era não querer perceber em concreto o que estava em causa.

Sr. Presidente – Informou os senhores Vereadores Joel Marques e Fernando José, que prezava muito o papel da oposição, mas quando levantavam questões ou pediam explicações, não faziam afirmações sem estudar bem os dossiês.

O senhor Vereador fez uma figura pouco digna da oposição. O senhor Vereador veio defender uma entidade e acusar a Câmara Municipal de não ter sabido explicar a essa entidade, que não fizeram as alterações, quando na realidade estava feita no PDM. Seria melhor que o senhor Vereador estudasse os assuntos.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse achar uma figura pouco digna aquilo que era a atividade política, particularmente para quem exercia o poder, fazer aquilo que o senhor Presidente tinha acabado de fazer. Acreditava que o senhor Presidente não tivesse lido as atas das reuniões de concertação, entre o Município e a DRAPLVT.

Disse que leu as duas atas e se a Câmara, na revisão do PDM, garantia a viabilidade ou a possibilidade de construção ou de instalação do edifício, não garantia aquilo que permitia que a construção fosse feita, que seria ter um solo que não estivesse em RAN – Reserva Agrícola Nacional, na categoria A ou categoria B, porque esses não seriam reclassificáveis e não poderiam sair da RAN. Pensava que já tinha sido explícito na anterior intervenção, mas percebera pela figura pouco digna com que o senhor Presidente os brindara.

O Município não conseguiu demonstrar junto da DRAPLVT que o terreno que a Câmara tentou dotar de capacidade construtiva para a instalação do “Wake Park” no novo PDM, não conseguiu demonstrar à DRAPLVT que o mesmo não reunia as condições para ser considerado um terreno agrícola de categoria A ou B, não sendo passíveis de retirar da Reserva Agrícola Nacional. Como não foi capaz de o fazer, o terreno mantivera-se com a categoria que lhe estava atribuída, na categoria A, não podendo ser retirado da RAN. Não



sendo passível a sua retirada de RAN, o executivo CDU até poderia permitir a construção de uma torre de 15 pisos, mas que nunca seria construída. A questão era precisamente aquela. Esperava ter sido suficientemente claro na sua intervenção para que não se repetissem figuras pouco dignas por parte de quem exercia o poder e conduzia aquela reunião.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marques, caso pretendesse estudar aquele assunto, a senhora Vereadora Rita Carvalho já se ofereceu. Se quisesse aprofundar o conhecimento do dossiê, o processo existia e a senhora Vereadora e os técnicos certamente tinham toda a disponibilidade para o fazer. Disse ser ridículo o senhor Vereador defender uma entidade que demorou dois anos a responder sobre um parecer, uma entidade da Administração Pública que tinha a responsabilidade de dar resposta, se sim ou não. O senhor Vereador veio defender uma coisa que era ridículo. Houve uma entidade da Administração Central que tinha de dar um parecer e durante dois anos não o deu e depois inviabilizara o processo.

Sugeri ao senhor Vereador que aprofundasse melhor a situação, uma vez que a senhora Vereadora Rita Carvalho já se disponibilizou para o informar.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse pretender dar nota de uma questão que levantara discussão e troca de informação na última reunião de Câmara, a propósito da Unidade de Saúde Familiar de São Filipe.

Informou a bancada do Partido Social Democrata e a bancada do Partido Socialista, que a Câmara Municipal realizara uma visita técnica à Unidade de Saúde Familiar de São Filipe, tendo verificado as debilidades que já eram conhecidas, nomeadamente no que dizia respeito à edificação. Tinha-lhes sido informado por parte da própria Unidade de Saúde Familiar e nomeadamente da parte do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde, que a afirmação no que dizia respeito à existência de fibrocimento/amianto ou qualquer visibilidade daquela matéria, não foi descortinada aquando daquela visita. Ambas foram referidas como potências causadoras que pudessem ter dado origem a situações de saúde. Por aquela visita técnica puderam concluir que não estava demonstrado, nos relatórios efetuados anteriormente por visitas técnicas, sem prejuízo do estado avançado de degradação do edifício. A Câmara Municipal iria realizar uma segunda visita e estaria a preparar um relatório final que constaria com um propósito maior. A propósito do Auto de Transferências, embora a responsabilidade da gestão estivesse passada para a Câmara Municipal, não constava do auto de transferências, sendo o mesmo omissivo naquela situação. Todos os equipamentos cuja responsabilidade passaria a estar imputada à autarquia, tinha aquela Câmara realizado visitas técnicas, acompanhadas por alguns dos seus serviços, nomeadamente o Departamento de Obras Municipais, bem como serviços técnicos do próprio ACES Arrábida e em algumas circunstâncias pela própria ARS LVT – Administração Regional de Saúde, de Lisboa e Vale do Tejo.

Disse que falaram em cenários de investimentos, todos eles eram importantes para o desenvolvimento da cidade, com pontos de vista diferente da parte de quem liderava as responsabilidades de governação nos destinos da Câmara Municipal e obviamente a oposição a fazer o seu papel de tentar questionar e perceber o que estaria em causa. Foram uma vez mais surpreendidos e uma vez mais confrontados com aquilo que eram as profundas preocupações que os esperavam relativamente à urgência do Centro Hospitalar de Setúbal, no que dizia respeito ao período de verão.

Referiu que era preocupante e muito grave, por tratar-se de investimento que não tinha sido feito ao longo dos anos, nomeadamente investimento em recursos humanos que capacitasse aquilo que era um Centro Hospitalar que respondesse a mais de 300 mil pessoas e que, num período objetivamente de grande pressão como era o período de verão.

Disse ser com grande preocupação que ouviam as notícias de que o Governo não considerou a urgência do Centro Hospitalar de Setúbal, como urgência permanente, ficando totalmente dependentes da urgência alternada do Barreiro ou da condição do Garcia de Orta, com todas as condicionantes que se impunham. Acrescia àquela situação as dificuldades com que a

urgência geral do Centro Hospitalar de Setúbal se debatia, que era absolutamente gritante, tendo à cabeça como principal razão para aqueles constrangimentos, a falta de médicos e enfermeiros. Falavam de horas de espera muito grandes, falavam da incapacidade de transporte de doentes para a conseguir responder às necessidades dos doentes. Tratava-se de investimento imediato que punha em risco a prestação dos cuidados de saúde à população. Não faziam aquela afirmação por fazer, faziam na estreita medida da preocupação com todos os que diariamente precisavam daquela resposta, sendo um bem inalienável da condição de vida de todos.

Informou que o senhor vereador Fernando José, aquando da sua primeira intervenção, tinha um documento do plano negócio da Unidade Local de Saúde, razão pela qual o questionou, sobre as condições em que recebeu o referido documento.

Sr. Vereador Fernando José – Informou o senhor vereador Pedro Pina, que recebeu o documento na condição de utilizador da Internet. Bastava ir à página da instituição e encontrava o documento disponível para quem quisesse consultar.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse haver menos de dez dias que aquele documento estava praticamente vedado a entidades, nomeadamente aos membros do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar. Supostamente aquilo que o senhor Vereador apresentara foi o índice do documento e não seria o documento na sua totalidade, pelo que questionou se o senhor vereador Fernando José tinha o documento total. Não estaria a dizer que o senhor vereador não tivesse legitimidade, apenas estaria a perguntar por curiosidade, que enquanto eleito da autarquia, com responsabilidades na área da saúde e na condição de Presidente do Conselho Consultivo, há 15 dias, em reunião de câmara, tivera a oportunidade de dizer, no que dizia respeito à matéria das Unidades Locais de Saúde que foi um processo difícil, com grandes exigências, nomeadamente com um curto tempo para responder às necessidades e que esse documento ainda não tinha sido disponibilizado aos membros do Conselho Consultivo e a si, enquanto Presidente do Conselho Consultivo.

Verificou que o senhor Vereador tinha no seu poder o documento, pelo que questionou o senhor Vereador Fernando José se só tinha acesso ao índice ou se tinha acesso a todo o documento o qual propusera anexar à ata.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que gostaria de um esclarecimento às suas questões sobre os Serviços Municipalizados.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz e os restantes vereadores que o sistema de leitura pelo telefone não estava ativo nem estaria antes do final do ano, o sistema de informação fazia-se via e-mail e via call center, não se poderia fazer diretamente na app, porque a empresa que fornecia aquele tipo de serviço não conseguira fornecer em tempo útil. Quando foram fazer um contrato específico, constataram que o valor era inaceitável. Decidiram fazer um concurso público para aquele sistema de comunicação integrando aquela operação. Aquele sistema de comunicação era utilizado por 6 mil dos 105 mil utilizadores.

Relativamente à questão das obras, de imensos buracos no asfalto, nas calçadas e passeios, não era uma atividade cara, mas implicava que houvesse empresas que fossem capazes de se dedicarem a fazer aquelas pequenas coisas.

Disse haver uma empresa que trabalhava para a Águas do Sado, mas que não tinha condições legais para trabalhar para o município, razão pela qual não transitou, ainda concluiu os trabalhos no quadro histórico da Águas do Sado. De imediato a câmara contratou, por ajuste direto, uma empresa que começou a trabalhar sobretudo em Azeitão, onde a situação era mais grave, tendo feito um grande trabalho. Terminara o ajuste direto, mas enquanto decorria o período do ajuste direto fizeram uma consulta pública para contratar outra empresa, que ficou deserta, na segunda consulta as coisas funcionaram. Tratava-se de uma consulta para três lotes, sendo que um lote envolvia Azeitão, outro lote envolvia a União

de Freguesias e a zona ocidental de São Sebastião e outro lote envolvia o Sado, Gâmbia e a zona oriental de São Sebastião.

Concorreram duas empresas e a que ganhou não tinha condições de começar os trabalhos. A Câmara tinha duas hipóteses, fazia cair o procedimento e abria outro procedimento ou tentava conquistar a empresa para resolver o problema que tinha em mãos.

A empresa deveria ter três equipas para o asfalto e três equipas para a calçada e passeios e naquele momento tinham a penas no ativo uma equipa de asfalto e calçadas. A câmara decidira dar algum tempo à empresa para se dotar das outras quatro equipas que faltavam e em simultâneo resolver com as juntas de freguesia alguns ajustes diretos simplificados para solução do problema.

Certamente não seria uma solução cara, porque era feito ao m² de alcatrão e ao m² de calçada, uma vez que em Azeitão o problema tinha sido resolvido com menos de dez mil euros. O problema era arranjar quem fizesse aqueles trabalhos em tempo útil. Estavam muito empenhados em colocar o ponto zero naquela situação, tapando tudo, utilizando todos os mecanismos possíveis, para que a empresa que ganhou o concurso se dotasse de meios para depois garantir a manutenção do que tinha sido feito e garantir a intervenção rapidamente nos novos buracos.

Constataram com a empresa que o tempo de abertura e encerramento dos buracos apontaria para 10 a 15 dias, mas tudo aquilo só seria possível quando estabilizassem com a contratação de uma empresa regular. A situação não estava resolvida, estava em andamento, tiveram um período menos bom.

Disse que tomaram medidas no quadro dos Serviços Municipalizados, por todas as hipóteses possíveis, para resolver aquele problema, dado o mau aspeto dos buracos e o risco para os automobilistas, os buracos na estrada e para os peões nos passeios.

Referiu que a breve prazo a situação estaria muito melhor e até final do ano teriam aquele processo resolvido.

Em seis meses já tinham feito seis ou sete procedimentos concursais de diferentes tipos, até poderem obter uma solução definitiva, porque a solução que existia não transitou e não era uma boa solução, por isso apostavam claramente na lógica de ter uma empresa em cada lote, tinha infelizmente ganho uma empresa para todos os lotes, no entanto, a lógica da câmara era ter a capacidade instalada de uma forma zonal, para haver uma intervenção mais direta, mais eficiente e mais rápida na resolução do problema. Aquele tipo de trabalho não era um trabalho que qualquer empresa pegasse, porque tinha que ter uma equipa que estivesse disponível para fazer aquilo que fosse aparecendo, sendo diferente de uma empreitada com um determinado valor estipulado. Trava-se de um processo que não era fácil de resolver, mas estava bem encaminhado. A Câmara dava uma grande prioridade àquela matéria, uma vez que se tratava de uma matéria muito sensível. Não seria a única matéria em que tinham reclamações, mas seria seguramente a matéria das reclamações.

As situações em que havia ruturas de água tinha-se resolvido com muita velocidade e com grande eficácia, também ao nível do saneamento resolviam com alguma celeridade, no entanto, aquele era o problema da reclamação, pelo que estariam muito atentos e pretendiam resolver de uma forma satisfatória, melhor do que era dantes resolvido, embora até ao presente não estivessem a fazer melhor, estariam a fazer semelhante, mas pretendiam melhorar.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que o documento que teve acesso, o Plano de Negócios da Unidade Local de Saúde da Arrábida, datado de 11 de maio de 2023, era um “*draft*”, pelo que questionou se era aquele documento que tinha ou não, caso não fosse solicitou para que os serviços o fizessem chegar, porque tinha todo o interesse em poder analisá-lo.

Sr. Presidente – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins, caso os serviços tivessem o referido documento, certamente que ele seria entregue.



Disse que iriam passar à segunda parte do Período de Antes da Ordem do Dia, para apresentação das várias saudações e votos de pesar.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte saudação “Aniversário Festival Internacional de Cinema de Tróia (FESTROIA) - Associação Cultural”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

**“Saudação
Aniversário Festival Internacional de Cinema de Tróia (FESTROIA) - Associação
Cultural**

É com grande alegria que celebramos mais um aniversário de uma das mais internacionalmente prestigiadas organizações sediadas em Setúbal. Desde a sua formalização a 24 de julho de 1987, a Associação Cultural Festroia tem desempenhado um papel fundamental na promoção das atividades cinematográficas no país.

Ao longo dos anos, a Associação tem trabalhado incansavelmente para trazer ao público português um cinema diversificado e de qualidade. O Festroia - Festival Internacional de Cinema realizado entre 1985 e 2014, foi uma iniciativa extraordinariamente emblemática que se destacou por divulgar obras cinematográficas desconhecidas no país, selecionadas com base na sua diversidade cultural e qualidade estética. Com quatro secções competitivas e diversas mostras, o festival abriu portas para um mundo de inigualáveis belezas, repleto de descobertas cinematográficas.

O cinema independente, com toda a sua magia e autenticidade, tem sido o palco para algumas das mentes mais criativas e visionárias da história. Cineastas como Quentin Tarantino, Sofia Coppola, Richard Linklater e Wes Anderson desafiaram as convenções cinematográficas, dando-nos filmes inovadores e emocionantes que nos transportam para universos únicos e surpreendentes. Através do cinema independente, somos presenteados com narrativas intimistas, personagens complexos e abordagens temáticas arrojadas, que nos convidam a refletir e a explorar novas perspetivas. É nessa atmosfera de liberdade criativa e expressão artística que a magia do cinema independente floresce, proporcionando-nos momentos de pura emoção e inspiração.

Em 2007, o Festroia tornou-se pioneiro a nível mundial ao compensar a sua pegada de carbono, mostrando um compromisso notável com a sustentabilidade e a consciência ambiental. Essa atitude exemplar reforçou o papel da Associação como um agente de mudança não apenas no campo cinematográfico, mas também na proteção do nosso planeta.

Além do festival, a Associação Cultural Festroia assumiu a responsabilidade de programar o Cinema Charlot - Auditório Municipal, em Setúbal, desde 2000. Ao longo dos anos, mais de 1200 filmes foram exibidos neste espaço, atraindo mais de 350 mil espectadores. O Cinema Charlot, que faz agora parte da rede Europa Cinemas desde 2010, destaca-se pela exibição de filmes europeus e pela organização de atividades voltadas para o público jovem.

Em 2019, organizamos, de uma prodigiosa e de elegância ímpar, o Film Fest - Festival de Cinema Musicado ao Vivo, um evento que promove a fusão entre música e cinema, proporcionando experiências únicas aos espectadores.

Neste aniversário, é importante reconhecer o trabalho árduo e a dedicação de todos os envolvidos na Associação Cultural Festroia. Desde os membros fundadores aos colaboradores atuais, cada um tem contribuído para o sucesso e o prestígio desta organização ao longo dos anos. Com um saudosismo entristecedor recordamos Fernanda Silva, diretora do Festroia, agradecendo o seu papel inestimável na valorização e promoção do cinema português e internacional. Com um percurso sólido e reconhecido, a sua relevância e influência no panorama internacional do cinema foi notável, tendo mesmo sido a única figura institucional portuguesa convidada a integrar a Academia Europeia de Cinema (EFA).



Sem o apoio e a colaboração de toda a comunidade setubalense não seria possível realizar essas iniciativas de sucesso e de grande impacto para a nossa tão amada cidade. Fazemos votos de que continuem empenhados em continuar a promover a sétima arte, a proporcionar experiências cinematográficas enriquecedoras e a criar oportunidades para o diálogo cultural. Que continuem a inspirar-nos a explorar as maravilhas do cinema e que a magia do cinema continue a encantar e unir a nossa comunidade.”

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 13 a 16.

**“Saudação
Aniversário do Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau**

O Núcleo de Amigos do Bairros Santos Nicolau assinalou, no dia 11 de junho, o seu 30.º aniversário.

Fundado em 1993, celebra 30 anos de atividade e contributos para o desenvolvimento social, cultural e desportivo do concelho de Setúbal, trabalhando em parceria com outras entidades do movimento associativo setubalense, em prol da comunidade, promovendo o bem-estar e qualidade de vida das populações.

As coletividades são veículos de cultura, que levam costumes e tradições a todos nós, e o Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau não é exceção. Desde a sua participação nas Marchas Populares de Setúbal, ao seu contributo enquanto uma das entidades que recuperaram a tradição da “Queima do Judas” – ritual antigo, ligado à tradição cristã, que representa o julgamento de Judas Iscariotes, por ter traído Jesus Cristo na última ceia –, após cerca de três décadas de interregno, esta coletividade desempenha um importante papel para o fortalecimento e preservação da identidade cultural setubalense.

Desta forma, reconhecendo toda a atividade desenvolvida pelo Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau e a relevância do movimento associativo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, bem como para o desenvolvimento do território onde se insere, como parceiro fundamental do poder local, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a coletividade, órgãos sociais e associados, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário da Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa**

A Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa assinalou, no dia 14 de junho, o seu 5.º aniversário.

Fundada em 2018, teve a sua génese em 2016 quando alguns moradores identificaram a necessidade de dinamizar o bairro e organizaram o evento “Bairro Afonso em Festa”, o qual teve 4.º edições.

Assim, com a criação de uma Comissão Instaladora em 2017, surge a AMBAC, tendo como objetivo promover o convívio, a partilha e o reforço das redes de vizinhança no bairro.

A AMBAC, bem como todas as associações de moradores, desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar e qualidade de vida, através da participação organizada dos moradores, os quais se tornam agentes de transformação do seu bairro, transmitindo as suas necessidades, reivindicações e problemas diretamente aos órgãos do poder local, num ato de cidadania, voluntário e em prol da comunidade.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a AMBAC e todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”



“Saudação

Rita Xufre e Leonor Carvalho conquistam, respetivamente, o primeiro lugar e o segundo lugar do pódio da Taça de Portugal de BMX

A jovem atleta Rita Xufre participou na edição de 2023 da Taça de Portugal de BMX, a qual se realizou no dia 11 de junho, em Quarteira.

Rita ganhou as duas provas na categoria sub-23 e sub-17 e, dessa forma, conquistou, de forma plena, a Taça de Portugal, contando por vitórias todas as corridas da temporada nacional. Teve ainda a companhia de Leonor Carvalho no pódio, sua colega de equipa, que ocupou o 2.º lugar.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam as atletas, bem como o Núcleo de Bicross de Setúbal pela vitória obtida e objetivos alcançados, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Vitória Futebol Clube conquista 3.ª Divisão feminina

O Vitória Futebol Clube sagrou-se campeão, no dia 11 de junho, da 3.ª divisão do Campeonato Nacional Feminino de Futebol, no segundo jogo da final com o Tirsense.

Com esta conquista, a equipa vitoriana levantou um dos mais importantes troféus do futebol feminino em Portugal.

O Vitória Futebol Clube tem, desta forma, feito parte e contribuído para a evolução do futebol feminino, o qual tem verificado significativos desenvolvimentos no concelho, no distrito e em todo o país, naquilo que é o aprofundamento da igualdade de género nesta modalidade.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, as atletas, equipa técnica e adeptos pela vitória obtida e pelos objetivos alcançados, bem como pela subida para a 2.ª divisão, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Leu a seguinte saudação “Coral Luísa Todi em digressão por Espanha”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

“Saudação

Coral Luísa Todi em digressão por Espanha

Fundado em 25 de outubro de 1961, por Maria Adelaide Rosado Pinto e Aurélio Lino da Conceição Fernandes, o Coral Luísa Todi celebrará, no próximo dia 15 de julho de 2023, no Fórum Municipal Luísa Todi, o sexagésimo aniversário da sua estreia em palco.

São décadas de afirmação artística, numa viagem por mares serenos e, por vezes, revoltos, que diferentes órgãos sociais, maestros e coralistas souberam navegar, levando sempre o nome de Setúbal a diferentes territórios, nacionais e estrangeiros, numa afirmação de criatividade e qualidade.

Recentemente, entre o dia 8 e o dia 11 de junho de 2023, numa digressão em Espanha, Luís Fernandes, presidente da direção do Coral Luísa Todi, e a sua equipa diretiva, Fernando Malão, o extraordinário e inspirador maestro, e as dezenas de fantásticas e fantásticos coralistas elevaram a fasquia de afirmação do Coral Luísa Todi e, em Madrid, a convite da Escola Superior de Canto de Madrid e da Fundação de Música Criativa, nas Igrejas de Santo Ildefonso e de Santa Rita, em parceria com o Coro Canto Abierto (cujos coralistas são portadores de deficiência intelectual e transtorno global de desenvolvimento) protagonizaram momentos memoráveis, do canto coral e da cultura inclusiva.

Foram momentos intensos, em que, mais do que a qualidade artística, interessa sublinhar as emoções vividas, quer pelos diferentes coralistas, quer pelo público que, em fortes e extensas

ovações de pé, não escondendo lágrimas, validou o caminho deste nosso Coral Luísa Todi e guardou, no seu coração, Setúbal como uma cidade humanista.

Os vereadores do Partido Socialista, saúdam, na perspetiva de que todo o Executivo Municipal se juntará à saudação em causa, o Coral Luísa Todi e todos os que o tornam uma força viva da cultura Setubalense, quer pela sua resiliência, quer pelo seu extraordinário contributo para a afirmação de Setúbal, cidade aberta a todos, sem muros nem ameias.”

Sr. Vereador Fernando José – Disse pretender fazer uma referência em forma de saudação. Referiu que se realizou na semana anterior a Conferência Internacional do Trabalho em Genebra. No ano em curso a conferência ficou mais pobre pelo falecimento no mês de janeiro de Fernando Maurício, conselheiro técnico da CGTP, enorme defensor dos direitos dos trabalhadores, um patriota pelas posições que tomou sempre na Conferência Internacional do Trabalho.

Cabia saudar a presidência da Comissão Normativa das Aprendizagens, que foi presidida por um português, um setubalense, o Dr. Luís Claudino Oliveira, que através da sua intervenção conciliatória permitira que todos os países acabassem por chegar a acordo, relativamente a uma resolução que, em breve iria trazer novidades na legislação portuguesa.

Saudou o Dr. Luís Claudino Oliveira que conseguira colocar todos os países de acordo relativamente àquela resolução.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a seguinte saudação “João Cruz”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

**“Saudação
João Cruz**

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o patinador setubalense João Cruz pela conquista da medalha de bronze na Final da Taça do Mundo Patinagem Livre, que se realizou, este fim-de-semana, em San Juan, na Argentina.

O jovem patinador, que representa o Artwheels Clube de Patinagem do Sul, iniciou a sua carreira desportiva no Clube de Patinagem do Sado e comprova uma vez mais o seu excelente momento de forma, assim como todas as potencialidades na prática da modalidade.

O atleta que já tinha conquistado, no ano passado, o título de campeão europeu, obtém agora um novo e brilhante resultado que se representa um impulso para o desenvolvimento da modalidade da patinagem artística, em particular, e do desporto, em geral, e dignificam não só o clube que o patinador representa como a cidade de Setúbal.

Estas conquistas são fatores estimulantes para que outros jovens atletas se identifiquem e interessem pela modalidade, mostrando que os grandes resultados surgem quando o trabalho, o esforço e a dedicação andam de mãos dadas.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça os parabéns ao atleta e aos responsáveis técnicos e diretivos do Artwheels - Clube de Patinagem do Sul e renova os votos de sucessos para o seu futuro desportivo.”

Sr. Vereador Pedro Pina – Na sequência daquela saudação disse que gostaria de deixar um pequeno alerta. O João Cruz do qual resultara uma proposta, porque a família e o Clube não tiveram condição para poder participar no campeonato da Europa, a câmara municipal disponibilizou-se para colaborar no apoio prestado ao referido atleta.

Disse ser frustrante que tivessem atletas nacionais a representar o país e as regiões e as dificuldades da política desportiva com que se deparavam, implicava aquelas fragilidades. A mãe do João Cruz tinha que “fazer das tripas coração” para permitir que o referido atleta pudesse treinar e fazer as suas deslocações.

O João Cruz era a penas um caso de muitos casos da demonstração da falta de uma política nacional, que correspondia às necessidades de atletas de alta competição com talento



extraordinário e que não podiam ficar reféns da disponibilidade ou da sensibilidade que pontualmente, uma autarquia, fosse Setúbal ou em qualquer ponto do país, pudesse fazer. Um atleta que representava o país deveria ter o apoio necessário para representar o país e ter as condições necessárias para representar condignamente a nação que o vira nascer.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de “Maria Graça Bessa”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

**“Voto de Pesar
Maria Graça Bessa**

É com profundo pesar que recebemos a triste notícia do falecimento de Maria Graça Bessa, fundadora da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal. Expressamos as nossas mais sinceras condolências à família, amigos e a todos aqueles que se deixaram tocar pela sua magistral presença em palco.

Maria Graça Bessa dedicou a sua vida à delicada arte da dança e deixou um legado inegável no cenário cultural de Setúbal e de Portugal. A sua paixão e prodigioso talento enquanto bailarina de Ballet e professora foram fundamentais para o desenvolvimento e a promoção da arte no país.

Como fundadora da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, Maria Graça Bessa demonstrou um amor inabalável pela dança e uma dedicação exemplar na formação de bailarinos talentosos. O seu trabalho incansável abriu portas para que muitos dos seus alunos pudessem perseguir carreiras internacionais ímpares.

A sua presença inspiradora e o seu duradouro legado estão amplamente presentes na comunidade setubalense, sendo certamente lembrados e apreciados pelas gerações futuras. Na história fica uma marca indelével no panorama artístico nacional, e o seu trabalho continuará a ser uma fonte de inspiração para todos os que procuram a excelência.

Neste momento de tristeza, prestamos as nossas mais sinceras homenagens e expressamos o nosso respeito e gratidão pela sua contribuição inestimável ao panorama artístico nacional. Que a sua memória seja uma fonte de conforto para todos os que tiveram o privilégio de conhecê-la e trabalhar ao seu lado.”

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de “Maria Graça Bessa”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

**“Voto de Pesar
Falecimento de Maria Graça Bessa**

Maria Graça Bessa nasceu a 12 de julho de 1938, em Lisboa e faleceu aos 84 anos, no dia 19 de junho de 2023, nas Caldas da Rainha.

Iniciou os estudos de ballet em Lisboa e prosseguiu a aprendizagem em Londres, tendo desenvolvido a maior parte da sua carreira como bailarina do Ballet Gulbenkian.

Em 1982, tendo como objetivo proporcionar às crianças e jovens a possibilidade de adquirirem a proficiência necessária ao desempenho da profissão de bailarino, para que pudessem competir no mercado internacional, fundou juntamente com o seu marido, António Rodrigues, a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, que ambos dirigiram desde a data da fundação até 2003.

Na sequência do trabalho desenvolvido, Maria Graça Bessa e António Rodrigues fundaram também a CeDeCe – Companhia de Dança Contemporânea – em Setúbal, que mais tarde, devido à insuficiência de apoios financeiros, decidiram transferir para Alcobaça.

Maria Graça Bessa tornou-se uma figura incontornável da cultura da cidade de Setúbal e do país, através do trabalho que desenvolveu enquanto bailarina, mas também dos seus enormes contributos para o ensino da dança em Portugal, tendo sido agraciada por diversas

vezes, nomeadamente pela Câmara Municipal de Setúbal com a atribuição da Medalha de Honra da Cidade na classe de Atividades Culturais, em 1992 e mais tarde, pela Região de Turismo de Setúbal com a atribuição do Troféu Costa Azul por Serviço Público no domínio da cultura, em 2002.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família, amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência, sentidas condolências.”

De imediato solicitou que fosse feito no final da apresentação dos votos de pesar um minuto de silêncio.

Sr. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de “Maria Graça Bessa”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

**“Voto Pesar
Maria Graça Bessa**

Maria Graça Bessa, fundadora da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, faleceu esta segunda-feira, nas Caldas da Rainha, aos 84 anos.

Nascida a 12 de julho de 1938, Maria Graça Bessa iniciou os estudos de ballet em Lisboa e prosseguiu a aprendizagem em Londres, tendo desenvolvido a maior parte da sua carreira como bailarina do Ballet Gulbenkian.

Em 1982, juntamente com o marido, António Rodrigues, fundou a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal. Sob a sua direção, e até 2003, a Academia de Dança de Setúbal proporcionou a centenas de alunos a possibilidade de adquirirem as competências necessárias ao desempenho da profissão de bailarinos.

Graça Bessa, figura incontornável da cultura na cidade de Setúbal e no país, foi distinguida em 1999 pelo então Presidente da República Jorge Sampaio com o grau de Comendador do Mérito, foi homenageada pela Câmara Municipal de Setúbal por Mérito Cultural, em 1992, e recebeu o Troféu Costa Azul por Serviço Público no domínio da cultura, atribuído pela Região de Turismo de Setúbal, em 2002.

Por tudo quanto fez pela dança e pelo seu desenvolvimento na cidade e na região, Graça Bessa será sempre um nome a reter e a recordar.

A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente a sua partida e apresenta sentidas condolências à família, antigos alunos e aos muitos amigos que granjeou durante a sua vida.”

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que não tinham documento escrito, mas sabendo do falecimento recente do senhor Horizonte Rosa, Bombeiro Sapador em Setúbal e Presidente da Assembleia Geral do São Domingos Futebol Clube. Pretendiam fazer-lhe uma homenagem sentida em nome da dignidade daquele órgão, porque tinham a prática de assinalar aqueles que faziam por Setúbal.

Sr. Presidente – Solicitou um minuto de silêncio.



B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Deliberação n.º 776/2023 – Proposta n.º 34/2023 – GAP – Contratação para “Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos de contentores enterrados e semienterrados, do Município de Setúbal, pelo período de 6 meses” para os Serviços Municipalizados de Setúbal - Autorização prévia para assunção de encargos plurianuais decorrentes da contratação - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 22 a 25.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que conforme a fundamentação da proposta, estavam na presença de uma necessidade permanente, pelo que gostaria de obter o esclarecimento sobre o prazo que era proposto. Iriam abrir um concurso público para contratar aquela prestação de serviços pelo prazo de seis meses, estando perante uma necessidade permanente.

Questionou se de novembro a seis meses estariam perante uma nova proposta semelhante ou a fundamentação daquele prazo estaria relacionado com a alteração de sistemas de recolha que fosse necessário implementar ou até mesmo dos próprios contentores que fossem instalados naquele período, para que pudessem perceber qual seria a base para aquele prazo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou o senhor Vereador Joel Marques que os Serviços Municipalizados tinham três entidades que faziam a recolha em Setúbal, a Câmara através dos Serviços Municipalizados, a Rodolixo que fazia a recolha dos enterrados e a Amarsul a recolha dos separados. Estudavam aquela solução e a racionalidade da solução, pelo que gostariam de ter tempo para equacionar alternativas. Poderiam ter feito um procedimento por um ano, eventualmente dali a seis meses estariam a fazer outro procedimento, mas gostariam de ter antes dessa altura uma análise mais cuidada das soluções alternativas e das possibilidades reais de as concretizar.

Nesse sentido, pareceu-lhes que aquele prazo que seria suficiente para fazer a análise, tendo em conta que o prazo de seis meses era do final de novembro de 2023 e mais seis meses, seria bastante mais tempo, praticamente seria um ano para lhes dar tempo de fazer a referida reflexão.

Considerou que a questão do senhor Vereador Joel Marques foi bem colocada e fazia todo o sentido.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 2. Deliberação n.º 777/2023 – Proposta n.º 02/2023 – GADSEA – Estratégia de Educação e Sensibilização Ambiental do Município de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 26 e 27.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Disse que a sua bancada reconhecia a pertinência de um documento daquele cariz, pelo trabalho desenvolvido pelos autores, contudo lamentavam a não existência naquele plano uma ação consistente e sistemática que incentivasse a comunidade educativa, em particular os alunos e as famílias, a que os primeiros se

deslocassem a pé para a escola ou em transportes públicos. Deveria ser criado um indicador que permitisse haver uma evolução no uso de transportes coletivos, seguros e acessíveis. Sabiam que a mobilidade era um dos dramas do concelho de Setúbal e que o tráfego urbano estava muito ligado aos movimentos pendulares associados à escola e que estava cada vez pior e mais intenso na cidade de Setúbal.

Também sabiam que a saúde das crianças, mais concretamente em relação ao grau de obesidade, melhorava substancialmente com o aumento daquele indicador, assim como os seus hábitos quando adultos, por essa razão era urgente mudar o rumo, criando urbanidade na envolvente das escolas, tornando mais sustentáveis o ambiente, a saúde e as finanças locais e familiares. Nesse sentido, era importante que a Câmara tivesse conhecimentos, valores iniciais de indicadores específicos da situação anteriormente expressa, para saberem como se encontravam atualmente e fazer uma análise comparativa com os resultados de outros concelhos similares para terem uma noção de escala.

Faria sentido um programa municipal de mobilidade sustentável, por exemplo, inserido naquele documento, de modo a procurar a promoção da harmoniosa transferência, para modos suaves de transporte mais limpos e eficientes, reduzindo a poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito estufa, do consumo de energia. Teriam de ter os transportes atrativos às famílias e que lhes causasse entropias na sua logística familiar e vida quotidiana como ainda acontecia, infelizmente.

Disse que seria também importante ver definido naquele documento, a periodicidade da avaliação. Sem periodicidade não haveria utilidade nas estratégias nem na avaliação, pelo que sugeriam a entrega de um relatório anual a ser discutido, por exemplo, na Assembleia Municipal. A estratégia ambiental do Município de Setúbal seria submetida a consulta pública e seria posteriormente deliberado na Assembleia Municipal, neste sentido o PSD faria chegar os seus contributos naquele tempo, lamentando desde já o não conhecimento e a não participação prévia no documento. Entre outros contributos poderiam mencionar a inclusão do referencial de educação ambiental para a sustentabilidade, maior referência dos solos, compreendendo o papel fundamental do solo, das atividades humanas, não sendo um recurso renovável, tomar consciência das principais ameaças, da degradação do solo. Embora estivesse presente no documento a questão da agricultura urbana em ligeira menção. Outro dos contributos seria, por exemplo, o projeto oceano - “Educar para uma Geração Azul” onde se retratava a estratégia para integrar a literacia do oceano na educação para a cidadania, no projeto de “Autonomia e Flexibilidade Curricular”, para sensibilizar a comunidade educativa para a sustentabilidade dos oceanos e para a responsabilização da defesa e proteção da importante fonte de vida e de recursos. Tendo em conta que tinham um rio, tinham mar e tinham uma baía.

Outro dos aspetos que também seria de referenciar, seria a gestão hídrica local. Deveria constituir uma área de intervenção estratégica, tendo em conta a Azeitão e toda a situação inerente.

Quanto à área florestal, falava-se várias vezes da Serra da Arrábida, falava-se do Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta, mas era fazer realçar a questão da manutenção, do respeito e da prevenção, que se criassem sessões de sensibilização entre diferentes entidades. Sabendo que às vezes era muito difícil articular com ICNF e com outras entidades para revitalizar a importância de tão valioso recurso e para que não se assistisse novamente a qualquer fogo devastador na área.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Referiu que os desafios ambientais que experienciavam eram muitos de nível global e local, devendo defender os valores naturais no nosso território, deveriam igualmente assegurar o desenvolvimento económico da região.

Na análise do documento, no âmbito do eixo temático de descarbonizar a sociedade, consideravam de relevante importância a questão do clima, dado o impacto das alterações climáticas enquanto problema global e um dos grandes desafios do nosso tempo. No eixo temático da valorização do território, consideravam que a água era um eixo fundamental a constar pela prioridade relativa à utilização sustentável da água, incluindo a subterrânea, a

prevenção da poluição das massas de água, bem como a gestão das bacias hidrográficas, a conservação dos ecossistemas ribeirinhos e a sua interligação ao ciclo urbano da água. Portugal era um país onde o risco de escassez de água tenderia a aumentar nas próximas décadas. Não encontraram no documento a referência ao ciclo em que estava projetada a presente estratégia e pretendiam saber qual era o ciclo, se seria um ciclo de cinco, de três ou de dois.

Aproveitando a pertinência do tema e uma vez que a estratégia referia o “Jardim Multissensorial das Energias” dedicado às energias renováveis com equipamentos pedagógicos, deu nota de que os equipamentos estavam desativados.

Sr. Presidente – Agradeceu os contributos apresentados pelas senhoras vereadoras do PSD e do PS.

Disse que um documento com uma estratégia de educação e sensibilização ambiental no nosso território, seria sempre um documento limitado e tendo em conta a dimensão da matéria e os efeitos sempre multiplicativos das questões ambientais nos mais diversos níveis da vida.

Os contributos que as senhoras Vereadoras trouxeram foram positivos.

Caso a proposta fosse aprovada, certamente que iria para apreciação pública e seria posteriormente elaborado um relatório que iria à reunião da Câmara, passando à Assembleia Municipal, tendo como objetivo enriquecer a proposta, a qual tinha o contributo de vários técnicos daquele domínio, mas estaria sempre disponível para poder ter contributos, dos vereadores ou da população em geral.

Sra. Vice-Presidente – Pretendia dar um contributo relativamente às questões que foram colocadas, uma vez que as considerou muito pertinentes.

Disse que a nível do Departamento de Educação também contribuíram para a estratégia, que seria uma coisa muito mais alargada, sendo que o grande objetivo seria formalizá-la, porque de uma forma informal já vinha sendo aplicada pelo município há alguns anos. Disse ser importante, em termos de estratégia ambiental, o papel que a comunidade educativa tinha naquela matéria e o papel distintivo que tinha para poder fazer a diferença. A Câmara aderira, ao longo dos anos, ao programa “Eco Escolas”, sendo muitas as escolas que participavam o programa, tendo constituído alguns “Eco Agrupamentos”, significando que todas aquelas escolas comungavam dos mesmos objetivos, tendo cada vez menos escolas isoladas. O senhor Presidente esteve presente no Instituto Politécnico, tendo a possibilidade de hastear a bandeira do selo verde e distinguiu o IPS como um “Eco Campus”, significava que todas as escolas do IPS deram o seu contributo.

Disse que uma das matérias que muito interessava às escolas, da qual constavam várias escolas no programa “Escola Azul”. Tratava-se de um programa muito interessante, não tinha a tutela do Ministério da Educação, mas tinha a tutela da Direção-Geral dos Recursos Hídricos ou do Ministério do Mar. Era um programa muito querido às escolas, tendo em conta a proximidade com o rio e com todo o ambiente estuarino, tal como referiu a senhora Vereadora Rute Perdigão, em que a câmara desenvolveu outras atividades, como, por exemplo, a questão do mergulho acompanhado, bem como outras atividades consideradas fundamentais. Não havia nada mais satisfatório do que encontrarem as escolas fazerem atividades no Rio Sado.

A última vez que fizeram as atividades da “Escola Azul” tiveram turmas da Aranguez a participar na limpeza da Praia de Albarquel e depois foram todos tomar banho no rio, o que foi um momento espetacular.

Não seria nada mais do que significativo em termos de educação ambiental, do que se sentir aquela preocupação com o ambiente e poder vivenciá-lo e nesse aspeto a comunidade educativa setubalense trabalhou muito no sentido da qualificação ambiental, de conhecerem melhor o seu território e as áreas que a senhora vereadora referiu seriam de considerar na estratégia.



A título de informação, disse existirem alguns equipamentos no Jardim das Energias que não funcionavam, nomeadamente a questão da bomba que implicava com todo o circuito, mas iria ser tratado pela ENA de modo a poderem ter as sessões previstas com um equipamento de educação ambiental ao ar livre.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Em consonância com o que tinha dito a Sra. Vice-Presidente, para seu espanto e porque não seria o mais correto. Alertou para o facto de existir uma plataforma “ODSlocal”, relacionada com os objetivos de desenvolvimento sustentável da “Agenda 2030” com o alto patrocínio de sua Excelência, o Presidente da República e outras entidades, onde constava vários municípios, sendo que no Município de Setúbal constava como “zero” de boas práticas, o que seria lamentável e nada tinha a ver com a realidade. Relativamente àquelas boas práticas e outras a nível do ambiente e de outras áreas, a Câmara deveria retificar a situação, uma vez que se tratava de uma inverdade.

Sr. Presidente – Agradeceu à senhora Vereadora Rute Perdigão pela informação, da qual desconhecia, ficando todos interessados em repor a verdade dos factos. A senhora Vice-Presidente tinha-se referido apenas a uma componente do trabalho desenvolvido com as escolas e com as crianças do concelho.

Recentemente terminara no Parque Urbano de Albarquel uma iniciativa promovida com o apoio da Câmara Municipal e promovida por três juntas de freguesia do concelho, em que centenas de crianças tiveram a oportunidade de conviver com aquela riqueza natural que tinham, beneficiando do saber e do conhecimento dos seus pescadores, no que se referia às tradições marítimas. Tinham a consciência de que havia sempre muito para fazer, havia várias referências ao esforço que Setúbal fazia no sentido de criar as melhores condições ambientais, da qualidade de vida das populações.

O esforço de investimento feito no Parque Urbano da Várzea era orientado exatamente para reforçar a linha da importância que o Parque Urbano da Várzea tinha como consumidor de carbono. Tinham a consciência de que o Município tinha um trabalho bastante importante, alargado à comunidade, mas infelizmente naquele domínio haveria sempre muito mais para fazer, porque estaria sempre muito aquém, os problemas eram globais e a penas enteviam localmente, mas faziam a sua parte e estavam muito orgulhosos pelo que faziam.

Sra. Vice-Presidente – Informou a senhora Vereadora Rute Perdigão, que os serviços estariam a fazer o trabalho de seleção dos conteúdos, sendo que alguns já tinham sido colocados na plataforma, outros ainda não, era um trabalho contínuo, sendo que brevemente os serviços iriam dar resposta colocando tudo na plataforma.

Agradeceu o reparo.

Ao terem aderido à plataforma teriam a obrigação de a carregar e dar as informações às pessoas.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 778/2023 – Proposta n.º 384/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 02/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a renovação do licenciamento Microsoft - Ratificação de adjudicação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 28 a 33.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



Sr. Presidente – Disse que por razões que não foram consideradas na ordem das propostas, propôs que apreciassem primeiro a proposta de deliberação n.º 780/2023 e depois a n.º 779/2023, a qual estaria relacionada com a aprovação das modificações orçamentais, para que as decisões relativamente ao empréstimo pudessem ser devidamente incluídas no orçamento.

Sugeriu que se analisasse de imediato a proposta de deliberação n.º 780/2023.

4. Deliberação n.º 779/2023 – Proposta n.º 387/2023 – DAF/DICOR – Abertura do procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais 2024

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 34 a 38.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que historicamente a bancada do Partido Socialista e os eleitos do Partido Socialista iriam votar favoravelmente, costumando acompanhar aquilo que eram as propostas de investimento que ali lhes eram apresentadas. A título de exemplo, referiu a proposta apresentada em fevereiro de 2017, para aquisição e financiamento da Praça de Touros Carlos Relvas, num valor de um milhão e duzentos mil euros, decorreram seis anos, a aquisição foi feita, mas o projeto do equipamento cultural, com capacidade para milhares de pessoas, ainda não saiu das promessas, nem sequer havia chegado ao papel.

Em fevereiro de 2019, quando viabilizaram, com o voto favorável, a aquisição do Imapark, no valor de quatro milhões e quatrocentos mil euros, decorridos quatro anos, os pressupostos que estiveram na génese daquela aquisição, a necessidade de concentrar serviços operacionais, a necessidade de dar resposta a alguma procura que existia por parte de alguns operadores ou até mesmo a deslocalização do Mercado Abastecedor continuava a ser uma necessidade que existia, os pressupostos não desapareceram, mas o projeto teimava em não arrancar e já tinham decorrido quatro anos.

Em 2018, quando tinha sido apresentado o projeto do Parque Urbano da Várzea garantiram que no início de 2019, seriam plantadas 700 árvores e cerca de 30 mil arbustos, passados quatro a cinco anos não estavam a 1% da concretização daquela promessa, estando longe daquela promessa. Olhando para aquilo que eram as propostas de investimento, o refúgio climático da Várzea ia para além daquilo que era a densificação da arborização, da real arborização daquele espaço e que era necessário, porque um parque verde teria de ter árvores, não poderia ser um semideserto, que era aquilo que atualmente existia.

Em 2018 foi prometida para a primeira intervenção, aquilo que era requalificação da Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas, estando previstas a possibilidade do acesso à Escola Básica do Bocage ser feito pelas traseiras da escola, que era precisamente a proposta que era apresentada naquele dia, quatro ou cinco anos depois. Olhando para aquilo que eram as propostas de investimentos, algumas delas bastante onerosas, apresentadas pelo município, era preciso analisar e perceberem que muitos daqueles investimentos acabaram por não ter um resultado prático, sendo algo que não pretendiam que acontecesse nos investimentos que lhes foram propostos.

Referiu que dos doze projetos que constavam naquela proposta, cinco mereciam comentários, e sobre dois deles já tivera oportunidade de falar, sendo eles o refúgio climático da Várzea e a requalificação da Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas.

Saudou aquilo que era a aproximação do executivo naquilo que foi a defesa e a proposta do Partido Socialista, na necessidade de construção de um mercado em Brejos de Azeitão e recordou que numa sessão da Assembleia Municipal, não há muitos meses, o senhor Presidente ter respondido, na sequência de uma intervenção do público, que a construção do mercado de Brejos de Azeitão não estaria a ser equacionada, que não seria uma necessidade premente e existiriam outras opções para aquele território. Entendia que foi uma boa medida



aquela reversão da posição expressa pelo senhor Presidente na Assembleia Municipal, saudando que se tenha aproximado daquilo que era uma reivindicação da população e também do Partido Socialista.

No que se referia à construção do Pavilhão Desportivo da Manteigada, estranhavam que não aparecesse o pavilhão em Azeitão, que já tinha sido prometido por duas vezes em intervenções públicas pelo senhor Presidente naquela freguesia. Entendiam que a construção de dois pavilhões desportivos era absolutamente necessária, um em Azeitão e outro na Manteigada, mas entendiam que aqueles pavilhões deveriam cumprir uma dupla função, até mesmo por aquilo que seria uma boa gestão dos fundos públicos. Entendiam que aqueles pavilhões deveriam servir em primeiro lugar a comunidade educativa, dando resposta àquilo que era a necessidade e ausência de pavilhões em duas escolas, na Escola Básica de Azeitão e também na Escola Secundária Dom Manuel Martins, porque os alunos daquelas duas escolas tinham o mesmo direito à prática desportiva durante o inverno que tinham os alunos que frequentavam outros estabelecimentos de ensino. Viam com estranheza que a opção do município fosse a construção de um pavilhão na mesma área, onde se situava a Escola Secundária Dom Manuel Martins, onde já existia outro pavilhão municipal, com cerca de 2500 m², sendo que, segundo as declarações do senhor Presidente, o novo pavilhão teria sensivelmente 2000 m², o que presumia que estivessem a falar a penas de uma nave sem bancadas, a penas para treino da prática da atividade desportiva, mas sem capacidade para receber a competição, no entanto, o senhor Presidente teria oportunidade de esclarecer.

Por essa razão, aquele pavilhão seria uma oportunidade perdida, quando iriam investir um milhão, novecentos e oito mil euros, não permitindo que aquele valor também desse a resposta à comunidade educativa, sendo que no período extra letivo, o mesmo pavilhão, tal como acontecia noutros pavilhões de outras escolas do concelho de Setúbal, teria toda a capacidade para dar resposta ao movimento associativo, às coletividades e aos clubes desportivos do concelho.

Tratava-se de um investimento necessário, mas que iria duplicar a oferta naquela zona, sem dar resposta a uma necessidade premente da comunidade educativa e, por isso, era uma oportunidade perdida, dinheiro que seria melhor investido exatamente no mesmo valor, atendendo à área o pavilhão teria todas as condições para ser instalado na área poente do espaço onde está instalada a Escola Secundária Dom Manuel Martins, com condições para que houvesse um acesso exclusivo ao pavilhão na sua zona poente ou até mesmo a partir da Avenida António Sérgio, estariam reunidas todas as condições para que o investimento municipal “matasse dois coelhos numa cajadada” recorrendo à expressão popular, mas os senhores entenderam dar uma “cajadada” apenas num dos coelhos, lamentava que não tivessem uma resposta global que com o mesmo montante respondesse também aos nossos jovens e aos alunos daquela escola.

Relativamente à requalificação prevista para a Av. Luisa Todi, numa conversa com o senhor Vereador Carlos Rabaçal questionara a opção pela utilização de alcatrão, para tapar alguns buracos que foram surgindo na calçada das passadeiras elevadas na Av. Luisa Todi, que permitiam fazer a passagem da Praça do Bocage para a placa central depois da placa central em direção ao Pingo Doce, daquilo que foi a resposta do senhor vereador Carlos Rabaçal ficara com a ideia de que o reperfilamento que seria feito nas respetivas passadeiras, estaria contemplado, na verba aprovada de 500 mil euros para a reabilitação de passadeiras no município.

Não sabia se entendeu bem ou mal, no entanto, com aquela proposta que sendo mais vasta para a Avenida Luísa Todi, de mais um milhão e sete mil euros, questionou o que estaria englobado naquele valor, se a parte correspondente ao reperfilamento do atravessamento da Avenida estaria contemplado no anterior empréstimo ou se por lapso haveria uma duplicação ou se aquele valor era dedicado exclusivamente a outro tipo de intervenção.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, por princípio, eram contra a acumulação de dívida, mas a verdade é que foram apresentados alguns investimentos que eram bastante



relevantes, sendo que aquela dívida acabaria por resultar num benefício para a população e seriam obras intergeracionais.

Disse ter dúvidas que gostaria de ver esclarecidas, sendo que uma delas foi colocada pelo senhor Vereador Joel Marques estando relacionada com a requalificação da Avenida Luísa Todi e outra estaria relacionada com as ações que iriam ser desenvolvidas no refúgio climático da Várzea.

O PSD apresentara uma recomendação na Assembleia Municipal sobre os refúgios climáticos de calor e gostaria de perceber o que estaria em causa. Disse que seria preciso concretizar aqueles investimentos, executá-los de uma forma eficiente e fiscalizá-los, caso contrário iriam ter mais “Imaparks”, mais “Praças de Touros” a qual o PSD votara contra. Ainda, naquele mandato, questionaram qual seria o ponto de situação daqueles investimentos, porque a cidade beneficiaria - e muito - de terem a Praça de Touros requalificada e o Imapark a funcionar a 100% e teimavam em não virem respostas concretas sobre tudo aquilo.

Disse terem uma proposta para contrair um empréstimo de médio/longo prazo, que teria que ser executado e cumprido, caso contrário não estariam a dar condições às próximas gerações, só estavam em endividá-las, o que não poderia continuar a acontecer.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor Vereador Joel Marques pelas questões colocadas, tendo sido uma oportunidade de poderem esclarecer as suas interrogações.

Relativamente aos investimentos do Imapark e da Praça de Touros, como tinha sido comprometido, tratava-se de processos que decorriam, por serem complexos e de grande investimento que seria necessário fazer e garantir. Procurava-se encontrar as melhores condições para fazer aqueles investimentos.

Disse ser do conhecimento público que para o Imapark, desde o início, que estaria previsto instalar o Mercado Abastecedor, que se encontrava numa situação de arrendamento.

Também havia o compromisso de fazer a deslocalização da Lota de segunda venda, uma vez que o atual espaço iria ser ocupado para outros fins já anunciados.

Tratava-se de investimentos prioritários, no entanto, seria necessário observar as condições financeiras existentes para apoiar um grande investimento. Estiveram a trabalhar e esperavam brevemente conseguir atingir soluções que lhes permitissem uma intervenção financeira sustentável. Não seria apenas instalar os equipamentos, era preciso ver se, para além do Mercado Abastecedor e da Lota de segunda venda, até que ponto seriam suficientes para cobrir o investimento vultuoso que seria necessário fazer.

Relativamente à Praça de Touros existia um processo em apreciação e desenvolvimento, tratando-se de outro investimento vultuoso, tendo uma questão central, na qual não valeria a pena antecipar o investimento enquanto não estivesse resolvido o problema do estacionamento, que era outro projeto, um processo e um compromisso que estaria associado a outros compromissos, sendo necessário criar as condições para que isso fosse garantido e era nisso que estariam a trabalhar.

No fundamental aquelas seriam as duas grandes questões que os preocupavam e da qual continuavam a trabalhar no sentido de concretizar os respetivos investimentos.

Em relação ao Mercado de Azeitão o que disse na altura, era que não poderiam investir na construção do mercado se não tivessem operadores para fazerem a venda no mercado. O atual mercado ainda estava em funcionamento com dois operadores, com a pandemia houve operadores que deixaram de ter interesse em estar naquele espaço, por essa razão não se justificava a criação de um novo mercado. Foi necessário fazer um caminho para garantir que outros operadores estivessem interessados, estando em condições de avançar com aquele mercado local, apesar de não ser de grandes dimensões. Não se tratava de não pretendia fazer o mercado, mas de garantir a existência de operadores suficientes para ocupar o mercado. Disse existir o Mercado de Vila Nogueira, cuja Câmara e a Junta de Freguesia investiram na instalação de uma banca de peixe, com todas as condições e o operador que ocupara inicialmente não aparecera e ainda não conseguiram um novo operador, sendo que seria muito importante para o centro da vila existir uma banca de peixe.



Aquela situação não dependia da Câmara e teriam que ter em atenção àquelas situações, caso contrário andariam a investir dinheiro que depois não correspondia àquilo que era o serviço a prestar às populações. Tiveram novas inscrições e confiavam que elas se manteriam, estando garantidas as condições para fazerem o investimento. Não havia dúvida nenhuma que era necessário um mercado local, naquelas características de produtores ou de vendedores diretos. Quando fizeram uma sondagem ao longo do país, em algumas localidades onde havia mercados novos, na altura do lançamento das obras do Mercado do Livramento, visitaram alguns desses novos mercados, os quais infelizmente já se encontravam encerrados por falta de operadores.

A sociedade estava em transformação, existiam outras opções e os operadores tradicionais deixavam de existir.

No que se referia à Avenida Engenheiro Henrique Cabeçadas, tratava-se de estabilizar o parque de estacionamento que tinha sido instalado, haveria que requalificá-lo e requalificar a avenida, sendo que iria ser construída uma nova escola que obrigaria ao reforço das atuais necessidades. O referido parque de estacionamento iria dar apoio ao parque da Várzea.

Disse que se tratava de um investimento que tinha um objetivo mais abrangente, de reforçar o parque de periferia de estacionamento naquela zona e também criar as condições para as duas escolas.

Relativamente à Avenida Luísa Todi, ao contrário do que os senhores Vereadores apregoaram aos “sete ventos”, a Câmara não fazia empréstimos para pintar passadeiras, aquela seria uma forma de fazer oposição enganosa.

Os quinhentos mil euros que constavam no anterior empréstimo, para as passadeiras, eram exatamente para construir passadeiras, exatamente as passadeiras que começaram na Avenida Luísa Todi, tratava-se de reformular as passadeiras da Avenida Luísa Todi.

As passadeiras foram criadas na época do Polis, mas não tiveram êxito, pois os condutores das ambulâncias, dos bombeiros e de outros carros de transporte reclamavam daquela situação. Algumas foram intervencionadas ao longo do tempo e, com o rebaixamento dos passeios, conseguiram criar passadeiras ao nível do piso. No entanto, o que se pretendia era um novo piso para as passadeiras, e era isso que estava em questão, além de quererem replicar o modelo de passadeiras noutras zonas do concelho já identificadas.

Tratava-se de construir passadeiras, independentemente de as mesmas poderem ter alguma pintura.

No que se referia aos outros investimentos para a Avenida Luísa Todi, avaliaram que a fonte dos golfinhos que foi deslocada para o final da Avenida Luísa Todi ao longo dos anos deixara de funcionar, tendo sido arranjada várias vezes, no entanto, o problema persistia e deixava de funcionar. De acordo com a avaliação realizada, os plátanos libertavam as sementes que entravam na circulação da água, infiltrando-se nas bombas de água e avariando todo o sistema. Dessa forma, consideraram que seria crucial recuperar a fonte dos golfinhos, situada na rotunda inicial da Avenida Luísa Todi, em frente ao prolongamento com a Rua General Daniel de Sousa. Daquela modo libertavam as bombas de água do efeito nocivo das sementes das árvores. Posteriormente, teriam necessidade de requalificar todo o espaço de onde a fonte saíria.

As outras questões estariam relacionadas com a ciclovia, que também foi feita no tempo do Polis. Lembrou que quando a proposta da ciclovia foi à reunião de Câmara, alguém terá dito que aquela ciclovia seria um perigo, sendo que a mesma seria aprovada com a condição de que só poderia ser utilizada por pessoas com mais de 12 anos. No final do mandato, retiraram aquela condição e aprovaram outra proposta. A ciclovia, ao longo dos últimos anos, precisava de uma intervenção ou de uma requalificação. Tratava-se de um espaço de qualificação da própria placa central da Avenida Luísa Todi e, também, de outros pavimentos da própria avenida que precisavam de intervenção.

Na intervenção que fizeram há alguns anos na Ribeira do Livramento, na faixa da circulação da Avenida, frente ao Mercado Livramento, colocaram umas placas caso houvesse necessidade de intervir urgentemente, tendo em conta a iminente derrocada das laterais da



ribeira, dessa forma pretendiam fazer a reparação das laterais da Ribeira de modo a garantir a estabilidade da Ribeira do Livramento.

Disse que já tinha tido oportunidade de dizer ao senhor vereador Fernando José, que percebia a posição da bancada do PS em defender a posição do Governo do Partido Socialista, no entanto, o executivo CDU não concordava, exceto se fossem abordados e houvesse uma parceria naquele sentido, em substituírem-se ao Governo na construção de pavilhões desportivos para as escolas, que eram da responsabilidade do Governo. Mencionou estarem à espera que chegasse ao final das negociações, garantindo o financiamento para as escolas, em particular para a escola secundária de Azeitão, porque as crianças que saíam da escola 2/3 continuavam a ir para Sesimbra, Setúbal ou Palmela.

Referiu que seria lamentável que aquela situação se arrastasse no tempo e que depois da descentralização de competências ter sido feita há mais de um ano, continuavam à espera que se decidisse como iriam ser feitos os investimentos daquelas escolas, que eram da responsabilidade do Governo, que nos termos da lei, fossem construídos os pavilhões escolares desportivos. Não valeria a pena andar ali a inventar, aquela era a posição do executivo CDU e seria aquilo que iriam fazer, era preciso ficar claro que a Câmara Municipal investia na área das suas competências e aos Governos cabia investir nas áreas das suas competências, mas infelizmente, há dezenas de anos que sucessivos Governos se recusavam a construir pavilhões desportivos escolares onde eles eram obrigatórios por lei.

Referiu que o executivo fez parcerias com o Governo na área da saúde e na área da educação, como seria o exemplo das obras de substituição das coberturas de amianto nas diversas escolas. As parcerias já demonstraram disponibilidade, com diálogo constante e colaboração permanente. No entanto, havia aspetos que não estavam disponíveis e era necessário que ficasse bem claro. A Câmara servia às suas populações e os Governos seriam responsáveis por servir à comunidade escolar, especialmente as escolas do 2.º e 3.º ciclos e o secundário, para orientar e priorizar os investimentos em questão.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que registou que o novo pavilhão da Manteigada - no entendimento do senhor Presidente -, a responsabilidade seria da Administração Central a sua construção, para dar resposta à comunidade escolar, revelando uma certa teimosia ao decidir construir nas imediações da escola, um pavilhão que poderia dar resposta aos alunos, mas que não iria dar, uma vez que iria ser gasto o mesmo dinheiro na construção de um pavilhão nas imediações da escola, por uma questão de opção política, por uma questão de teimosia política.

No entendimento do senhor Presidente só resultaria e certamente estaria disponível para avançar se a Administração Central pagasse. Disse que estariam a falar naquelas circunstâncias, não de uma duplicação de um pavilhão, mas de um pavilhão em triplicado. Seria um pavilhão na escola que continuaria sempre a fazer falta e também daria resposta ao movimento associativo que era o atual pavilhão que vinha dos anos 90 e seria também o novo pavilhão que estaria a ser proposto. Com aquele montante, perto de um milhão e novecentos mil euros, poderiam resolver duas situações, no entanto, os senhores entendiam, gastando o mesmo valor, resolver a penas uma situação.

Tratava-se de uma opção política e se aqueles jovens que estudavam e os que viessem a estudar na Escola Secundária Dom Manuel Martins não tinham acesso a um pavilhão desportivo e não tinham aulas de educação física em dias de chuva. Disse que haveria uma responsabilidade política do executivo CDU por decidir construir um pavilhão nas imediações, mas não o construir na escola para que ele desse resposta às necessidades da comunidade educativa. Perderam uma oportunidade de utilizar um pavilhão de uma forma pouco ambiciosa, estando longe daquilo que era a otimização do espaço.

Disse que, em novembro de 2022, quando votaram uma proposta de financiamento de médio e longo prazo, perto de seis milhões de euros, a mesma contemplava meio milhão de euros para a reabilitação de passadeiras no município e não a reabilitação de passadeiras da Avenida Luísa Todi.



Em determinada altura, no decorrer da reunião de Câmara, questionaram sobre a falta de visibilidade das passadeiras um pouco por todo o concelho, as quais não consideravam que fosse um investimento, mas uma manutenção, ao qual o executivo terá respondido, que ao longo dos anos não reuniram as condições financeiras para fazer a respetiva manutenção. Recordou que o senhor Presidente disse que junto aos estabelecimentos de ensino iriam avançar no imediato, ainda antes do concurso ser lançado, com a reabilitação das passadeiras para criar condições de segurança junto às escolas e as restantes passadeiras seriam pintadas mais tarde.

As passadeiras pintadas no alcatrão, a única reabilitação que poderia existir seria a sua repintura, tendo contratado meio milhão de euros, a pagar em 20 anos, para voltar a pintar passadeiras, tratando-se de um facto que decorria da própria proposta que foi apresentada e daquilo que era a forma como a maioria das passadeiras do concelho estavam pintadas em cima do alcatrão. A sua reabilitação decorria de uma nova pintura, tendo essa nova pintura sido feita em algumas passadeiras, não só junto de estabelecimentos escolares, mas também de algumas passadeiras que se encontravam noutras vias.

Não via onde pudesse estar uma interpretação errada por parte do Partido Socialista quando dizia que aquele meio milhão de euros era dedicado à pintura de passadeiras, que tinha sido aprovado em reunião de Câmara, para reabilitar as passadeiras existentes.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marques, que o mesmo não via ou não queria ver, mas isso seria uma opção do senhor vereador. Disse que o senhor Vereador tinha toda a razão, que o empréstimo foi para reabilitar e construir passadeiras no concelho.

Aquilo que falou era referente às passadeiras da Avenida Luísa Todi que iriam ser reconstruídas e construir não seria pintar. Disse que os 500 mil euros serviriam para reconstruir passadeiras na Avenida Luísa Todi e não a sua pintura, bem como noutras zonas do concelho onde estavam identificadas iriam ser construídas novas passadeiras. Disse existirem passadeiras que eram construídas, mas não eram pintadas e a título de exemplo referiu as passadeiras existentes na Avenida dos Combatentes.

O empréstimo, como era do conhecimento do senhor Vereador, só veio com o visto do Tribunal de Contas no final de março, significava que nem sequer ainda investiram aqueles 500 mil euros nas passadeiras. O que estiveram a fazer foi o compromisso que estabeleceram em reunião de Câmara, que veio no orçamento da Câmara Municipal, que seria a pintura de passadeiras numa primeira contratação, porque era prioritário a recuperação das passadeiras junto às escolas, sendo que já estariam todas pintadas e iriam ser pintadas progressivamente por todo o concelho.

Relativamente à questão dos pavilhões, da interpretação que fazia das suas palavras, não poderiam ser hipócritas e quando falavam de política ainda muito menos fazia sentido. Aquelas duas escolas tinham nos termos da lei, desde que foram construídas, direito a um pavilhão. Os sucessivos Governos fizeram orelhas moucas e olhos sem visão sobre aqueles problemas, cabendo ao estado através dos Governos resolver o problema dos pavilhões das escolas. Disse que o senhor Vereador sabia perfeitamente que na Manteigada como em Azeitão, em especial as coletividades de Azeitão, no âmbito da sua dinâmica, não conseguiam dar resposta às pessoas que praticavam desporto, e era nesse âmbito que a câmara dava resposta às aspirações das coletividades na área do desporto e era nisso que trabalhavam, estando a assumir as suas competências, fazendo os investimentos que lhes competia.

No caso da Manteigada era uma questão de planeamento do concelho que já tinham decidido há muito tempo os grandes equipamentos, designadamente os equipamentos desportivos que seriam localizados naquela zona do concelho, por facilidade de acessos. As coletividades chamavam a atenção da Câmara Municipal que não tinham condições e algumas tinham de treinar noutros sítios. Se a responsabilidade era da Câmara Municipal, questionou o senhor Vereador como pretendia que construíssem um pavilhão para servir a população escolar, se aquela não era a competência da Câmara.



A Câmara Municipal continuava a exigir que quem tinha a competência e a responsabilidade que o fizesse, no entanto, o senhor Vereador poderia ter um entendimento diferente, não significava que as escolas não pudessem frequentar, tal como acontecia em tantos outros espaços, que as escolas não pudessem frequentar os equipamentos desportivos. Servir as coletividades era da competência da Câmara e era nisso que apostavam e investiam, mas não estavam disponíveis para substituir os Governos.

Disse que o Governo não tinha orçamento para nenhum daqueles investimentos, o Governo recorria a fundos comunitários para fazer os investimentos.

Não correspondia à verdade quando os senhores Vereadores diziam serem os Governos que investiam, os Governos abriam as possibilidades para os municípios apresentarem candidaturas a fundos comunitários e não a fundos do Orçamento de Estado, ao contrário da interpretação que os senhores Vereadores do Partido Socialista faziam, como, por exemplo, a construção do Centro de Saúde de Azeitão não seria com os dinheiros do Governo.

A competência e a responsabilidade era do Ministério da Saúde e do Ministério das Finanças e o Governo recorria a fundos comunitários para construir, mas como o Governo não pretendia construir, negociara com a Câmara Municipal para que a mesma se candidatasse aos respetivos fundos, no entanto, a Câmara assumira todas as responsabilidades indo gastar cerca de um milhão de euros para resolver o resto do problema, quando o Centro de Saúde custaria menos de um milhão de euros, daquilo que era a verba disponibilizada.

Os fundos comunitários não eram do Governo, mas seria através das negociações que faziam com Bruxelas, as quais permitia abrir fundos para determinadas áreas. Quando os fundos eram disponibilizados, os municípios apresentavam as candidaturas e o Governo limitava-se a colocar à disposição as verbas comunitárias para os respetivos investimentos.

Disse ser necessário que ficasse bem claro aquela situação, porque todos precisavam de ficar bem informados sobre aquele assunto.

Sr. Vereador Fernando José – Disse terem posições diferentes - era normal que existissem dois modelos de gestão diferentes -, que se acentuavam durante aquele mandato.

Referiu que o senhor Presidente não teria que apelidar ou adjetivar os vereadores do Partido Socialista de hipócritas, ou de cinismo político, porque se tratavam de posições diferentes.

Disse que também não concordava com muitas das posições dos camaradas do senhor Presidente, nomeadamente em questões laborais, no entanto, nunca os apelidara de hipócritas, nem de cinismo político, apenas considerava como tendo posições divergentes numa democracia em que eram livres de ter posições divergentes, o que seria normal e seria de saudar em democracia. Tinham de saber conviver bem com aquela situação, por essa razão não admitiam recorrentemente quando da sua bancada faziam alguma intervenção que o senhor Presidente usasse aquele tipo de expressões. Tratavam-se de posições diferentes relativamente a partidos políticos diferentes, dando como exemplo, enquanto a CDU tinha uma política de protesto contra o Governo - a qual respeitava -, em Sesimbra, resolviam os problemas. A CDU estava agarrada no protesto e a reivindicar junto do Governo, enquanto na Câmara Municipal de Sesimbra tentavam resolver os problemas relativamente à requalificação das escolas do concelho de Sesimbra.

Em Sesimbra colocavam placas solares nas escolas, reduzindo substancialmente o consumo de energia. Enquanto em Sesimbra resolviam os problemas, em Setúbal só viam problemas à frente e havia sempre o protesto contra o Governo.

Disse que a Câmara Municipal de Setúbal tinha todo o interesse em resolver os problemas dos setubalenses, no entanto, todos tinham interesse em resolver os problemas e encontrar soluções para os problemas, assim como o Governo. O Governo não governava para prejudicar os portugueses, poderiam ter esse entendimento, mas não seria aquilo que acontecia. Na saúde, na educação, nas respostas na área laboral, as soluções poderiam levar tempo a chegar, poderiam ser consideradas insuficientes, mas elas chegavam ao terreno. Não podiam fazer uma separação de que no Governo estariam os maus e na Câmara estariam os bons, porque existiam bons e maus em todo o lado.



Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José, que sobre as escolas falariam numa próxima oportunidade e tinha a expectativa que aquele problema fosse encaminhado de uma forma mais clara, acreditando que as coisas pudessem evoluir, porque desde 2019 que estavam à espera que se clarificasse a situação do investimento nas escolas que eram da responsabilidade do Governo.

Disse que estar na oposição era uma posição de grande respeito que tinha, mas também sabia avaliar quando falavam de posições diferentes ou quando ludibriavam as questões, o que não poderia permitir, porque eram coisas bem diferentes e o senhor vereador sabia que era verdade.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a conversa do senhor Vereador Fernando José era uma conversa “gira”, porque de uma forma bastante leve e ligeira colocava com toda a clareza, se a responsabilidade que o Governo tinha dos pavilhões escolares não era cumprida pelo Governo, segundo o senhor Vereador Fernando José a câmara que resolvesse, significava que a câmara estaria interessada em resolver os problemas e o Governo não estava.

Referiu existirem equipamentos desportivos de todo o tipo que tinham vocação para dar resposta ao movimento desportivo e ao desenvolvimento desportivo no concelho e os pavilhões escolares integravam-se naquele processo, mas tinham características próprias, porque os pavilhões escolares eram salas de aulas.

Afirmou que as características de um pavilhão municipal para o movimento desportivo era umas, as características de um pavilhão escolar seriam outras. Já tinha participado em municípios que construíram piscinas, e em todas as circunstâncias o pavilhão tinha uma dominante, que no caso de ser um pavilhão escolar seria uma sala de aulas.

Em situações em que o Governo assumira a sua responsabilidade e o município assumira o complemento da responsabilidade, tendo em conta as necessidades de resposta para a comunidade, com bancadas ajustadas, novos acessos, novas áreas não previstas, coisas que seriam necessárias para a comunidade intervir, mas num quadro do equipamento que era um equipamento educativo e não num equipamento estritamente desportivo, dado que seriam coisas um pouco diferentes. Para quem não dominava a matéria não sabia, mas era daquela forma que funcionava. Era importante que se percebesse aquela diferença.

A Câmara Municipal tinha no seu objeto tratar do processo desportivo no seu todo, sendo que estaria cometido ao Governo, na área da educação, não sendo por acaso que cada escola teria sempre associado uma sala de aula para a educação física e desporto da escola, que de uma forma reiterada o Governo não tinha em muitas localidades assegurado.

Não assegurar um pavilhão escolar numa escola era uma coisa absurda, porque era o mesmo que não assegurar a sala de química, a sala da física ou o laboratório, mas para certas formas de pensar...

Não assegurar o pavilhão escolar numa escola era uma coisa absurda. Era o mesmo que não assegurar a sala da Química ou sala da Física, ou o laboratório. Era o mesmo, mas, para certas formas de pensar, a malta “estava aos saltos”, porque não tinham a visão da relevância profundamente educativa da Educação Física e do Desporto na escola. Daí esses equipamentos serem equipamentos adequados a essa vocação e podendo ter atividades complementares, como disse pouco antes.

Os outros equipamentos podiam e deviam ser frequentados por toda a comunidade setubalense, incluindo as escolas, em dadas circunstâncias. No entanto, isso era um processo em que cada um tinha que ter a sua responsabilidade e cada um tinha que ter o seu direcionamento. Portanto, um pavilhão de grande dimensão não era, nunca foi nem nunca seria uma sala de aula. Era preciso que se entendesse isso.

Mais, se falassem com os profissionais de Educação Física e Desporto iriam perceber a aberração que era a tentativa de criar pavilhões estritamente desportivos nas escolas e não salas de aulas cómodas, que permitissem fazer as aulas e que permitissem que os professores também confortavelmente tivessem as suas aulas com os alunos. Portanto, era um processo complexo, que não podia ser tratado assim, de uma forma ligeira: “Ora fazes o

pavilhão, ora faço eu". Não era nada disso, era outra conversa! Portanto, era para dizer que as coisas se complementavam e havia responsabilidades claras de quem devia tratar de cada uma das coisas.

Pensava ser bom que tivessem os pés na terra e que pensassem, em conjunto, como iriam garantir que os alunos das nossas escolas tivessem as condições adequadas e corretas para o processo educativo na sua escola. E isso não era um pavilhão municipal corrente, era outra coisa. Portanto, era a primeira questão que queria deixar.

Podiam aprofundar isso noutra altura qualquer, naquele momento não dava. A reunião estava muito adiantada, mas até podiam sentar-se à mesa e discutir o que era isso e trazer especialistas. Podiam trazer especialistas de todo o tipo, de todas as áreas políticas e técnicas, etc., para discutir esse assunto, e iriam todos dizer: *"Os pavilhões escolares, em geral, não servem como sala de aula. Não servem o processo educativo, porque são concebidos de uma forma errada, por gente que pensa no desporto e não pensa na educação"*.

Portanto, o que estava ali posto em cima da mesa, na prática, era o mesmo, era utilizar terem uma dada vocação para uma vocação que era completamente distinta, que era complementar, mas era distinta. Pronto, essa era a questão que queria colocar sobre essa matéria, que era uma coisa que lhe era cara e que gostaria de discutir, se houver muitas dúvidas. Não era difícil, encontravam-se aí os especialistas mais conceituados do nosso país, sentavam-se um bocadinho e, em meia-hora, isso ficava tudo claro. Aquela era uma questão, portanto havia responsáveis pelas coisas.

Outra questão tinha que ver com as passadeiras. De facto, gastariam todo o dinheiro do empréstimo de 500 mil euros na Luísa Todi, em refazer todas as passadeiras. Iriam refazer algumas passadeiras com esse empréstimo, mas, sobretudo, iriam refazer passadeiras no concelho. Puseram os serviços da Mobilidade e do DOM a conceber passadeiras que não fossem pintadas, a encontrar materiais diferentes e a estudar, na Luísa Todi e no concelho todo, em que locais iriam começar. Dizia começar, porque o dinheiro não dava para tudo. Iriam começar a colocar passadeiras que não tivessem de ser pintadas.

Como todos sabiam, todos verificaram isso, quando acabava uma obra na rede viária pintavam as passadeiras, pintavam as linhas. Numa rede viária ou numa via de grande mobilidade, ou de grande uso, 2 meses depois ou 3 meses depois a passadeira foi à vida. Portanto, tinham de encontrar uma solução diferente e a experiência que tinham, em Setúbal e noutros concelhos, era que passadeiras não pintadas chegavam a estar 10, 15 ou 20 anos a funcionar, depois tinham de ser reabilitadas.

Portanto, no caso da Luísa Todi, o Polis já tinha sido há uns anos - 15 anos, por aí - e as passadeiras tinham de ser reabilitadas. Levaram uns pequenos toques, mas tinham de ser reabilitadas de fundo e tinham de ser ajustadas aos tempos atuais, também, a sua dimensão, etc. Mas, o que estava em causa na Luísa Todi - foi o que disse o Sr. Presidente - era uma intervenção de revisão de fundo.

luminárias

Relativamente às passadeiras, iriam ter oportunidade de mostrar as passadeiras que os serviços acabaram por conceber. Não era nada do outro mundo, mas estava, assim, encontrada uma solução, que outros estavam também a fazer, e outras coisas iríamos nós inventar, que permitissem garantir que continuassem a pintar passadeiras no concelho inteiro. Pintavam todos os dias passadeiras, não era com o empréstimo. Todos os dias pintavam passadeiras e todos os dias faziam linhas e diariamente se apagavam. Portanto, era assim que funcionava.

Isso iria continuar a fazer-se, mas, no caso concreto, do empréstimo, estava direcionado para uma tentativa de encontrar soluções mais duradouras, de passadeiras que não fossem passadeiras que desapareciam decorridos 3 dias. Portanto, queria, também, só precisar essa matéria, para que não houvesse dúvidas que havia um trabalho técnico, bastante aprofundado, que era feito, para qualificar o território e garantir mais segurança, com passadeiras que levavam mais tempo a desaparecer ou que não desapareciam de todo. Portanto, era isso.



Sr. Vereador Pedro Pina – Disse ser, apenas, para dar um rápido contributo. Era verdade que podiam ter visões diferentes dos modelos de gestão, mas queria acentuar que, no que dizia respeito a essa matéria dos pavilhões, em primeiro lugar, a tomada de decisão era uma tomada de decisão suportada tecnicamente em quem, de facto, conhecia a realidade e a realidade desportiva. Portanto, era absolutamente desadequado estar a confundir. Tal como o Vereador Carlos Rabaçal, oportunamente, tentou aclarar, era estar a confundir profundamente duas dimensões distintas.

Aliás, era bom que se percebesse, conhecendo a realidade desportiva do país - não era de Setúbal, era do país -, exatamente as dificuldades que eram colocadas à prática desportiva e a muitas modalidades, terem de acontecer num quadro competitivo em pavilhões escolares, que criavam problemas dramáticos e que não criavam as condições necessárias. Portanto, uma coisa era um pavilhão desportivo, que cumpriria uma função objetiva para o desenvolvimento da componente curricular das disciplinas onde a adequação dessa prática devesse acontecer, outra coisa era aquilo que se pretendia.

la concretizar e não queria demorar muito tempo. A propósito do investimento assumido, até porque o pavilhão de Azeitão teria um outro momento, certamente, de discussão, o pavilhão previsto para ser discutido tinha um propósito. Valeria a pena ter alguma cautela e, diria até, alguma prevenção nas afirmações, porque tinham dois propósitos de ordem maior. Primeiro, ele integrava-se num quadro estratégico de desenvolvimento da política desportiva do concelho, nomeadamente no que dizia respeito à resposta necessária a áreas e modalidades que, naquele momento, não viam cumprida essa condição pela impossibilidade direta de ocupação, nomeadamente, por modalidades predominantemente coletivas que acontecem nesses pavilhões, em particular no pavilhão das Manteigadas.

Segundo aspeto, essa unidade prevista no território das Manteigadas e, portanto, acoplada ao pavilhão das Manteigadas, era um equipamento de suporte ao próprio pavilhão das Manteigadas. O que é que isso queria dizer? Isso queria dizer que, muitas vezes, o pavilhão das Manteigadas tinha capacidade, por exemplo, para acolher um conjunto de eventos de âmbito nacional e, até, internacional, faltando-lhe suporte de unidades complementares.

Com essa condição, por exemplo, poderiam passar a ter capacidade para fazer um conjunto de outras atividades e, entre outras atividades, por exemplo, responder a modalidades individuais, que, naquele momento, não conseguiam ter essa disponibilidade. Aproveitava para dizer ao senhor Vereador que, no que dizia respeito ao pavilhão das Manteigadas, que tinha sido ali referido, que o pavilhão das Manteigadas tinha uma utilização de mais de 60 por cento por escolas, nomeadamente a escola Dom Manuel Martins e a Escola Profissional de Setúbal. Portanto, se não tinha conhecimento dessa nota, queria deixar-lhe, também essa informação, de quem eram os principais utilizadores. Também não sabia onde é que o senhor Vereador tinha, também, ido descobrir que esse pavilhão não teria bancadas. Também não sabia onde, mas tinha dito: *“Não vai ter bancadas, se vai ser um pavilhão.”* Então, se tinha perguntado, respondia-lhe que a previsão era que o pavilhão tivesse bancadas. Não seria um pavilhão de 3 mil lugares, mas, obviamente, que teria bancadas de suporte. Aliás, um dos problemas que tinha, por exemplo, para quem acompanhava a prática desportiva, nomeadamente formativa, percebia, nomeadamente pais que quisessem assistir a jogos, muitas vezes aos fins de semana, dos filhos que jogavam futsal, voleibol, andebol, etc., não tinham espaço, muitas vezes, para acompanhar e para assistir aos jogos, porque os jogos aconteciam exatamente onde? Em pavilhões escolares, na península e em muitos pontos do país, e nem sequer tinha espaço, por exemplo, para o público assistir, era uma realidade, nem suporte, muitas vezes, das infraestruturas.

Portanto, no que dizia respeito a esse pavilhão, era uma unidade, era um equipamento desportivo e era bom que se soubesse que, depois, havia determinados preciosismos. Por exemplo, um pavilhão, para ser considerado pavilhão desportivo, tinha que ter uma determinada dimensão, nomeadamente a altura do pavilhão, para cumprir, por exemplo, para a prática desportiva de ginástica, que era uma condição fundamental, e, portanto, era nesse sentido, absolutamente estratégico e acoplado àquilo que era já o capital de resposta que o pavilhão das Manteigadas servia, que se considerava que essa unidade iria preencher uma



necessidade que, naquele momento, Setúbal, com essa construção, iria passar a responder e iria ter uma capacidade que, provavelmente, até não se encontrava na península de Setúbal, por esse acoplamento dessas duas respostas.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que ia ver se se conseguia recordar da situação antes daquela troca de promessas não cumpridas da CDU. Se fossem enumerar as promessas não cumpridas do PS a reunião teria que ser prolongada para além daquele dia.

A questão que queria ali referir e que lhe tinha trazido alguma preocupação tinha sido o facto de sido dito, a propósito do Imapark, que tinham que verificar se a intervenção financeira era sustentável. Isso preocupava-a, porque considerava que essa análise financeira e essa sustentabilidade financeira deveriam ter sido feitas antes da aquisição. Portanto, esperava que, na proposta que tinha sido apresentada, essa sustentabilidade financeira tivesse sido avaliada, para que, depois, não estivessem confrontados com problemas da mesma natureza.

Sr. Presidente – Disse à senhora Vereadora que falavam de coisas diferentes, exatamente. A resposta que deu foi que, com a identificação do Mercado Abastecedor e a passagem, para lá, da Lota de 2.ª venda, o que pretendiam era reforçar, ainda mais, outra capacidade que justificasse, portanto, todo o investimento que era necessário fazer, conforme a avaliação do investimento que era necessário fazer, porque tinham uma estimativa desse investimento. Era por isso que continuavam a trabalhar, no sentido de encontrar essa solução exatamente.

Quando tratavam de outros investimentos ali, eram investimentos de interesse público. Eram investimentos nos pavilhões, eram investimentos de uso público. Como o Sr. Vereador Pedro Pina dizia, muitas equipas eram de coletividades que iam treinar fora do Município de Setúbal ou tinham horários com os atletas que já não eram adequados exatamente para atletas. Portanto, era uma resposta a essa preocupação e a essa situação, mas isso eram questões de outro âmbito.

Relativamente ao Imapark a situação era essa, avaliar a estimativa que tinham do investimento a fazer. Essas duas componentes do Mercado Abastecedor, como sabiam, eram rentáveis. Tanto uma como a outra tinham resultados, mas ainda havia um espaço que podia ser rentabilizado e, portanto, ajudar, ainda mais, a garantir a sustentabilidade do investimento. Era isso exatamente que estava em causa.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que queria agradecer ao Sr. Vereador Pedro Pina a explicação que tinha dado relativamente às bancadas, porque, efetivamente, o que tinha sido feito tinha sido colocar uma questão, atendendo àquilo que eram as dimensões do pavilhão que era proposto, comparativamente com as dimensões do pavilhão que já existia. O pavilhão que já existia tinha, sensivelmente, 2500 metros quadrados e tinha uma bancada no topo sul. O novo pavilhão teria 2000 metros quadrados e, portanto, a questão, que já tinha sido respondida, parecia-lhe pertinente, que era, precisamente por considerarem que era relevante nas práticas competitivas poder haver uma bancada onde as famílias pudessem assistir e onde os espectadores pudessem assistir às diversas provas, esclarecer o que já estava feito, se, efetivamente, existiriam, ou não, bancadas no novo pavilhão.

Depois, porque a discussão já ia longa, queria colocar apenas uma última questão, que tinha a ver, precisamente, com a intervenção na Avenida Luísa Todí. O contrato de estacionamento tarifado previa para a Avenida Luísa Todí, para a placa central, um estacionamento subterrâneo, cuja construção já se deveria ter iniciado ainda e não se tinha iniciado. Sabiam que existiam conversações ou negociações ou aquilo que entendessem chamar, entre o Município e o concessionário, no sentido de - de acordo com as últimas intervenções do Sr. Presidente sobre o tema - se encontrar uma solução que levasse a uma localização diferente daquela que estava inicialmente prevista.

A sua questão prendia-se com a programação da intervenção, porque uma intervenção para a construção do estacionamento subterrâneo teria, naturalmente, implicações no que respeitava à rede viária, eventualmente a passadeiras, provavelmente, também, à ciclovia existente. Portanto, queria perceber se havia uma programação dessa intervenção que, naquele



momento, se pretendia financiar e levar a cabo na Avenida Luísa Todi, que estivesse coordenada com a programação da obra do estacionamento subterrâneo, para que evitassem um mal nacional, que era o “faz obra, desfaz, volta a fazer” e que, assim, se desperdiçassem recursos que eram, naturalmente, escassos.

Sr. Presidente – Disse que, naturalmente, essa era uma questão bem pertinente e que todos os dias, infelizmente, verificavam. Naturalmente que esse investimento seria para resolver esses problemas que ali existiam. O desenvolvimento desse projeto dependia dos estudos que estavam a ser desenvolvidos. Naturalmente que, depois, avaliariam, na componente que ficasse limitada à intervenção, se valeria a pena fazer essa intervenção, designadamente a ciclovia, ou não. Isso era uma questão que depois seria considerada com o desenvolvimento do projeto do próprio parque de estacionamento, mas a questão que levantava era pertinente, naturalmente.

Infelizmente, estavam a falar dessas coisas e todos os dias estavam a acontecer situações dessas. Era difícil, porque não tinham fiscalização para cobrir todas as intervenções que os vários operadores faziam no espaço urbano, mas era em Setúbal e era em todo o lado, infelizmente, neste país. Supunha que fosse em todo o lado. Pelo menos, confrontavam-se e com quem falavam, outros autarcas, tinham o mesmo problema, mas isso podia ser que um dia fosse resolvido.

Achava que, mesmo assim, algumas dessas intervenções começavam a ter, da parte dos próprios operadores, alguma consciencialização e, portanto, vinham para fazer os licenciamentos, etc., e, portanto, dessa forma, era possível controlarem. No entanto, quando as coisas eram feitas sem controlo, naturalmente que as coisas aconteciam assim. Naquele caso, de certeza que não aconteceria assim, porque acompanhariam a evolução de todo esse processo.

Não havendo mais questões sobre aquela matéria, iria pôr à votação a proposta.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

5. Deliberação n.º 780/2023 – Proposta n.º 388/2023 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 4.ª ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipal e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 39 a 43.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Pediu escusa da votação por questões éticas e profissionais.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor, 5 da CDU e 3 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração voto: “O Partido Socialista normalmente abstém-se nas propostas permutativas ou modificativas do orçamento. Esta proposta é uma proposta que surge na sequência da necessidade de contratação de um financiamento para investimento, mas também do reforço de verbas que importa acomodar no orçamento por via da transferência de competências. Tendo em consideração esses fatores, nesta alteração específica, o Partido Socialista entendeu votar favoravelmente.”



6. Deliberação n.º 781/2023 – Proposta n.º 389/2023 – DAF – Prestação de contas e relatório de gestão consolidados relativos ao exercício de 2022

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 44 a 46.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, efetivamente, a discussão individualizada das propostas já tinha sido feita, os argumentos tinham sido apresentados de parte a parte. Considerando, precisamente, aquilo que era o peso muito reduzido da atividade dos Serviços Municipalizados, no cômputo geral do documento que era apresentado, os Vereadores do Partido Socialista iriam manter o sentido de voto que tinham tido na votação da prestação de contas do Município e, portanto, iriam votar contra a proposta.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que tinha só um pormenor a apontar. Na página 6 do documento do Relatório e Contas Consolidadas de 2022 faltava a indicação da força política que tinha elegido os Vereadores não executivos do PSD. Era só um pormenor.

Sr. Presidente – Disse que, naturalmente, os serviços, depois, fariam essa atualização.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, 4 votos contra, do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

7. Deliberação n.º 782/2023 – Proposta n.º 390/2023 – DAF/DICONT/SERGEP– Apoio ao Vitória Futebol Clube

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 47 a 49.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 783/2023 – Proposta n.º 391/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização de transmissão das participações sociais da empresa concessionária do direito de exploração do Edifício do Lago, sito no Parque do Bonfim, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 784/2023 – Proposta n.º 11/2023 – DRH/DIGAT – 2.ª Alteração ao mapa de pessoal aprovado para o ano de 2023

Ausentou-se o Sr. Vereador Fernando José.

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 51 e 52.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 785/2023 – Proposta n.º 09/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído

Regressou o Sr. Vereador Fernando José.

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 786/2023 – Proposta n.º 386/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 15/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de Limpeza em estabelecimentos de ensino do Município de Setúbal, pelo período de 36 meses – Abertura

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 54 a 57.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 787/2023 – Proposta n.º 20/2023 – DEB/SEA – Protocolo de aceitação do espólio fotográfico da Coleção Baptista para integração dos fundos documentais do Arquivo Municipal de Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 58 e 59.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 788/2023 – Proposta n.º 22/2023 – DEB/DIGEPE – Adenda aos Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho

Sra. Vice-Presidente - Apresentou a proposta conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 60 a 69 e disse que, como era do conhecimento da Câmara e da Assembleia Municipal, tinham sido propostos contratos de delegação de competências para a gestão de algumas matérias por parte dos senhores diretores.

No protocolo que estava em vigor para o ano letivo não tinha sido considerada uma portaria que tinha vindo a ser aprovada posteriormente. Essa portaria era a Portaria 10/2023, que, através do acordo da Associação Nacional de Municípios, supostamente, entregava à Câmara Municipal uma verba de 6 euros e 30 cêntimos por aluno, para fazer face a questões relacionadas com equipamentos e materiais, tais como materiais de laboratório, materiais de música e outros mobiliários.

Acontecia que tinham estado à espera que lhes fosse transferida essa verba para transferirem a mesma para os diretores. Embora a portaria já tivesse sido aprovada em dezembro, essas transferências ainda não tinham sido feitas pela DGAL. Não sabiam qual é que era, exatamente, o problema, mas sabiam que o valor ainda não tinha sido transferido.



Como achavam que o Governo, num ato de boa fé, iria transferir para a Câmara Municipal essas verbas, propunham a adenda desse contrato, para que, assim que as mesmas fossem transferidas, imediatamente também as pudessem transferir para as escolas.

Tinha a dizer que essas questões tinham causado problemas graves nas escolas, no que dizia respeito a pequenas quantias que pudessem ser dispensadas, nomeadamente para atividades pedagógicas que tinham a ver com esses equipamentos e esses mobiliários. Portanto, iam levar aquilo à Assembleia Municipal, com a ideia de que, em breve, essas transferências seriam realizadas e que rapidamente as pudessem, também, enviar para a DGAL.

Portanto, aquilo que tinham feito tinha sido referente ao número de alunos que cada escola lhes tinha indicado, como o número de alunos por agrupamento, e, tendo em conta o cálculo dos 6 euros e 30 cêntimos, apresentavam aqueles valores que colocavam à consideração.

Sr. Presidente – Disse que isso contrariava aquela posição que o Sr. Vereador Fernando José tinha ali trazido, que só trabalhavam no protesto pelo protesto. Afinal, até acreditavam no Governo, antes dele pagar aprovavam as propostas, para garantir o pagamento aos diretores. Estava enganado o senhor vereador.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 789/2023 – Proposta n.º 23/2023 – DEB/DIGEPE – Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho – Ano letivo de 2023/2024

Sra. Vice-Presidente - Apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 70 a 79] e disse que a questão era que as escolas começavam a funcionar no dia 1 de setembro e era preciso terem garantidos todos esses apoios e essas competências que delegavam nos diretores.

No âmbito do contrato de delegação de competências, mantinham a maior parte daquilo que já havia sido transferido e incluíam, também, a questão dos encargos dos equipamentos, nos valores que estavam referidos na tabela, que propunham à aprovação.

A título de informação, queria dizer que, em relação à transferência de competências, continuavam a receber os valores de 2018, no que se referia às despesas de funcionamento. Estavam a preparar um documento onde tinham o balanço do relatório de abril até dezembro, que já tinha sido aprovado pela Comissão de Acompanhamento e iriam remeter a todas essas entidades que tinham intervenção na transferência de competências, nomeadamente ao Ministério da Educação, ao Ministério da Coesão Territorial, à IGF e à DGAL, porque, efetivamente, precisavam de saber quando iriam ser ressarcidos dos valores que a Câmara já tinha despendido a mais nesse processo.

Também queria informar que, decorrentes do acordo, tinham sido feitos vários compromissos. Um deles tinha a ver com essa portaria que tinha saído, que tinha explicado havia pouco, e ainda não tinham visto os valores, mas outro tinha, por exemplo, a ver com a Portaria 23, que falava relativamente ao pessoal não docente, em que o Governo se comprometia, também, a transferir para as autarquias os valores correspondentes aos prémios dos seguros de acidentes de trabalho, bem como as despesas das consultas de Medicina do Trabalho e, até à data, também ainda não tinham sido ressarcidos de quaisquer verbas, o que tinha tornado a situação muito complexa para honrarem, cumprirem aquilo que eram os compromissos relativamente à transferência de competências.

Queria dizer ainda, também, que, relativamente à questão do transporte escolar, tinha saído uma Portaria, que era a 9, mas apenas regulava o transporte escolar para alunos com necessidades de mobilidade, não tratava as questões do transporte escolar. Havia bastante tempo que andavam a pedir justiça nessa matéria, do transporte escolar. Bem sabiam que a



Câmara, por sua iniciativa, tinha aprovado uma série de medidas para o ano de 2023 – depois, mais adiante, também iriam falar nisso -, mas era mais uma portaria que se encontrava por regulamentar.

De qualquer maneira, aquele era o protocolo que, tendo em conta as condições e tendo em conta aquilo que também podia garantir alguma autonomia nos próprios agrupamentos e na gestão dos diretores escolares, a Câmara se propõe transferir as verbas que ali estavam.

Sr. Presidente – Disse que tinham estado a ver o Sr. Vereador Fernando José a tomar nota dessas dificuldades todas, do Governo para pagar a Câmara Municipal e para a Câmara Municipal poder pagar às escolas e, portanto, era preciso ter confiança no futuro.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, como o Sr. Presidente devia compreender, esses processos eram dinâmicos, atrasos existiam e, portanto, certamente que, a seu tempo, como pessoa de bem, o Estado iria cumprir com os seus compromissos, mas havia uma coisa que não tinha percebido na intervenção da Sra. Vereadora Carla Guerreiro e tinha ficado um bocado preocupado.

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro dizia que o Estado não tinha ressarcido ainda a Câmara das despesas com a Medicina do Trabalho. Gostaria de saber, desde que a Câmara tinha assumido o pessoal não docente das escolas, que gastos tinham sido esses com a Medicina do Trabalho que tinha tido com esse pessoal não docente, o que tinha vindo das escolas para a Câmara, consultas, exames, o que é que tinha sido feito, porque tinha ficado um bocado perdido ou tinha percebido mal.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, aquando da admissão dessas trabalhadoras e trabalhadores, tinham sido logo tomadas diligências para que todos os trabalhadores tivessem, pelo menos, a consulta de admissão. Portanto, tinha sido feita a todos uma consulta de admissão e também tinha sido ministrada formação na área da Higiene e Segurança no Trabalho a todos.

Tinham os encargos decorrentes de tudo isso ter sido integrado no sistema da Câmara, que já existia. Tinham tido que aprofundar aquilo que era as consultas e a disponibilidade, porque tinham passado a ter mais 536 trabalhadores. Tinham que cumprir, pelo menos, a consulta a partir dos 50 anos, como o senhor Vereador sabia. Portanto, tinham que chamar os trabalhadores para a consulta dos 50 anos e tinham que fazer um acompanhamento sempre que havia um acidente em serviço ou um regresso ao serviço após ausência por doença, quer natural quer profissional.

Tudo isso tinha vindo engrossar aquilo que era já o mecanismo da Câmara Municipal relativamente à Medicina do Trabalho. Tinham dado prioridade a essas trabalhadoras, porque, no sentido da admissão, era sempre feita essa consulta a qualquer trabalhador que entrasse na Câmara Municipal.

Nesse âmbito, já tinham sido feitas mais de 700 consultas só a esse pessoal. A Dra. Celeste estava a dizer que sim, porque era a Medicina, a Psicologia e a Enfermagem. Tinham esses serviços no âmbito da Medicina do Trabalho. Portanto, as pessoas eram vistas e isso tudo envolvia, depois, exames complementares, análises, etc. Tinham esse levantamento todo feito e constava do próprio relatório.

Sr. Presidente – Disse esperar que o Sr. Vereador Fernando José tivesse ficado devidamente informado e que estivesse preparado para alguém passar o cheque. Já não se passavam cheques, mas o que era importante era que a coisa acontecesse.

Sra. Vice-Presidente – Disse que pedia imensa desculpa, mas havia um episódio curioso que gostaria de partilhar com o Vereador Fernando José, tinha a ver com a questão das trabalhadoras. Quando perguntavam o que é que elas mais valorizavam em relação à transferência de competências, uma das coisas que valorizavam era o facto de terem Medicina do Trabalho, porque não tinham e era uma lacuna muito grave no caso do pessoal

das escolas, quer dos docentes, quer dos não docentes, que pensava que, por força das juntas médicas, tinham um serviço pontual, mas não tinham um serviço de Medicina do Trabalho. O Ministério da Educação não tinha esse serviço e era curioso que era uma forma das pessoas se sentirem aceites.

Uma forma de as pessoas se sentirem aceites dentro de uma organização era terem exatamente, também, as mesmas “atenções” que os trabalhadores tinham no âmbito da Medicina do Trabalho e elas valorizavam – dizia elas mas não eram só elas, elas e eles - muito essa questão da Medicina do Trabalho, talvez porque tinham carreiras longas e nunca tinham ido a uma consulta de Medicina do Trabalho.

Sr. Presidente – Disse que era importante ir ficando sempre claro que a capacidade e a qualidade dos serviços que as autarquias prestavam e que o Estado, ao longo de tantos anos e de tantas promessas e de tanta legislação - que não era feita pelas autarquias - e o resultado estava à vista. Os exemplos eram para ficar e o senhor Vereador ia tomando nota dessas coisas.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 790/2023 – Proposta n.º 24/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 80 e 81.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que a sua intervenção seria muito rápida. No âmbito dos centros tecnológicos especializados, a via PRR era uma das candidaturas possíveis. Aliás, a ANQEP tinha feito várias sessões de esclarecimento sobre esses centros tecnológicos especializados. O que queria perguntar era se tinha sido, eventualmente, feito algum plano ou elaborado algum tipo de análise e se só aquela escola caberia numa candidatura ao centro tecnológico especializado. Deduzia que sim e, se não, também já não iam a tempo, porque as candidaturas terminavam na sexta-feira seguinte.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tinham participado também em algumas reuniões com a ANQEP na Área Metropolitana de Lisboa, onde lhes tinha sido apresentado o plano. Sabia que a DGESTE também tinha promovido algumas reuniões com as escolas, tentando incentivar. Daquilo que tinha conseguido entender, não era fácil, também, para as entidades conseguirem aceder às candidaturas, porque muitos desses valores e tinham que ser adiantados e depois é que eram pagos e as escolas podiam não ter essa capacidade de o fazer.

De qualquer maneira, o Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama tinha decidido abalançar-se e tinha todo o apoio. As outras escolas, com a autonomia que também tinham e da reflexão que tinham feito, tinham decidido que não era altura. Pensava que iriam haver mais chamadas para os centros tecnológicos e que, como era natural, existiam muitas escolas e entidades que estavam expectantes em perceber como é que os programas iriam funcionar e se, efetivamente, tinham, depois, condições, se, vendo a primeira fase das candidaturas, tinham, depois, condições para se abalançar para uma questão daquelas. Pensava que tinha mais a ver com isso.

Provavelmente, numa segunda fase, poderiam ter outras escolas também a fazerem o mesmo. Inclusivamente, tinham tido uma reunião com a Escola Profissional, que também estava a ponderar. Julgava que, se calhar, talvez também outras escolas que tivessem o

ensino profissional pudessem, depois, vir, mais tarde, havendo outra experiência, a poderem apresentar, também, candidatura.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria só dar uma pequena informação. Estavam na segunda fase de candidaturas dos centros tecnológicos. Poderia vir uma terceira, mas, dia 23, na sexta-feira seguinte, terminava a segunda fase de candidatura.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Disse que queria louvar o trabalho desenvolvido por aquela escola, que tinha historial, obviamente, comercial industrial, e, portanto, também daí, provavelmente, a sua candidatura a esse centro tecnológico.

Queriam demonstrar alguma preocupação, numa parte que dizia respeito ao pretendido que a Câmara fizesse, que tinha a questão dos transportes partilhados e sustentáveis ou a promoção de alojamento estudantil de qualidade na área (dizia: *“Estabelecer parcerias com empresas de transporte público e privado, para oferecer opções de transporte seguro e acessível; estabelecer parcerias com instituições de alojamento, para a disponibilização de quartos ou residências de estudantes”*).

Sabiam que eram duas áreas frágeis e sensíveis, que poderiam dar algum problema e, portanto, daí alguma preocupação, mas tudo o que se queria fazer era sempre assim, também. Era um caminho tortuoso, mas deixavam essa preocupação e o louvor à escola, que já tinha um historial nessa área.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade em minuta.

16. Deliberação n.º 791/2023 – Proposta n.º 25/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Luísa Todi

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 792/2023 – Proposta n.º 26/2023 – DEB/DIAPE – Plano de transportes escolares para o ano letivo 2023/2024

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 83 e 84.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que a questão do transporte escolar vinha na sequência daquilo que a Sra. Vice-Presidente já tinha dito de uma proposta que tinha sido apresentada na reunião de Câmara, em novembro do ano anterior. Tinha ficado, também, o compromisso da Câmara Municipal tentar, junto da Direção-Geral do Ensino, relativamente à questão do transporte escolar para crianças que, por via da sua condição, não podiam utilizar os transportes públicos.

A verdade era que iam tendo conhecimento de que essa questão não estava ultrapassada e gostaria de saber aproveitando, aquele plano de transporte escolar, se a Sra. Vice-Presidente já tinha tido algum retorno, por parte da entidade que tinha essa responsabilidade, no sentido de apresentar ali uma proposta, até conjunta com a Câmara Municipal, para que se pudesse dar resposta a essas situações.

Sra. Vice-Presidente – Disse que essa tinha sido uma das competências que tinha passado para a Câmara Municipal. Contudo, nem todo o transporte era abrangido. O transporte que



era tratado era o transporte dos alunos que estavam dentro da rede de escolas. Aliás, tinha havido alguns problemas no ano anterior, porque, por exemplo, a escola de referência para alunos com problemas de dificuldades visuais, o Agrupamento Sebastião da Gama, e faziam o pagamento ao agrupamento do transporte, mesmo de alunos que não fossem do concelho. Do ponto de vista deles não estava correto, porque aquilo que o decreto-lei dizia era que era para os alunos do concelho, que era o que faziam para os alunos do concelho, por exemplo, que iam de Palmela, em relação ao transporte escolar. De qualquer maneira, tinha sido o entendimento da DGESTE. A DGESTE tinha enviado o dinheiro e tinham-no enviado para as escolas. Essa era uma das matérias que também estava delegada nos diretores, tendo em conta que as rotas eram muito específicas.

No caso em concreto, a Vereadora estava a referir-se a uma criança que não estava integrada nessa rede, mas que estava integrada numa outra instituição, mais específica para crianças com outro tipo, também, de problemáticas. Nesse aspeto, já tinham colocado a questão ao delegado regional. Estavam a acompanhar e estavam à espera de resolução. Essa criança, no ano anterior, estava no Agrupamento Barbosa du Bocage e usufruía desse transporte. A partir do momento em que, depois, tinha sido transferida para outro concelho, a questão tinha ficado em *“terra de ninguém”*. Portanto, tinham que esperar que, efetivamente, viessem essas informações e que se conseguisse resolver da melhor forma.

Queria dizer, também, que tinha havido uma pequena alteração com a Portaria 9. As equipas de intervenção nas escolas passavam a ter responsabilidade de emitir os pareceres e de fazer toda essa articulação. Não estavam a falar apenas de crianças só com necessidades educativas especiais, estavam a falar de crianças que tinham que ter comprovada dificuldade de mobilidade, ou, então, que as equipas tivessem essa responsabilidade de dizer que aquela criança necessitava de transporte.

Portanto, aquilo que podia dizer era que, em termos da estimativa da despesa que julgavam que iria ser para o ano de 2023/2024 aparecia na página 43 e aquilo que estavam a considerar eram 34 alunos, sendo que 7 eram de fora do município - portanto, era a questão que tinha colocado pouco antes -, num total de 12 rotas, 719 quilómetros e, depois, no valor de adjudicação de 205 mil euros. Claro que esse valor, depois, seria distribuído em função da localização dos alunos pelos agrupamentos. Portanto, essa tinha passado a ser uma responsabilidade nossa.

Também ali se tinha verificado algum défice em relação àquilo que eram os valores transferidos, porque essas atualizações, muitas vezes, eram mensais. Bastava o aluno ser transferido para outro sítio e, depois, a ligação que existia com a DGAL não lhes permitia fazer exatamente essas atualizações. Aliás, aquilo que lhes diziam era que depois fariam contas. Portanto, iriam ver quando é que seria o momento de fazer as contas, pelo menos em relação ao ano de 2022.

Em relação aos outros transportes, eram os números que estão plasmados. Cerca de 1600 alunos - cerca de 10 por cento dos alunos - necessitavam e usufruíam de transportes escolares.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que era para assinalar uma boa prática, que era de confiar, também, naquilo que era o trabalho das escolas e dos diretores nos aspetos que antes não aconteciam mas que iriam acontecer, de acordo com o que lhes era proposto e que lhes era apresentado.

Pelo que tinha percebido, era bem visto pelas escolas e era uma boa prática e, por isso, merecia, também, uma referência. Tinha a ver com a contratação de um determinado tipo de transporte, mais especializado, que passava a ser feito - naturalmente, em articulação com a Câmara - mas a partir das escolas, exatamente um conjunto de pareceres que as equipas que estavam nas escolas iriam promover.

Isso seria facilitador, quer do trabalho das escolas, quer, naturalmente, também, do trabalho do pelouro respetivo, do trabalho da Câmara, mas era, sobretudo, algo que queria destacar, que queriam destacar, como sendo, também, já um bom resultado da confiança e de um



trabalho de articulação que se queria que fosse continuado. Portanto, era uma boa prática que não queria deixar, em nome da bancada, de assinalar.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que era só para colocar uma questão, se tinha condições de avançar com o número de crianças que beneficiava do Programa de Transportes Escolares, na vertente Educação Inclusiva.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tinham que ter condições. Portanto, o número, a estimativa, era aquela e aquilo que iriam fazer era transferir esse dinheiro para os diretores, que faziam os respetivos procedimentos, de acordo com as necessidades que tinham nos seus agrupamentos. Isso já tinha sido feito no ano anterior, a experiência tinha sido positiva, tinha corrido bem e, por isso, aquilo que se propunha era que fosse replicado de novo.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 793/2023 – Proposta n.º 385/2023 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 185/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços para contratação de artistas, backline e equipamentos vídeo no âmbito da Feira Santiago 2023 – Abertura

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 85 a 88.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que estavam a, mais ou menos, 30 dias de iniciarem a Feira de Sant’Iago e era trazida aquela proposta de um ajuste direto. Começavam por perguntar o porquê de um ajuste direto. Qual era o motivo de ser um ajuste direto?

Depois, queriam dizer que o ajuste estava feito. Portanto, aquilo que traziam ali, naquele momento, era a ratificação de um procedimento, porque, se estivessem a fazer um ajuste direto para a compra de papel não estaria a ter aquela intervenção, mas estavam perante uma equipa que lhes trazia a contratação de artistas.

Pensava que todos sabiam, todos conheciam - uns mais do que os outros, mas todos conheciam - que contratar uma artista como a Áurea, como o Toy... (*“Porque é que estou a dizer isto? Então, porque era a proposta. Estou a dizer porque está na proposta, Sr. Vereador Pedro Pina, ou a proposta é confidencial? / “Não, não, continue, continue.”*). Tinham uma série de artistas, como Pedro Abrunhosa, e a contratação desses artistas para a Feira de Sant’Iago não se fazia em 30 dias. Portanto, esses artistas estavam contratados.

Aqueles artistas que estavam na proposta já estavam contratados, não havia outra forma. Não era em 30 dias que se conseguia contratar esses artistas, porque eles eram artistas que tinham agendas cheias, mais a mais na altura do verão. Portanto, esses artistas estavam contratados.

Aquela proposta de ajuste direto era uma proposta feita à medida para a contratação daquele cartaz que ali estava e era isso que não percebiam. Havia muitos meses que sabiam que iriam ter a Feira de Sant’Iago naquela data - e tinham saudado isso -, voltando a ter a duração que sempre tinha tido, com um interregno, pensava que no mandato de 2013-2016. Não conseguiam perceber porque é que só naquele momento e a 30 dias lhes era apresentado um ajuste direto.

Era evidente que os Vereadores do Partido Socialista – podia afirmá-lo – iriam votar a favor, mas perguntava: *“E se os Vereadores do Partido Socialista e os Vereadores - neste caso, as Vereadoras - do PSD votassem contra?”* É que estavam perante uma ratificação e, portanto, não podiam – podia usar a expressão entre aspas – *“brincar”* com aquelas situações, porque a situação da contratação dos artistas e do cartaz - podiam ir ao cartaz, isso dependia sempre



do gosto de cada um -, mas podia dizer que os vereadores do Partido Socialista consideravam ser um bom cartaz, que dignificava a Feira de Sant'ago, mas não era isso que estava em causa. A questão que estava em causa era o procedimento.

A 30 dias do certame, era-lhes apresentado um ajuste direto, no valor de 360 mil euros. Estavam a falar de 267 mil mais IVA, achava que não estava a cometer nenhum erro. Era isso que estava na proposta, para a contratação dos artistas e para filmar, passar a imagem e fazer a filmagem em cima no palco. Sabiam, também, que a questão do "catering" e que a questão do transporte e do alojamento, isso estava tudo previsto. Quando pagavam um determinado valor a um artista ou um conjunto, para vir atuar a Setúbal, tudo isso estava incluído no contrato que era feito. Naquele caso, não era a Câmara que iria fazer o contrato direto com o artista, com um conjunto que vinha atuar, iria fazer com aquela empresa. O artista, com essa empresa, tinha um contrato feito e no contrato estavam várias coisas: Toalhas turcas, brancas, garrafas de "whisky", leitão, choco frito. Estavam várias coisas incluídas, para além do belo cantante, aquilo que fazia o pessoal cantar, que era o dinheiro. Portanto, esse também iria ter que ser pago, evidentemente.

A questão que ali estava tinha a ver com o procedimento e não conseguiam perceber. Queria alertar o senhor Vereador e o Sr. Presidente que aquilo não era forma de atuar, já que estavam a falar de atuação e tinham que mudar esse procedimento. Já sabiam quando é que iria ser a Feira de Sant'ago em 2024, que lhes trouxessem as propostas antes. Certamente teria uma explicação para o ajuste direto. Mesmo sem essas explicações, já estava a dizer que iriam votar a favor, mas não podia ser assim, porque aquilo que ali estava era uma ratificação.

O senhor Vereador tinha acabado de ler a abertura do procedimento por ajuste direto, mas alguém acreditava que esses artistas já não tinham um contrato com a empresa, para vir a Setúbal naquele dia? Alguém acreditava nisso? Ninguém. Se aprovasse o caderno de encargos? Ele já estava aprovado. O convite à apresentação da proposta? Já tinha sido feito à empresa. Já tinham trabalhado isso tudo com a empresa.

Aliás, pensava que a apresentação do programa da Feira de Sant'ago seria na semana seguinte. Aquilo estava tudo feito. Aquilo que ali estava já estava tudo feito, era trazido ali para eles validarem e isso não podia ser assim. No passado, quando tinham maioria, faziam tudo.

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Como é que era? Diga lá.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Quando tinham maioria faziam.”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Mas, diga lá: Como é que era?”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Senhor Vereador, posso-lhe dizer...”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Quando é que aprovou essa proposta aqui, na reunião da Câmara?”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Mas vocês tinham maioria.”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Mas, diga lá: Quando é que aprovou? Sabe porquê? (...) reunião da Câmara.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Senhor Vereador, eu, agora, podia fazer como fez há pouco e mandá-lo calar para eu continuar a fazer a minha intervenção e intervir.”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“... ser mal-educado.”*



Sr. Vereador Fernando José – *“Percebo que isto seja um bocado incómodo para si, que é Vereador do [pelouro], mas deixe-me lá falar.”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“(...)”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Eu gosto, nós gostamos do programa. Isso é verdade, mas deixe-me lá terminar.”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Não diga tudo, que a gente, depois, (...) conferência de imprensa, na segunda-feira.”*

Sr. Presidente – *“Senhores Vereadores...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Ah, era por isso. Peço desculpa, estraguei a surpresa. Bem, deixe-me lá, então...”*

Eu não tinha percebido, sinceramente. Sinceramente, não tinha percebido. Não falo mais em artistas, mas deixe-me lá, agora, ir àquilo, que isto é um assunto sério. Podemos brincar, obviamente, mas é um assunto sério.

É um assunto sério, porque, pergunta-me: “Como é que foi feito no passado?” Bem, no passado vocês tinham maioria. A CDU tinha maioria e, por várias vezes, trouxeram aqui propostas de ratificação. Nós votávamos contra, protestávamos, mas faziam destas situações.

Eu não me recordo, sinceramente, se no passado houve contratação direta de artistas. Acho que a anterior presidente, numa altura, acabou com essa questão das empresas, mesmo enquanto Vereadora da Cultura, começou a contratar diretamente os artistas. Recordo-me, na altura da Vereadora Paula Costa, que os artistas eram contratados diretamente, mas, pronto, nem sequer isso está em causa, Sr. Vereador Pedro Pina.

Nem sequer estamos aqui a entrar em causa porque é que foi o ajuste direto com esta empresa, porque é que não foi. Não é isso que está em causa. Nem sequer estamos a entrar por aí e já lhe disse qual é o nosso sentido de voto. Aquilo que lhe estou a dizer é que isto não é procedimento.

Vocês estão-nos a trazer a 30 dias do evento um ajuste direto e, depois, na apresentação da proposta, vem aqui dizer “abertura do procedimento por ajuste direto”? Já está, está feito. “Que se aprove o caderno de encargos e convite à apresentação de propostas?” É agora que vão enviar o convite? O convite já foi enviado. Vai-me dizer que não? Vai-me dizer que o convite não foi enviado? Claro que o convite foi enviado. “Que seja convidada a apresentar proposta a empresa Idade das Ideias, Produtores Associados Limitada” (está aqui, 3).

Nós vamos aprovar isto, que seja convidada a apresentar proposta. Ela já foi convidada. Já foi convidada. O programa está feito, os cartazes estão aí, os “flyers” estão na rua e, portanto, a questão...

(Deixe-me lá terminar, Sr. Presidente, não fique... Sr. Presidente, não, isso queríamos, Vereador, Sr. Vereador Pedro Pina.)

E, portanto, a questão, aqui, é muito clara, este tipo de procedimentos não pode continuar. Não pode continuar e, portanto, nós não podemos...”

Voz, em fundo – *“Mas há alguma ilegalidade? Há alguma ilegalidade?”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Isso vamos ver. E, portanto, a questão que se coloca, aqui, é que isto não é forma de trabalhar e, portanto, que no próximo ano isto não se repita, porque, senhor Vereador, podem ter uma surpresa.”*

Sra. Vereadora Sónia Martins – *Disse que confessava que, quando viu aquela proposta na ordem de trabalhos, se tinha questionado se devia estar a ver bem e tinha tido necessidade de ir confirmar se, eventualmente, nalguma reunião que não tinha estado presente, se tinham*



mudado a data da Feira de Sant'Iago, porque, de facto, a muito custo, ia ter que subscrever aquilo que tinha dito o Vereador Fernando José.

Aquilo era uma ratificação e a verdade é que tinham alertado ali várias vezes para situações de ajuste direto. Recordava-se, recentemente, relativamente às trotinetes, que eram consecutivos os ajustes diretos, tendo em conta os seus fundamentos. Percebiam os fundamentos que tinham sido apresentados, mas não era um bom princípio.

A verdade era que a Feira de Sant'Iago estava definida havia muito tempo. Havia muito tempo que sabiam quando é que iria acontecer a Feira de Sant'Iago e não se conseguia compreender porque é que se optava por um ajuste direto. Não havia necessidade de se estar a optar por um ajuste direto num evento programado. Não se tratava de não perceber de contratação pública, não era disso que se tratava.

Sr. Presidente – *“Senhora Vereadora...”*

Sra. Vereadora Sónia Martins – *“Posso acabar de fazer a minha intervenção? Não?”*

Sr. Presidente – *“Peço desculpa. Faz favor.”*

Sra. Vereadora Sónia Martins – *“Eu já percebi que, de facto, o assunto está tratado. Nota-se, é evidente, até pela expressão. Não tem mal nenhum e, como dizia o Vereador Fernando José, de facto, o cartaz é ótimo. É muito bom o cartaz e devemos ficar todos contentes com o cartaz aqui apresentado. É bom para a cidade? É. Vai atrair muita gente à cidade? Vai. Espetacular. Não é isso que está em causa.*

Agora, de facto, sejam mais claros connosco, porque, de facto, ninguém gosta de fazer este papel - eu, pelo menos, não gosto -, porque a verdade é que isto está tudo tratado. Eu não acredito - e eu, o Pedro Abrunhosa, tenho forma de confirmar -, que ele não saiba que vem atuar na Feira de Sant'Iago.

Sr. Presidente, portanto, a questão, aqui, é: Não está em causa, de facto, aquilo que está aqui a ser proposto enquanto cartaz, mas, quer dizer, não faz muito sentido, a um mês da feira, vir aqui uma contratação por ajuste direto quando podia ter sido adotado outro procedimento da contratação pública. A contratação pública permite muita coisa. Agora, aquilo que nós optamos...

Nós podemos continuar a fazer ajustes diretos “ad eternum”. Podemos fazê-los “ad eternum”, agora esse não deve ser o princípio. Aliás, as recomendações da contratação pública não apontam para o ajuste direto. Portanto, é só esta questão, Sr. Presidente. É de serem claros naquilo que está a ser aqui apresentado. O assunto está tratado.

Como dizia, a apresentação é na próxima segunda-feira - portanto, é segunda-feira, dia 26 - e, portanto, Sr. Presidente, olhe, obrigada por nos informar.”

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria dizer duas ou três coisas, mas, antes, por questões objetivas e porque achava que era importante ser rigoroso, pedia ao Sr. Presidente se lhe permitia que pedisse ao Dr. Nelson Vieira que, depois, pudesse esclarecer aquele procedimento.

A senhora Vereadora podia sentir-se muito incomodada, mas havia coisas que não podia dizer, que tinham andado a confundir aquela gente toda e que tinham andado a desrespeitar os Vereadores.

Em primeiro lugar, perguntava-lhe se havia alguma ilegalidade naquilo que estavam a fazer, se a Câmara Municipal estava a cometer alguma ilegalidade no procedimento que estava a apresentar à Câmara Municipal.

Segunda questão, perguntava se em algum momento que tivesse memória, no passado, se tinha discutido os artistas da feira, sem prejuízo de o poderem fazer e sem prejuízo do Vereador dizer assim: *“É, pá, veja lá que eu até gosto do artista A, B ou C”*.

Era normal terem uma discussão franca e aberta e poderiam tê-la, mas isso nunca tinha sido feito. Aliás, era o primeiro ano, pelo menos desde que era vereador, estava o senhor vereador a dizer-lhe. Pelo menos desde que era vereador, não tinha memória de aquele contrato, com

aquelas características, ir à reunião de câmara. Portanto, vir dizer que tinham andado a esconder...

Os vereadores nunca tinham discutido e não tinha a ver com maioria ou com minoria. Nunca se tinha discutido. Essa responsabilidade estava diretamente delegada no Presidente da Câmara Municipal e era tratada daquela forma, não tinha a ver com ser maioria nem deixar de ser maioria. Tudo o que estava ali em causa era óbvio que tinha um tratamento feito com a devida antecedência. Portanto, o que estavam ali a fazer era, em rigor, [quanto] àquilo que tinha que ser feito, obviamente, trazer à reunião da Câmara, mas não havia nenhum procedimento ilegal relativamente a essa questão. Portanto, sinceramente, não percebia em que medida era o incómodo. O Sr. Vereador Fernando José tinha dito, mas, depois, achava que ele tinha compreendido o processo.

Aquilo que a senhora Vereadora tinha dito tinha sido: *“Estão-nos aqui a atirar areia para os olhos, estão-nos a esconder.”* Mas, estavam a esconder o quê? Estavam a esconder algum procedimento? Havia ali algum delito legal? Acreditava que não, mas, de qualquer forma, pedia ao Dr. Nelson Vieira, para que não houvesse dúvidas e, depois, se calhar, se ficasse com alguma questão que pudesse ser colocada e que pudesse explicar a razão daquele procedimento.

Dr. Nelson Vieira – Disse que não sabia se podia acrescentar muito mais do que aquilo que já tinha sido dito. No fundo, acreditava que aquilo era é uma prática comum em vários municípios, de utilizar os critérios materiais que estão previstos no CCP, no Código dos Contratos Públicos. Eram critérios materiais. Normalmente, era uma decisão do executivo a escolha de um conjunto de artistas, naturalmente associados a uma produtora. Esse era o procedimento que, tipicamente, viam por aí, sobre aquela matéria.

O valor não era muito diferente do valor de 2020, até, porque, enfim, tinha havido a pandemia pelo meio. A questão tinha a ver com a delegação de competências, dos montantes que *“estavam”* no Sr. Presidente. Acima de 150 mil euros teria que ir àquele órgão.

O processo tinha sido sempre tratado naquele formato, por critérios materiais, uma escolha por exclusividade técnica - diria assim -, porque eram aqueles artistas e não eram outros que se entendia irem atuar naquele espaço. Se, naquele momento, ia àquele órgão era porque o valor em causa também acumulava com uma parte do alojamento e do som, além da contratação dos artistas, e dava o valor que estava definido no procedimento.

Era um procedimento por ajuste direto, efetivamente. Iriam, naturalmente, a partir da decisão, da deliberação que fosse tomada, tentar fechá-lo nos 30 dias que estavam previstos, mas, naturalmente, que, sendo um convite exclusivo a uma entidade, havia alguma tramitação que seria mais facilitada. Era o que podia dizer sobre aquela matéria.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, no mandato 2005-2009, a Câmara Municipal de Setúbal, o executivo CDU, não tinha maioria e nunca tinha sido discutido em reunião da Câmara se vinha o artista A ou o artista B ou o artista C. Isso nunca tinha sido discutido na reunião da Câmara. Isso era uma decisão tomada pelo Presidente – pela Presidente da altura, Vereadora da Cultura -, mas as propostas eram levadas à reunião da Câmara. Depois, com a maioria que a CDU tinha alcançado, essa competência tinha sido delegada na Presidente e tinha sido por isso que não tinha ido.

Recordava-se de, na altura em que tinha entrado na Câmara, em 2009, ter feito um pedido de informação à Presidente da altura, Maria das Dores Meira, sobre a contratação de artistas e tinham-lhe sido entregues os contratos. Ainda tinha isso lá em casa. A Câmara Municipal de Setúbal, nessa altura, optava por contratar artista a artista. Naquele momento, optava [por outra solução]. Eram opções de gestão, não era isso que estava em causa. Tinha lá em casa os contratos. Os contratos tinham-lhe sido fornecidos na altura, portanto, tinha cópias dos contratos.

Naquele momento, tinha havido uma decisão diferente. Talvez tivesse acontecido no mandato anterior, era possível. Não tinham tido acesso, porque a competência estava delegada na



Presidente. Acreditava que tivesse sido por ajuste direto, não sabia se todos os artistas ou se só alguns, não fazia a mínima ideia.

Sr. Presidente – “*Quem é que contratava os artistas?*”

Sr. Vereador Fernando José - “*Mas, a verdade... Não é só esta empresa, podem colocar a duas ou três empresas, a dizer que artistas é que querem e pedirem o preço. Isso acontece. Não existe só esta produtora, existem mais. Existem mais agentes, existem mais. Na altura, até se contratavam, nem vale a pena entrarmos por aí.*

Bem, vamos lá, então, seguir. Ajuste direto a esta empresa. Podia ter sido a outra, foi a esta. Trazem-nos isto a 30 dias. Não teria sido, Sr. Vereador Pedro Pina... Nem me dirijo ao Sr. Presidente, mas, Sr. Vereador Pedro Pina, acho que teria sido de bom tom uma conversa com os Vereadores da oposição antes desta proposta nos chegar, [um] contacto com o Gabinete dos Vereadores do Partido Socialista, para dizer: “Olhe, atenção, nós vamos levar esta questão aqui de ajuste direto, porque houve aqui um atraso ou isto ou foi esta a decisão que tomámos”. Pronto, há uma explicação aos Vereadores. Não entende que devia ser dada uma explicação? Sr. Vereador Pedro Pina, é que, no limite, o senhor não está a ver, penso eu. Ainda não conseguiu perceber isso: A CDU já não tem maioria na Câmara, já não tem essa maioria.

Imagine, numa situação limite, nós, agora, chegávamos aqui e verificávamos, olhávamos para os artistas e dizíamos: “O quê?” Não, não gostava, olhávamos para os 360 mil euros e: “360 mil euros para este cartaz?” O senhor pode estar a brincar com os setubalenses.”

Sr. Vereador Pedro Pina – “*Não diga que é 360 mil euros, porque não é (...) artistas. Seja lá rigoroso.*”

Sr. Vereador Fernando José – “*Então, quanto é que é com IVA? Então, com o IVA não é 360 mil? É. São 267 mil mais IVA. E nós chegávamos aqui e dizíamos: “Isto, não... É, pá, 329 mil com IVA? Isto não corresponde, o cartaz que aqui está não corresponde” - e nós votávamos contra. Estes artistas estão todos contratados, isto está tudo contratado. Está a perceber a gravidade da situação?*

(Deixa-me concluir e, depois, liga o microfone e fala, está bem? Vamos respeitar-nos um ao outro na intervenção.)

Portanto, a questão é simples. A questão, aqui, é simples: Este tipo de procedimento não pode continuar. Este tipo de procedimento não pode continuar, Sr. Vereador Pedro Pina.”

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, relativamente ao passado, não se podia pronunciar, porque não tinha estado presente, portanto, não iria falar de coisas às quais não tinha assistido.

Não havia nenhuma ilegalidade. O procedimento que estava a ser apresentado decorria do Código dos Contratos Públicos, portanto, a questão não era a ilegalidade.

A questão era o facto de saberem que iriam dar um parecer sobre algo que já estava decidido. Não disse que havia nenhuma ilegalidade. Não havia, podia fazer os ajustes diretos que entendesse. Ao abrigo do critério material, havia vários procedimentos de ajuste direto. Não era essa a questão. Não havia nenhuma ilegalidade naquele processo. Não tinha sido isso que tinha dito, não existia.

No entanto, iriam fazer aprovar algo que estava tratado, que estava escolhido, que já sabiam que estava feito. Era só isso. Não havia nenhuma ilegalidade naquele processo, que não houvesse dúvidas sobre isso. Não tinha sido isso que tinha dito, mas podia ter vindo antes. Podia ter sido outro tipo de critério e podia ter sido escolhido outro tipo de procedimento.

Tinha sido uma decisão do executivo? Tinha. Tinha sido uma decisão que tinham adotado, podia ter sido outra. Se concordavam com os ajustes diretos? Por princípio, não.



Sr. Vereador Fernando José – Disse ao Sr. Presidente que o deixasse fazer uma pergunta técnica, porque não tinha conhecimento. Aquilo que lhes era trazido, em termos de proposta, era *“a abertura do procedimento por ajuste direto, que se aprove o caderno de encargos e convite à apresentação proposta”* - isso já tinha sido feito, já se tinha percebido que já estava tudo feito; *“seja convidado a apresentar proposta a empresa”* - já estava, já tinha apresentado, não iam andar a dizer que não tinha apresentado, aquilo já estava tudo apresentado. Aquilo não deveria ter ido ali como ratificação, como já tinha ido outras propostas, no passado? Perguntava, porque não sabia.

Sr. Presidente – Disse ao senhor Vereador que não havia ratificação. Para haver ratificação teria de dizer que aquilo era uma ratificação. Não dizia em lado nenhum que era uma ratificação. Não estava tudo feito se iam ali todos aqueles documentos, se ia ali aquela proposta.

Tinha sido responsável pela Feira de Sant’lago durante anos. Na altura, de facto, era diferente, era artista a artista. Entretanto, as coisas tinham evoluído. De vez em quando, surgiam situações que, tendo em conta que a Câmara Municipal – a Câmara Municipal e a Administração Pública - trabalhava com procedimentos a que estava obrigada, os artistas nem sempre estavam disponíveis. Às vezes, faziam exigências de última hora e deixavam-nos numa situação muito difícil, porque a Câmara não tinha a flexibilidade – não era a Câmara, era a administração - que uma outra contratação tinha. Portanto, tinham sido muitos anos com essas dificuldades.

Tinha-se evoluído com a experiência e os serviços técnicos, também, naturalmente, iam avaliando o evento e como é que noutros sítios se ultrapassavam essas dificuldades.

Naturalmente que podiam pôr em causa essa questão: *“Então, agora é a um mês do início da feira que vem aqui a proposta?”*, mas, se analisassem bem a situação e a complexidade do que estava ali, se calhar era mais fácil perceberem, antes de colocarem as questões como tinham sido colocadas.

Os orçamentos não esticavam, os orçamentos eram limitados e, portanto, havia uma verba que estava estimada para essa componente dos artistas, que, depois, tinha essas novas componentes, que antes também não havia, que eram os vídeos e essas coisas todas. Depois, tinha aquelas partes todas que o Vereador já tinha referido, que eram os alojamentos, que eram os transportes, que eram outras questões. Isso é que era, também, muito difícil para a Câmara Municipal resolver.

O que achava era que os serviços tinham, naturalmente, indo vendo noutras, também com outras experiências, e tinham chegado à conclusão que o melhor era contratar uma empresa que resolvesse esses problemas todos e, quando o processo estava terminado, o que faziam era adjudicar, depois de conversar, depois de negociar, naturalmente, informalmente, de chegarem a uma situação de *“OK, esta verba, este valor global está de acordo com aquilo que é possível, de acordo com o orçamento, e, portanto, estamos em condições disso”*.

Mas tudo isso tinha tempos complicados, até porque a situação que vivíamos, em termos de economia, não era fácil, essas questões da inflação e dos transportes e da energia. Tudo isso mudava de um mês para o outro - se calhar, mudava mais depressa ainda -, e, portanto, vivíamos numa situação em que não era fácil chegarem a um ponto e dizerem assim: *“É, pá, isto...”*, como, se calhar, no tempo em que tinha a feira. Se calhar, não havia alterações a 3 meses ou a 4 meses. Até a 6 meses não havia alterações.

Naquele momento, por aquilo que viam noutras contratações, essas alterações estavam a acontecer todos os dias ou quase todos os dias. Portanto, achava que o que tinha havido ali tinha sido, de facto, um processo de primeiro escolher o conjunto de artistas. Achava que, à partida, havia um objetivo que era trazer à Feira de Sant’lago os artistas que estavam mais conceituados, em termos de público em geral. Isso era um objetivo. Depois, tendo em conta as limitações orçamentais, havia que preencher as outras partes e isso, às vezes, não era fácil. Era preciso encontrar qual era o artista que também considerassem, mas que se enquadrava num orçamento global. Não era uma coisa fácil.

Estava a tentar explicar a dificuldade de um procedimento daqueles que, noutros tempos e noutra conjuntura económica, seria, se calhar, com um diferencial de 4, 5 ou 6 meses. Naquele momento, as coisas não eram assim. Portanto, compreendia as questões que tinham sido levantadas, ou, pelo menos algumas das questões que tinham sido levantadas, da questão ser ali apresentada àquela distância, mas aquilo que estava ali era um processo que era construído, tendo em conta determinadas limitações, determinados parâmetros e determinados objetivos. Era trazer os melhores artistas de Portugal, do Mundo, etc., mas, naturalmente, havia um limite, um outro limite, que era o limite orçamental.

Portanto, era trabalhando nisso e isso tinha que ser tratado como uma empresa. Não era com qualquer empresa, por isso é que se dizia *“compreendo os termos da contratação pública”*. Quando se dizia: *“Bom, mas, agora, vem aqui, à última da hora, dizer que vamos convidar esta empresa”*, certamente que isso tinha sido verificado, qual era a empresa que dava melhores condições para um leque de oferta.

Só estava a procurar explicar a dificuldade e a complexidade de chegarem a uma proposta final. Diziam que achavam que aquilo devia ter vindo com mais um mês ou dois de antecedência. Aí, concordava, mas a complexidade daquilo que ali estava, de chegar uma proposta final daquelas, encontrar uma empresa que conseguisse garantir esses artistas, porque era preciso saber se essa empresa... Como se sabia, havia empresas... Aliás, o seu nome era visto no mercado porque eram as detentoras dos direitos deste ou daquele artista. Se queríamos ter um leque alargado de artistas, se calhar, a empresa ou as empresas tinham de negociar umas com as outras, para ver em que condições é que dispensavam o artista que tinha direitos exclusivos nessa empresa.

Voltava a dizer que estava a falar da complexidade de um processo que chegava ali limpinho. Reconhecia e compreendia essa coisa de dizer: *“Agora, vamos convidar aquela empresa”*, mas era preciso perceber como é que chegavam ali. Chegavam ali fazendo um caminho longo, situações complexas, complicadas, etc., de negociação, muita negociação, certamente. Não tinha sido ele que tinha acompanhado, mas fazia ideia, pela experiência que também tinha tido dessas questões. Portanto, era isso que queria dizer, para compreenderem.

Estavam num quadro completamente legal, como tinha sido dito e sem dúvida nenhuma, relativamente àquele procedimento. Compreendia a outra questão que os senhores Vereadores tinham colocado, mas também apelava para que compreendessem a situação económica em que vivíamos, a dificuldade que era constituir um elenco tal como ele era ali apresentado, e, nessa base - não sabia se era assim, mas admitia que tivesse sido essa a questão -, dizer assim: *“É, pá, para a Feira de Sant'Iago, mantendo o nível de outros anos, nós queremos aqui 3 ou 4 ou 5 artistas de referência. Agora, como é que lá vamos chegar?”* Para lá chegar, era preciso verem no mercado como é que se chegava aí. Portanto, havia um tempo de negociação, se calhar, entre a Câmara Municipal, essa empresa e, depois, essa empresa com outras empresas, para eles se entenderem quanto a disponibilizar esses artistas. Era disso que estava a falar e, portanto, chamava a atenção, mais uma vez, para a complexidade do problema, que não era assim tão fácil como, à primeira vista, poderia parecer.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que percebia perfeitamente aquilo que tinha sido dito pelo Sr. Presidente e, também, pelo Sr. Vereador Pedro Pina. A questão não era essa. Não colocavam em causa. Poderia levar a outra discussão, do ajuste direto. Não colocavam em causa a empresa nem estavam a colocar em causa o cartaz. Até já tinham dito que iriam votar favoravelmente.

Aquilo que se colocava ali era que iram estar a votar, no ponto 2: *“Convite à apresentação de proposta que se anexa - Que seja convidada a apresentar proposta a empresa”*. Aquilo que ali estava não correspondia à verdade, isso já tinha sido feito. Isso estava tudo feito. O Sr. Presidente percebia?

O Sr. Presidente não lhe iria dizer que aqueles artistas que ali estavam, cujo nome não iria mencionar outra vez, porque a apresentação pública seria na segunda-feira seguinte, mas estes artistas estavam contratados. Portanto, que não lhe viessem dizer que já não havia

contratos, que aqueles artistas já não tinham contrato com aquela empresa. Já estava tudo tratado e bem, não era a um mês ou a 15 dias que iriam tratar.

A questão ali era que iriam estar a aprovar “*que seja convidada a apresentar proposta a empresa*”. Então, a empresa já tinha tudo contratado e iria apresentar proposta? Já estava tudo combinado com a Câmara. A Câmara até iria apresentar na segunda-feira o programa. Por isso é que perguntava se não seria uma ratificação.

Sr. Presidente – O senhor Vereador que lhe permitisse só dizer que, quando se identificava aquela ou esta empresa, provavelmente, tinha-se andado vários meses para encontrar uma empresa que fosse capaz ou que tivesse condições para garantir um elenco daqueles. Era isso que queria dizer. A complexidade do que estava ali era isso.

Depois, havia outra questão, que era: Quem é que aceitava um contrato por um determinado valor a quatro meses de distância, nos tempos e na situação em que vivíamos? Era tudo isso. A quatro meses, como é que havia uma empresa? Havia um artista que tinha um determinado valor, uma determinada proposta, e, dois meses depois, já não aceitava aquele valor. Portanto, era por isso que apelava à consideração dos senhores Vereadores a não colocarem as questões assim, à primeira vista. Compreendia, à primeira vista, quando colocavam essas questões, mas, no fundamental, compreendendo a complexidade do que estava em causa, era isso.

Não fazia comentários sobre a proposta, cada um tinha os seus gostos, naturalmente, mas achava que os serviços, também pela experiência que tinham, procuravam manter níveis da Feira de Sant’lago, em termos dos artistas, porque, no fundo, o nível de referência da Feira de Sant’lago tinha muito a ver com isso. Era só para que compreendessem melhor a complexidade da coisa.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria só colocar duas questões. Primeiro, como o Sr. Presidente tinha dito disse - e bem! – aquele processo era um processo comercial complexo. Da nossa parte, como era compreensível, o Departamento de Administração e Finanças encontrava a solução que melhor correspondia a um processo que era um processo complexo. Ia dar um exemplo que estava a partilhar de soslaio. Tinham tido vários artistas inicialmente convidados, que gostariam, que, entretanto, tinham cancelado porque tinham exclusividade com eventos que se realizavam na Área Metropolitana de Lisboa e que tinham, eventualmente, dado a possibilidade de considerar vir atuar e que, entretanto, não tinha sido possível, efetivamente, que isso acontecesse, porque tinham esse compromisso em toda a Área Metropolitana de Lisboa. Depois, tinham sido concertar, também, um conjunto de agendas.

O que lhe parecia claro era perceber que, obviamente, aquele era um processo que tinha sido começado havia muito tempo e que, para chegar a uma versão final, tinha toda uma sequência. Aquele era o formato para contratar artistas naquele momento, era o formato que, se calhar, perante essas necessidades, melhor correspondia a essa necessidade.

Voltava a dizer, independentemente do passado, independentemente daquilo que era o direito à oposição conhecer, que, no passado, esse processo não passava pela Câmara Municipal, efetivamente, todo esse procedimento. Havia um conjunto de artistas que atuavam nos mais diferentes equipamentos municipais em que os procedimentos também eram considerados por ajuste direto e não havia uma outra forma para trazer, para espetáculos com essas características, esses mesmos artistas.

Portanto, era isso e não havia nenhuma outra questão. Percebiam essa situação, mas não havia nenhuma questão que fugisse àquilo que era o rigor. Obviamente que esses processos tinham que ser começados a discutir com muita antecedência.

Sr. Presidente – Disse que, não havendo mais questões, iria pôr à votação a proposta.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



Sr. Vereador Fernando José – Fez a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do Partido Socialista votaram a favor para não colocar em causa a realização do certame e por considerarem o cartaz de extrema qualidade e que irá potenciar, certamente, a edição deste ano da Feira de Sant’Iago.”

19. Deliberação n.º 794/2023 – Proposta n.º 96/2023 – DCDJ/DISOC – Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – PMIND 2023 – 2027

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 89 e 90.

Sr. Vereador Pedro Pina – Fez a seguinte intervenção: “Por esta proposta, o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, o Município de Setúbal, assumindo-se como um município participado, afirma a valorização da cidadania e da cultura participativa e colaborativa, necessária ao seu desenvolvimento social, cultural, educativo e económico. É também isso que nos leva, em conjunto com diversos organismos locais, a fomentar políticas e medidas de valorização e defesa da igualdade entre mulheres e homens e implementar políticas e medidas de eliminação dos estereótipos e desigualdades de género, promovendo a igualdade e a não discriminação.

Acreditamos que a mudança que se pretende efetivar a partir do local para o nacional será mais eficaz e autêntica havendo a mobilização das comunidades, de forma a quebrar a reprodução de desigualdades e a promover uma cultura de igualdade de direitos, de não discriminação e de inclusão, no sentido da democracia participativa e da cidadania plena.

É, precisamente, nesse processo de mudança que se insere o presente plano de ação para o período 2023-2027.

A partir de um diagnóstico quantitativo cuidado, complementado com recurso a metodologias colaborativas, auscultando parcerias institucionais do território, população em geral e trabalhadores municipais, foi elaborado este plano de ação que se apresenta em anexo à proposta.

Trata-se de um instrumento importante na estratégia municipal para a igualdade de género, assumindo o Município o compromisso de superação das desigualdades e a construção de um concelho cada vez mais coeso e igualitário, contribuindo, assim, para um território mais livre e desenvolvido.

Gostaria, porque o Plano de Ação é extenso, apenas de referir algumas notas do mesmo:

Notas gerais sobre o Plano de Ação - No âmbito da presente tipologia de operações, apoiam-se as ações relativas ao desenvolvimento de diagnósticos, à elaboração, à implementação, à divulgação e à avaliação de planos para a igualdade de âmbito municipal ou regional. Estes planos devem garantir uma visão integrada do território, definindo uma estratégia de territorialização das políticas de igualdade e não discriminação da Estratégia Nacional, estando em fase de finalização a formalização da Equipa para a Igualdade na Vida Local, que se entendeu ser mais aconselhável fazer depois da concretização deste trabalho e a nomeação dos respetivos Conselheiros Municipais para a Igualdade, estando internamente já definidos, e que englobam dirigentes municipais das áreas do Urbanismo, Recursos Humanos, Educação, Desporto, Cultura, Direitos Sociais e Saúde, assim como os dois conselheiros a serem nomeados, um do Município e outro externo.

O financiamento aprovado teve como elegíveis, unicamente, as despesas com recursos especializados para a elaboração do diagnóstico, a conceção e a avaliação do Plano.

Para a elaboração do Plano de Ação, destacamos, ainda, as etapas que antecederam esta formalização: 2020 - Elaboração da candidatura; em maio de 2021, o protocolo entre a Comissão de Igualdade de Género e o Município e em junho de 2021 a aprovação da candidatura. Entre 2021 e 2022 foi elaborado o diagnóstico participativo, com auscultação de pessoas e organizações, (...) grupos, internos e externos, e a análise de dados quantitativos, o que permitiu avançar em 2023 para a construção do Plano de Ação.



Destacamos, ainda, algumas ações que já foram sendo desenvolvidas como consequência deste trabalho articulado e que concorrem diretamente para outras, consideradas em Plano de Ação, como sejam: O assinalar do Dia da Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres - 25 de Novembro; criação de “flyer” para a divulgação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação; comemoração do Dia Internacional da Mulher, a integrar, também, no Programa Março, Mulher; campanha “O Pai Já Vai”, promoção de parentalidade partilhada do “podcast” “Que não nos faltem os direitos sociais”; Dia Municipal para a Igualdade; concretização da 1.ª reunião do grupo de trabalho,...

(Peço desculpa, mas eu agradecia... Acho que isto é importante e também toca a todos os trabalhadores da Câmara. Sei que a hora vai longa, mas acho que é um instrumento demasiado importante e que merece o respeito de todos sem exceção e, portanto, agradecia que pudessem dar a oportunidade de ler o documento. Obrigado.)

... intervenção com escolas, sessões sobre Género e Cidadania em turmas do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas e, ainda, sessões sobre orientação sexual e de identidade de expressão de género na Escola Básica Barbosa du Bocage.

A vertente interna do Plano promove, através da promoção da igualdade entre homens e mulheres e da transversalização da igualdade de género e não discriminação como fator determinante na gestão de recursos humanos. Contempla dois objetivos estratégicos, inscritos nas estratégias nacionais e 34 medidas previstas, que incluem, por exemplo, ações de formação para técnicos sobre as questões LGBT, formação na área da igualdade entre mulheres e homens trabalhadores e dirigentes, universalizar o uso da linguagem inclusiva na comunicação interna e externa do Município e, ainda, continuar a promover a conciliação entre a vida profissional e vida pessoal.

Na vertente externa promove a dinamização de iniciativas comunitárias e políticas locais em prol da igualdade de género e no combate à desigualdade e discriminação, bem como no questionamento sobre os papéis sociais tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres. Contempla 8 objetivos estratégicos, inscritos em estratégias definidas a nível nacional, identificadas no Plano de Ação, que inscrevem 21 medidas em que se incluem, por exemplo, a articulação com a área da educação, igualdade e não discriminação em contexto escolar, sessões de escolas do 1.º ciclo na área da saúde, prevenção da violência doméstica, nomeadamente em contexto de sessões de preparação para o parto; campanha de sensibilização comunitária, com constituição do grupo de trabalho especialista em violência doméstica, elaborar um Plano Municipal de Prevenção e Combate à VD e disseminar a informação factual sobre igualdade e não discriminação e a criação de bolsa de pessoas com recurso técnico nesta área.

Por fim, é muito importante a inscrição e definição legislativa dos aspetos relacionados com a igualdade e não discriminação, mas importa-nos, também, a operacionalização e o investimento em medidas concretas, muito para além dos planos, todos e todas.

E, portanto, Sr. Presidente, mesmo para concluir, sabemos que não são os planos que alteram a realidade, importa investir em ações concretas. Tendo o Município de Setúbal candidatura aprovada e ações desenvolvidas, solicitámos, desde já, à CIG, esclarecimentos sobre os aspetos em falta no respetivo “site”, uma questão que foi colocada pela bancada do Partido Socialista, inclusive, e, ainda, também, uma outra pergunta que nos foi dirigida.

Preocupam-nos os dados que temos de acesso relativos à violência doméstica e de género. Assim, continuaremos, tal como inscritos no Plano, com o Grupo de Trabalho para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica, com o envolvimento das respetivas entidades: ACES Arrábida, Centro Hospitalar de Setúbal, GNR, PSP, Centro Distrital de Segurança Social, APAV, SEIS e CPCJ de Setúbal. Este grupo tem como principal objetivo a construção de um Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, mas não é apenas com a construção de um grupo de trabalho que se combate o fenómeno.

Por reconhecer esta urgência, o Município não considerou esta área no PMIND, como esteve desde 2018 envolvido nas negociações para o estabelecimento de um Serviço de Apoio à Vítima Setúbal, Palmela e Sesimbra, com a Secretaria de Estado da Cidadania, mas que nunca avançou.



Estamos conscientes dos desafios que se avizinham e estamos preparados para lidar com os mesmos. Sabemos que podemos contar com todos e com todas, cientes que em igualdade fazemos melhor.

Peço desculpa por ter-me alongado, mas creio que o documento exige esta forma pormenorizada de apresentação.”

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Fez a seguinte intervenção: *“Em primeiro lugar, saudar a apresentação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2023-2027”, assim, como o trabalho técnico inerente à realização do mesmo.*

A Estratégia Nacional para a Igualdade “Portugal Mais Igual”, assume, efetivamente, a territorialização das políticas públicas como uma prioridade, colocando as autarquias, face à sua proximidade com as populações, entidades locais e organizações da sociedade civil, como particularmente bem posicionadas para desempenharem um papel chave na implementação de políticas públicas para a igualdade.

As políticas para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres têm como objetivo neutralizar e ultrapassar as barreiras visíveis e invisíveis que existem ou poderão surgir no acesso de mulheres e homens, em condições de igualdade, à participação económica, política e social. Porém, não podemos esquecer nunca que o conceito de igualdade deve estender-se a todo o diverso espectro da identidade do género.

Como já tivemos oportunidade de referir e o Sr. Vereador Pedro Pina acabou de mencionar na sua intervenção, preocupa-nos referirmos aqui os dados do Relatório Anual de Segurança Interna, segundo o qual o crime mais participado (17,3 por cento) foi a violência doméstica no nosso território e o impacto que esta tem em termos processuais na CPCJ.

Esta problemática encontra resposta no Plano Municipal para a Igualdade, sendo, entre outros, um dos seus objetivos a prevenção de todas as formas de violência contra mulheres e raparigas e de violência doméstica, incluindo a violência no namoro, para além das questões de igualdade de género internas.

No documento inicial que nos foi entregue, penso que em outubro de 2022, encontrávamos a recomendação para a criação do Grupo Interinstitucional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, tendo em vista a conceção de um Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e Doméstica, processo, segundo este documento que aqui estamos a apreciar, a iniciar em 2023.

Pretendíamos saber se já se iniciou, uma vez que, face aos dados estatísticos, era de extrema utilidade a sua aplicação e ser consequente a promoção da qualidade e eficácia dos serviços prestados às vítimas, complementando os existentes e trabalhando na ótica da prevenção.

Em termos de diagnóstico local da igualdade de género no Município de Setúbal, consideramos que tinha sido uma mais-valia enriquecer o documento com dados sobre o impacto do género na problemática do envelhecimento, os números da violência doméstica e de género e no âmbito da pobreza e exclusão social, para termos uma visão abrangente do território, assim como mulheres e homens em situação de carência habitacional, mulheres e homens em situação de sem-abrigo e, como o documento aborda o objetivo específico de prevenir e combater todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas e de violência doméstica, incluindo a violência no namoro e práticas nefastas, como a mutilação genital feminina e casamentos infantis e forçados, seria importante ter o diagnóstico local destas práticas.

Pretendíamos saber se o plano em análise foi articulado com outras estratégias e planos locais, como seja a Estratégia Local de Habitação e, entre outras, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas.

Efetivamente, como disse o senhor vereador, falamos de um assunto sério e até atrevo-me a citar Kofi Annan, que “a igualdade de género é mais que um objetivo em si mesmo, é uma condição prévia para enfrentar o desafio de reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e construir um bom governo.”

Sr. Vereador Pedro Pina – Fez a seguinte intervenção: *“Só tentar responder às questões, não sei se consegui captar todas.*

Em primeiro lugar, nós estamos a desenvolver o procedimento da constituição do grupo. Nós entendemos que havia processos que deviam de estar consolidados com a apresentação deste documento, para agora se iniciar, tal como eu descrevia oportunamente, o desenvolvimento dos grupos de trabalho. Obviamente que este momento é um documento que implica interação com outros documentos estratégicos que já estão aprovados na Câmara Municipal. Aliás, o próprio grupo de trabalho, não é por acaso que tem a constituição de vários a técnicos e recursos que fazem exatamente parte de diferentes entidades.

Sobre a questão que a senhora vereadora coloca, nós poderíamos introduzir esses indicadores, bem como outros indicadores. A questão é que nós também temos que ter consciência dos limites da nossa intervenção e, do ponto de vista conceptual e do ponto de vista metodológico, sem prejuízo de algumas dessas matérias concorrerem para o mesmo âmbito da problemática, ou seja, a violência sobre a pessoa ou sobre vítimas de violência, também não deixa de ser menos verdade que, se se alargar muito aqui o espectro da intervenção, nós não seremos capazes de responder.

Portanto, nós não pomos de parte a possibilidade de integrarmos, do ponto de vista dos diagnósticos, até porque há vários documentos que serão realizados ao longo do próprio processo, mas também nos parece, tal como os indicadores que nós conseguimos apurar, sermos capazes de sermos o mais concretos e mais objetivos para aquelas que são as problemáticas que, evidentemente, merecem a nossa intervenção mais urgente e essas são aquelas que estão bem evidentes, quer ver as vítimas de violência doméstica, quer, nomeadamente, as crianças, e, de facto, é gritante.

Importa, ainda, referir que neste quadro há um processo que se constrói, há um processo que está a ser construído e é fundamental, porque, por mais vontade política que se assuma agora, com a aprovação ou com a expectativa da aprovação deste documento, não é menos verdade que há um conjunto de entidades que são fundamentais para que uma parte importante dos estereótipos, dos preconceitos que estão pré-estabelecidos, relativamente a esta matéria, de uma vez por todas, no território de Setúbal, possam ser emancipados e isso é um contributo que nós esperamos que todos os vereadores, com o compromisso, sejam também eles disponíveis e protagonistas deste processo que agora se conclui.”

Sr. Presidente – Disse que, não havendo mais questões, punha à votação a proposta sobre o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2023-2027.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 795/2023 – Proposta n.º 103/2023 – DCDJ – Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a DGESTE – DSRLVT / Coordenação local do desporto escolar da Península de Setúbal e a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva de Alto Mar

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 91 e 92.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



21. Deliberação n.º 796/2023 – Proposta n.º 104/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 797/2023 – Proposta n.º 105/2023 – DCDJ/DICUL – Comissão do Círio de Nossa Senhora da Arrábida de Azeitão – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 94 e 95.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 798/2023 – Proposta n.º 106/2023 – DCDJ/DIDES – Pedido de apoio financeiro para a participação na Artistic World Cup 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 96 a 98.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 799/2023 – Proposta n.º 107/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Damas – Ações e eventos Desportivos 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 99 e 100.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 800/2023 – Proposta n.º 108/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à “AONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão”

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 101 a 104.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



26. Deliberação n.º 801/2023 – Proposta n.º 195/2023 – DURB – Declaração de caducidade da licença n.º 21/90 – Emitida pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 105 a 108.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria só perceber se tinham tentado perceber por que é que não tinham sido pagas as taxas, porque a verdade era que havia uma concessão aberta. Porque é que nunca tinha sido feito nada? Tinham tido respostas do proponente?

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que as taxas tinham sido pagas. A licença era renovável de 5 em 5 anos e desde 2019, onde era suposto fazer uma renovação da licença, não tinha sido feito esse pedido de renovação. Para além disso, a própria licença não previa o pressuposto da mudança da titularidade e o que sabiam era que, entretanto, tinha havido um negócio jurídico privado, mas esse nada contava para a decisão. Considerando que o Plano de Ordenamento das Praias não considerava esse equipamento, o que consideravam mais adequado era fazer a declaração da caducidade da licença, para não protelar direitos que dali a um ano pudessem ter de ser postos em causa, que também não tinham sido requeridos, porque não tinha sido requerida a renovação da licença.

O Sr. Vereador Pedro Pina saiu da sala.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 802/2023 – Proposta n.º 196/2023 – DURB/DIPU/GAP – Reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional do projeto “Navigator Green Fuels Setúbal” - Processo n.º 847/23 - RETIRADA

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que se tratava de um parecer de reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional do projeto “Navigator Green Fuels” para Setúbal. Tinha sido um pedido de parecer solicitado à Câmara pela AICEP. No entanto, naquele mesmo dia, tinha sido comunicado à Câmara, através de e-mail, que o pedido estava suspenso, porque tinham sido solicitados mais esclarecimentos à empresa promotora, naquele caso à Navigator e, portanto, propunha a retirada da proposta.

Sr. Presidente – Perguntou se havia questões sobre aquela proposta.

28. Deliberação n.º 803/2023 – Proposta n.º 197/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do Projeto de Arquitetura e Concessão da Licença de Demolição - Processo n.º 284/22

O Sr. Vereador Pedro Pina regressou à sala.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era para colocar à votação em bloco da deliberação 803 à 809, uma vez que não tinham nada a obstar e, ainda, estavam ali muitos setubalenses para intervir.

Estavam ali desde as 4h 30m. Não podiam trabalhar mais de 5 horas seguidas, tinham de fazer uma pausa, mas não tinham feito. iam continuar e tinham ali trabalhadores. Tinham de começar, se calhar, a pensar em ter qualquer coisa para comer, tal como acontecia na Assembleia Municipal.
Era da deliberação n.º 803 à n.º 809, se ninguém tivesse nada a opor.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que acompanhavam.

Sr. Presidente – Disse que punha à consideração a apreciação e votação das propostas de deliberação 803 à proposta de deliberação 809, inclusive.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 803 a 809 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 804/2023 – Proposta n.º 198/2023 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações ao Alvará de Loteamento n.º 1/2011 - Processo n.º 1046/04

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 28).

30. Deliberação n.º 805/2023 – Proposta n.º 199/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura – Obras de Alteração - Processo n.º 92/18

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 28).

31. Deliberação n.º 806/2023 – Proposta n.º 200/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reabilitação, alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 150/21

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 28).

32. Deliberação n.º 807/2023 – Proposta n.º 201/2023 – DURB/DIMOT – Conversão a sentido único da Rua dos Camponeses

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 113 a 115, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 28).

33. Deliberação n.º 808/2023 – Proposta n.º 202/2023 – DURB/DIMOT – Estacionamento privativo (dois lugares), na Av. Alexandre Herculano / Isenção do pagamento da taxa anual

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 116 a 118, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 28).



34. Deliberação n.º 809/2023 – Proposta n.º 203/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 15/22

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 119 a 121, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 28).

35. Deliberação n.º 810/2023 – Proposta n.º 204/2023 – DURB/GARIU – Hasta pública para atribuição do direito de ocupação de espaço público, para instalação e exploração de publicidade comercial de 14 painéis publicitários, na dimensão de 8mx3m, por um período de 48 meses, na União de Freguesias de Azeitão - RETIRADA

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 122 a 125.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, em primeiro lugar, quando comparavam a proposta com aquilo que tinha sido o Despacho de 2019 que tinha dado origem à hasta pública anterior e, até mesmo, olhando para aquilo que eram os valores que acabavam por ser refletidos, parecia haver um desconto ou um valor efetivamente mais baixo, uma desvalorização, melhor dizendo.

Havia um valor mais baixo naquilo que era o valor base da hasta pública, quando faziam as contas ao valor individual de cada um dos “outdoors”, 27 mil euros para 18 “outdoors”, que tinha sido a hasta pública de 2019. Estavam a falar de 1.500 euros por cada “outdoor” e na proposta tinham 1.200 euros por cada um dos 14 outdoors.

Por aquilo que lhes tinha sido dado a observar das tabelas de taxas, tinham tido atualizações sempre em alta e, portanto, havia, efetivamente, um valor que, na nova proposta, era mais baixo do que aquilo que tinha sido na hasta pública de 2019.

Mas, para além daquilo que era a consideração sobre o valor, importava, acima de tudo, olharem para uma outra questão que lhes parecia ser mais relevante, que era uma questão de concorrência. Ao fazerem uma hasta pública que atribuísse a um único operador a totalidade dos “outdoors” de Azeitão - aqueles 14 - não estavam a respeitar aquilo que era uma recomendação de boas práticas para as concessões de exploração de publicidade em mobiliário urbano que a Autoridade da Concorrência tinha enviado em 2020 a todos os municípios, que sugeria que as adjudicações - os concursos públicos, as hastas públicas - pudessem ser feitos em lote.

Com efeito, se tivessem, apenas, um único operador, ao ganhar os 14 “outdoors”, iria, naturalmente, agir em monopólio. Percebia que para os grandes anunciantes, para quem trabalhava com as agências de meios e comunicação, acabava por não ser muito relevante, provavelmente pagava mais, mas, no bolo total daquilo que era a publicidade que fazia no país, não teria um peso significativo, mas, para aquilo que eram os pequenos anunciantes, em que viam o comércio local, as pequenas empresas, ou seja, as empresas que estavam na base daquilo que era a economia do nosso concelho, particularmente da freguesia de Azeitão, que eram aquelas que, à partida, mais poderiam recorrer a esse meio de publicidade, estavam, efetivamente, numa situação de fragilidade, quando queriam recorrer ao mercado para fazer publicidade nesses meios e, provavelmente, não teriam recursos para o fazer, atendendo àquilo que era a situação de monopólio em que aquela hasta pública, feita pelo total dos “outdoors”, pelo total das estruturas, iria colocar o operador vencedor.

Também olhando para aquilo que era a recomendação de boas práticas da Autoridade da Concorrência, entendiam que a hasta pública deveria ser feita noutros moldes, nomeadamente dividindo esses 14 “outdoors” em lotes. Eventualmente, sugeriria 3 lotes e que não fosse permitido, nas regras da hasta pública, que operadores que tivessem o mesmo beneficiário efetivo pudessem adjudicar mais do que um lote, para garantirem que não havia

uma posição dominante no mercado, ou, então, até mesmo uma hasta pública feita “*outdoor*” a “*outdoor*”, que permitisse que os operadores fossem de maior dimensão e com uma presença a nível nacional ou de menor dimensão, locais ou que ainda não estivessem no nosso território, mas que aqui quisessem investir ou, pelo menos, testar o mercado e que, provavelmente, não estariam disponíveis ou não teriam a capacidade financeira para avançar para uma hasta pública de 14 “*outdoors*”, para que pudessem, também, concorrer e, eventualmente, ganhar estruturas, garantindo sempre, naturalmente, que não haveria uma posição dominante no mercado e que um ou mais operadores que tivessem o mesmo beneficiário efetivo, ou seja, tivessem a mesma pessoa a dominar diversas empresas, para que, portanto, naturalmente, tivessem, eventualmente, potenciais posições de conluio, não tivessem a dominância total do mercado ou de mais de 50 por cento do mercado.

A questão da livre concorrência, para eles, era fundamental, quer do ponto de vista daquilo que era o operador que concorria àquela hasta pública, quer, também, daquilo que eram os pequenos anunciantes que quisessem utilizar os serviços prestados por esses operadores e que, se essas estruturas fossem entregues numa posição de monopólio ou de dominância do mercado, teriam, naturalmente, muito mais dificuldade em poder aceder a esses meios de publicidade.

Portanto, nas condições em que a proposta era apresentada, os Vereadores do Partido Socialista votariam contra.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que tinha algumas dúvidas relativamente àquela proposta, principalmente naquilo que dizia respeito à dificuldade que era a participação dos operadores de pequena dimensão e a verdade era que havia alguns no concelho de Setúbal. Nesse sentido, tinham várias dúvidas e iriam pedir para que a proposta fosse retirada.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que queria fazer alguns esclarecimentos. Relativamente ao valor a aplicar na hasta pública, que estava expresso no último parágrafo da proposta, resultava da aplicação direta das taxas previstas no regulamento municipal aprovado e em vigor, o que não tinha acontecido na situação anterior e, depois, a base de licitação tinha sido muito superior àquilo que tinha sido o preço base.

Sobre as propostas por lotes, enfim, a prática, a experiência que tinham era que eram sempre as grandes empresas, até requerimento a requerimento, que vinham apresentar à Câmara os pedidos de painéis publicitários, mesmo quando não era esse o procedimento de uma hasta pública global para um número maior de painéis publicitários. Como viam, pelas deliberações que tinham tomado em reuniões anteriores, por norma, eram, genericamente, duas ou três empresas que faziam esse pedido.

De qualquer forma, aquela proposta poderia ser submetida a apreciação na reunião seguinte da Câmara, porque ainda havia prazos e margem para garantir o procedimento de hasta pública antes do fim da data em que terminava a atual concessão.

Portanto, achava que se podia acolher essa sugestão de retirada da proposta e agradecia que os Vereadores, depois, pudessem fazer chegar por escrito, para poder ser considerada alguma sugestão no sentido da melhoria da própria proposta.

Sr. Presidente – Disse que, portanto, retiravam a proposta e seria apreciada oportunamente.

Terminado o ponto do Ordem do Dia, o Sr. Presidente pôs à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, o que foi aprovada, por unanimidade.



C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Luís Simões – Fez a seguinte intervenção: “O meu nome é Luís Simões, sou delegado sindical do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores e represento os funcionários da Câmara Municipal de Setúbal, os Bombeiros Sapadores.

Em primeiro lugar, gostava de me dirigir ao Sr. Vereador Pina e pedir desculpa pelo burburinho de há pouco. Respeitamos na íntegra a sua intervenção e a de todos os Vereadores aqui presentes, assim como gostamos que respeitem as nossas e, como tal, fica este pedido de desculpa, mas a hora já vai longa e aproveitava, também, para se me é permitido fazer uma sugestão que já ouvi uma vez – creio que foi da Sra. Vereadora Sónia -, que uma alteração ao regimento seria de repensar, até porque as intervenções do público, creio que para o Sr. Presidente são de salutar, ter o povo a dar aqui a sua palavra e custa-nos um bocadinho ver que esteve aqui um casal das quatro e meia da tarde até agora e, há pouco mais de um quarto de hora, teve que se ir embora, porque tinha que ir apanhar o autocarro e não pôde usar aqui da palavra.

O tema que cá trago hoje já é conhecido e estivemos na Assembleia Municipal há dois dias atrás e estávamos convictos de que não seria necessário voltar, mas, infelizmente, nós trouxemos à Assembleia Municipal um tema que somos forçados a repeti-lo aqui hoje, porque, de reunião em reunião, de assembleia em assembleia, continuamos sem ter qualquer resposta e as respostas que são dadas não correspondem à verdade.

Nós viemos aqui no dia 17 de maio, à reunião da Câmara, e vamos ser persistentes naquilo que cá trouxemos, porque enviámos um e-mail, no dia 9 de maio, ao Sr. Presidente da Câmara, à Sra. Vereadora Carla Guerreiro, que tem o pelouro da Proteção Civil e ao chefe responsável dos Recursos Humanos, também, na qual denunciámos, aliás, reforçámos uma denúncia, que vem, inclusivamente, plasmada no pedido de demissão que fizemos, referente ao Sr. Comandante, pelas ilegalidades que comete, e é também motivo de estarmos no 8.º mês consecutivo de greve, que tem a ver com as alterações aos descansos complementares e obrigatórios dos trabalhadores, que vêm fixados no mapa anual e são constantemente alterados, não permitindo que haja uma regular - ainda agora ouvi esse termo - conciliação da vida laboral com a vida familiar. Eu ouvi o Sr. Vereador Pina a perguntar: “Isso é ilegal?” Eu, agora, gostava de fazer a mesma questão: “Isto é legal?” Alteram-se os turnos dias por dias, noites por noites.

A lei prevê, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que as trocas de turnos só sejam feitas após o descanso obrigatório. Isto é legal fazer, como o Sr. Comandante faz e com aprovação do Sr. Presidente da Câmara? As férias, qualquer trabalhador, a semana tem 7 dias, que esteja de férias 5 dias, é normal estar convocado para trabalhar num sábado ou num domingo, sem que seja com recurso a horas extraordinárias? Estas ilegalidades continuam, são frequentes. Nós denunciámos e denunciámos diretamente, apresentámos provas. Já o fizemos aqui, fizemos na Assembleia Municipal, e o Sr. Presidente teima em “chutar para canto” até quando? Desculpem-me a expressão, mas quando?

Aconteceu, na Assembleia um Deputado do PS fez uma intervenção e o Sr. Presidente teima em focar-se no Governo. Nós temos muitas guerras com o Governo, temos lutas a travar e negociações a travar, enquanto sindicato, com o Governo, mas em Setúbal o nosso problema chama-se executivo camarário. É um problema do Município com os trabalhadores, por isso, agradecemos que...

Estas pequenas coisas não estão no âmbito do estatuto que está para sair. Isto é lei, está na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e não é respeitado pela Câmara Municipal de Setúbal.

Recentemente, Sr. Presidente, não quis frisar, mas nós não tememos que seja frisado, até porque estamos conscientes do que aí vem, nós pusemos uma providência cautelar que veio indeferida relativamente à postura que a Câmara tem tido aos trabalhadores que estão a usar do direito à greve e gostava de alertar e fica já aqui, também, o alerta para todos e para a população, em geral, que na noite de ontem, por exemplo, estiveram 12 bombeiros ao serviço quando a DGAEP, para os serviços mínimos, manda estarem 22 bombeiros e quando o



próprio Regulamento Interno, já tão aqui discutido e o qual nós desafiámos para que seja feito um estudo com base na cidade de Setúbal, na sua zona industrial, no seu crescimento e desenvolvimento, um estudo que defina o que é que é o normal de ter bombeiros profissionais, bombeiros com cerca de 2 mil horas de formação inicial, que também é tema que não quero incomodar o Sr. Presidente, pois já percebemos qual a sua postura, que prefere apostar em subsídios e não ter responsabilidades, nem que isso promover trabalho precário, mas, enquanto sapadores, enquanto bombeiros profissionais e funcionários do Estado, queremos ter o tratamento conforme confere a Lei Geral do Trabalho em Funções públicas.

Eu tenho aqui uma nota, porque o Sr. Presidente, nas primeiras vezes que aqui viemos, já há mais de um ano, frisou várias vezes que foi ponderado acabar com os bombeiros sapadores. Aliás, teve que ser alertado pela oposição que já começava a ser deselegante fazer uso desse termo constantemente. Acontece que o executivo não o fez na altura, mas, invariavelmente, esta a acontecer e vão estrangulando e vão fazendo com que isto, realmente, a pouco e pouco, isso vá ser uma realidade, independentemente daquilo que possa dizer. Isto fica aqui apenas em termos de desabafo, porque hoje o que nos traz aqui, com extremo desagrado, tem a ver com um processo que eu também referi na Assembleia Municipal, ao qual o Sr. Presidente me respondeu, me respondeu a mim, respondeu aos trabalhadores e aos deputados, a quem está presente, porque a resposta, quando é dada, não é diretamente para mim, creio eu.

Eu fiz uma questão relacionada com o processo que foi posto no CAD, processo esse que era mais rápido do que seguirmos pela via normal, de um outro tribunal, e a Câmara, apesar de relutante, acabou por aceitar ambos, no sentido de que seria um processo que seria mais célere, que não prejudicaria os trabalhadores, como se fosse num normal tribunal, porque levaria anos a que esta divergência - esta divergência não, este mal-entendido - da Câmara, porque não acontece em mais lado nenhum do país que tenha bombeiros sapadores - curiosamente, aqui, isto acontece - e que tem a ver com o reposicionamento no índice correto da tabela salarial.

Lamentavelmente, nós estivemos aqui e o Sr. Presidente, a resposta que me deu à questão que eu coloquei relativamente a este processo... Eu questionei o que é que estava a pensar fazer-se, porque já tinha passado um mês e porque tínhamos a convicção, baseado nas suas palavras, de quando é que se chamaria os bombeiros para darmos início a este procedimento da colocação correta, dos retroativos, daquilo tudo que o tribunal, aliás, que o CAD mandou, o que equivale à decisão de um tribunal de 1.ª instância e o Sr. Presidente resumiu-se a dizer que cumpriria a sua palavra. Felizmente, a Assembleia Municipal também é gravada e o senhor disse que cumpriria a sua palavra.

Saímos daqui sem respostas, a não ser estas vagas respostas e estes “pontapés” para o Governo e para o estatuto e basicamente continua a não se dar relevância às nossas reclamações e denúncias, acerca das condições degradantes em que trabalhamos. Nós saímos daqui e, curiosamente, nem uma hora depois de sairmos daqui, eu recebi um telefonema do senhor advogado do sindicato e embarga-me um pouco a voz, porque recebemos a notícia de que a Câmara tinha recorrido para o tribunal desta decisão da CAD.

Eu procurei encontrar adjetivos e não consigo encontrar adjetivos nem qualquer enquadramento desta atitude tão desprezível, envolta em mentiras, porque o Sr. Presidente da Câmara - ainda bem que estão gravadas -, na reunião de 20 de junho, às 4 horas e 40 minutos e 30 segundos, frisou aqui, em resposta ao senhor vereador, que não iria recorrer, que o que precisava, que tinham todo o gosto de pagar aos bombeiros aquilo que era devido, tinha era que haver um documento, uma decisão de um tribunal, para tornar esse ato legal, porque, senão, não o poderiam fazer.

Na reunião de dia 7 de setembro, à 1 hora 1 minuto e 53 segundos até à 1 hora e 7 minutos e 53 segundos, fez mais um discurso bom para enganar eleitores, de que isso ia ser assim. Isso foi também afirmado pelo Sr. [Vereador] Carlos Rabaçal, numa dessas duas reuniões, que disse, inclusivamente, que bastava uma ação declarativa, nem precisava de ser uma ação judicial, que houvesse uma ação declarativa no sentido do que também entendiam como ser

lógico, o posicionamento no índice correto dos bombeiros, que, no dia a seguir, fariam o pagamento.

Nós estamos aqui a falar de expectativas que foram criadas em dezenas de famílias, Sr. Presidente. Eu disse na Assembleia Municipal, o senhor é o representante máximo da democracia no Município. O senhor, quando mentiu, não mentiu aos bombeiros, o senhor mentiu aos senhores Deputados que estavam na Assembleia, mentiu aos senhores Vereadores e mentiu àqueles que o elegem. Mentiu, também, aos militantes de um partido que usa o chavão dos trabalhadores, que apontam para as condições laborais dos trabalhadores, para os aumentos.

O senhor tinha aqui a possibilidade de ter dado melhor condições a 30 família e sabe o que fez? Apresentou um recurso em tribunal que vai levar anos e anos até que nós tenhamos aquilo que nos é [devido] por direito.

Eu aproveito para dizer que é lamentável que norte a sul do país onde há bombeiros sapadores, os nossos camaradas têm como principal inimigo o fogo, mas esse, para nós, é previsível. Nós, em Setúbal, o nosso principal inimigo chama-se executivo camarário, porque nos bate nas costas, diz-nos palavras bonitas e, quando viramos as costas, cravam-nos um machado nas costas.”

Em fundo: “Muito bem!”

Seguiu-se uma salva de palmas, que durou cerca de 15 segundos.

Sr. Presidente (parcialmente por cima da salva de palmas) – *“Naturalmente, as consequências terão de ser feitas. Eu tenho essa responsabilidade de gerir esta Câmara Municipal e, portanto, naturalmente que haverá consequências. Peço imensa desculpa, mas a iniciativa não depende de mim. Não sou eu o responsável por aquilo que aconteceu aqui, certo?*

Depois, o senhor representante do sindicato pode, naturalmente, dizer tudo aquilo que os senhores ouviram, os senhores vereadores ouviram. Naturalmente que a intervenção fica gravada, também, e, naturalmente, que também terá as consequências.

Só para que não haja dúvidas relativamente àquilo que acabou de dizer, eu só queria dizer duas ou três coisas, não é preciso dizer mais, porque, também com este tipo de intervenções, não dá para conversar muito mais, mas é preciso repor a verdade dos factos. É preciso repor a verdade dos factos.

Quando eu cheguei aqui à Câmara Municipal e ganhei as eleições, eu fui lá ao quartel. Vocês colocaram essa questão e eu disse, porque havia um compromisso anterior, que, se houvesse...

Todos os pareceres técnicos que nós temos – jurídicos, naturalmente -, vão no sentido... E vocês conheciam-nos, porque eu não estava cá na altura.

Todos os pareceres jurídicos aconselham o executivo municipal a não dar procedimento àquilo que os senhores pretendiam e o que me foi dito, na altura, foi que era uma questão que nós deveríamos ponderar e se, de facto, houvesse uma entidade, um parecer de uma entidade, que nos dissesse que nós poderíamos avançar, satisfazendo essa reivindicação dos bombeiros.

Aquilo que tinha dito, e que era o compromisso anterior que já havia, era que procederiam em conformidade. Tanto tinha sido assim que tinham cumprido esse compromisso de que, quando se encontrasse uma solução, acompanhariam essa solução e tinha vindo a acontecer. O sindicato tinha proposto que fossem para o Tribunal Arbitral, porque era um processo mais fácil de encontrar.

Aquilo que eu disse na Assembleia Municipal [foi] que nós ouvíamos as coisas que nos são favoráveis mas temos de ouvir as outras, porque são questões sérias e, por isso, temos de ser ponderados, também. Aquilo que eu disse na Assembleia Municipal, embora o representante do sindicato tenha dito que eu não tinha respondido, mas, aquilo que eu disse na Assembleia Municipal foi que a Câmara Municipal dependia de outras entidades. Quando



há um tribunal, mesmo sendo um tribunal arbitral, que tem uma posição e que se baseia em argumentos que, depois, os nossos advogados vão avaliar e chegam à conclusão que isso põe em causa a Câmara Municipal, naturalmente que a Câmara Municipal tem de recorrer.”

Vozes, em fundo.

Sr. Presidente – *“Senhores, eu peço a vossa atenção, porque, quando eu digo e quando assumi este compromisso mantenho-o até ao fim e também o que eu digo é isto – e os senhores sabem isto muito bem -, que pode haver as decisões todas dos tribunais, aliás, é normal isso acontecer, que haja decisões e que, naturalmente, quando se põem em causa os interesses da entidade em causa, naturalmente que se recorre para as instâncias e, portanto, naturalmente que, neste caso, o que os nossos advogados avaliaram da decisão e dos termos da decisão foi de, naturalmente, recorrer, porque o que estava em causa era que a Câmara Municipal, a proceder daquela forma, nos termos da aprovação, punha em causa, naturalmente, aquilo que é a responsabilidade que a Câmara Municipal tem, ou o executivo municipal, perante as entidades que tutelam a Câmara Municipal.*

Esta é a questão, mas também eu vos disse que, para esclarecer melhor essa questão, porque, de facto, eu digo-vos isto desta forma, não sou jurista, nem advogado, muito menos, mas o que eu vos disse é que, para melhor esclarecer esta questão, que a Sra. Vice-Presidente, que tem o pelouro dos recursos humanos, iria marcar uma reunião com o sindicato, no sentido de apreciarem melhor essa situação. Foi isso que eu prometi. É isso que está comprometido e eu suponho que já terão recebido esse pedido de reunião.”

Voz, em fundo.

Sr. Presidente – *“O assunto é esse, só pode ser, esse e outros que queiram tratar, porque, também, ao contrário daquilo que tem sido dito, a Câmara Municipal tem estado sempre disponível para dialogar com o sindicato.*

Vozes, em fundo.

Sr. Presidente - *A Câmara Municipal tem estado sempre disponível para dialogar com este sindicato e com todos os outros sindicatos, o que tem feito com regularidade. Também, como eu já tinha esclarecido, relativamente aos trabalhadores bombeiros da Câmara Municipal, com regularidade eu faço reuniões, vou lá ao quartel. Naturalmente que assistem às reuniões os bombeiros que entendem assistir à reunião. Conversamos, discutimos, cada um expõe as suas razões. Naturalmente que também não há aqui, da nossa parte, nenhuma ideia ou alguma vez colocámos a questão de haver sempre identificação de pontos de vista. Naturalmente que não é isso que está em causa, cada um tem o seu ponto de vista. O que é o objetivo é que o que está em causa é um serviço público e o objetivo é que nós encontremos um caminho, que o serviço público não seja posto em causa. Esse é o grande objetivo de todas as partes, suponho eu. Da Câmara Municipal é uma obrigação e, também, dos sindicatos, enquanto representantes dos trabalhadores.*

Portanto, aquilo que eu irei continuar a fazer, eu suponho que já está marcada, também, uma reunião para eu ir lá ao quartel falar com quem quiser falar comigo, os trabalhadores, não é? E, portanto... E também já expliquei porque é que há esta diferença entre eu ir lá falar com os trabalhadores e porque é que há uma outra forma de tratar com os sindicatos. Também já expliquei claramente. Acho que também é um entendimento que eu tenho e, portanto, não há aqui, nunca houve, nem com o sindicato dos bombeiros nem com qualquer outra entidade, nem com qualquer outro trabalhador da Câmara Municipal, qualquer situação que tenha a ver com o não ouvir aquilo que os trabalhadores têm a dizer, seja aquilo que for, podemos é estar de acordo ou não estar de acordo, isso é outra questão.

Portanto, relativamente a estes assuntos, eu não sei se a Sra. Vice-Presidente quer dizer mais alguma coisa. Da minha parte...”



Sr. Vereador Fernando José – “Sr. Presidente, (...), se calhar, depois, a senhora Vereadora poderá, até, esclarecer. Eu, começo pelo final, de dar como positivo o facto de a Câmara ter dado aqui um passo, no sentido de abrir uma porta de diálogo convocando o sindicato, mas, no meio desta situação toda, isso é o somenos. Eu quero ter a confirmação do Sr. Presidente, porque não estou a acreditar.

Aquilo que foi dito aqui pelo representante do sindicato, dirigente sindical, foi que, face a uma decisão do tribunal arbitral, que a Câmara de Setúbal recorreu. Eu não acredito que isto seja assim, deve haver aqui uma confusão. Não acredito que isto esteja a acontecer. E, porque é que não acredito, Sr. Presidente? E por isso é que lhe peço esse esclarecimento, se isso é mesmo assim? Porque, perante uma questão que eu lhe coloquei aqui em reunião de Câmara, uma questão concreta que lhe coloquei aqui em reunião de Câmara – e nem sequer precisamos de ir à ata, está tudo gravado -, numa reunião de Câmara, eu recordo-me perfeitamente de lhe ter dito que na minha opinião, apenas a minha opinião, que os trabalhadores tinham razão, tinham razão naquele processo, e o Sr. Presidente disse: “Bem, mas nós temos pareceres que não vão de acordo e, portanto, existe, aqui, uma divergência de interpretação” e nós entendemos.

Aliás, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal fez também uma intervenção nessa reunião, que foi, precisamente, também nesse sentido, que existe uma divergência de interpretação e, portanto, a Câmara Municipal de Setúbal, face a essa divergência, tinha que ter aqui um organismo - e acertou isso com os trabalhadores -, no sentido de haver uma decisão, portanto, dessa decisão do tribunal arbitral, de um acordo que foi feito com os trabalhadores. Isto, houve um entendimento com os trabalhadores, no sentido de isto ser dirimido em tribunal. E há um compromisso por parte da Câmara Municipal de Setúbal, do Sr. Presidente, que, se o tribunal arbitral desse razão aos trabalhadores, que iria assumir essa decisão. Eu perguntei-lhe isso três vezes.

Sr. Presidente, eu tenho a certeza que lhe perguntei isto três vezes e o Sr. Presidente disse para não duvidar da sua palavra, que a sua palavra era uma palavra que valia e, portanto, eu não acredito. Não acredito, Sr. Presidente, não acredito. Deve haver aqui uma confusão que tenha existido recurso por parte da Câmara Municipal de uma decisão destas, sem nós termos, sequer, conhecimento. Isto não nos foi dado conhecimento.

É que o Sr. Presidente respondeu à bancada dos vereadores do Partido Socialista dizendo que a decisão do tribunal arbitral é que iria valer e que iria resolver este problema de interpretação. Eu percebi, eu disse: “Nós resolveremos isto de outra maneira, mas perceberemos” e, agora, aquilo que nos é dito é que houve um recurso.

Então, mas, afinal de contas, no que é que ficamos? Isto é verdade, que houve recurso? E, se houve recurso, Sr. Presidente, nós não conseguimos perceber. Realmente, estamos... A hora já vai, já estamos aqui há não sei quantas horas, e eu fiquei... Olhe, sinceramente, fiquei com um nó no cérebro com aquilo que me foi dito agora, desculpe lá.”

Sr. Presidente – “Já fica esclarecido, senhor Vereador.”

Sra. Vice-Presidente – “Sr. Presidente, se eu puder esclarecer...”

Sr. Presidente, eu tenho tido esta responsabilidade de negociar com os sindicatos, com os bombeiros, e eu estive presente nas mesmas reuniões que o Sr. Luís e o Sr. Cláudio e o Sr. José.

Nós, em junho de 2022, foi-nos pedido para acedermos à CAD. Numa das reuniões, eu transmiti ao sindicato que nós não iríamos aceitar aceder à CAD e não sei se se recordam qual é que foi o principal motivo, porque nós, da avaliação que fizemos e do aconselhamento que tínhamos na altura, a decisão do CAD não podia ser passível de recorrermos da decisão, de recurso. E, perante esse facto, a Câmara não iria aceder ao CAD, preferia esperar e colocar a ação no tribunal normal.

Os senhores trouxeram-me uma posição, dizendo que a decisão do CAD era passível de recurso. Eu trouxe essa posição aqui ao executivo municipal e, perante essa condição, nós



decidimos aceder ao CAD. Portanto, nunca, da nossa parte, foi dito que nós não iríamos recorrer, se não fosse...”

Vozes, em fundo

Sra. Vice-Presidente - *“É assim, se vocês querem ir por esse caminho, eu não vou estar a discutir sozinha com 20 pessoas.”*

Sr. Presidente - *“Eu chamo a atenção... Sra. Vice-Presidente, eu chamo a atenção. Aqui, respeitam-se as pessoas quando falam. Os senhores, tenho muita pena, mas têm o seu tempo, nos termos das regras que esta... Têm o seu tempo, nos termos das regras de funcionamento da Câmara Municipal, como nós temos essas obrigações, também, de cumprir. E, portanto, eu espero que compreendam isso e que a Sra. Vice-Presidente possa falar. Faça favor.”*

Sra. Vice-Presidente - *“Portanto, foi perante estas condições e estávamos lá os três. Estava o vosso advogado, também. Do nosso lado, estava o Dr. António Pinto. E foi sob estas condições que nós decidimos aceder a questão da CAD. Foi assim, com a possibilidade de podermos apresentar recurso, se fosse necessário. E foi isso, perante a análise da sentença que recebemos da CAD e em aconselhamento com os nossos advogados, que decidimos interpor o recurso, até porque a própria decisão do tribunal só dá como parcialmente provados alguns factos, não dá como totalmente provados. E isso, para nós, foi uma condição muito importante.*

Para além do mais, também na nossa decisão de recorrermos, pesou o facto de existir um outro processo paralelo em tribunal, do qual a Câmara também recorreu. Eu acho que, às vezes, aqui, na reunião da Câmara, tem havido alguma confusão relativamente aos processos e que teve a ver com uma ação que foi interposta, para a anulação do despacho do Vereador Manuel Pisco, relativamente à questão da mobilidade intercarreiras.”

Vozes, em fundo.

Sr. Presidente - *“Deixem... deixem... Ó senhor, desculpem lá, deixem lá a Sra. Vice-Presidente terminar.”*

Sra. Vice-Presidente - *“Perante estes dois factos, nós decidimos que era mais prudente apresentarmos o recurso da decisão. Pronto, foi isto e é isto que eu vos ia transmitir e que faço intenção de transmitir, sobre este assunto e outros, porque há outros que me preocupam sobremaneira, especialmente relativamente à questão que o Luís falou, da providência cautelar, que eu acho que nós devemos falar sobre esses assuntos. Portanto, esta é a nossa posição e esta é a explicação dos motivos.”*

Voz, em fundo.

Sra. Vice-Presidente - *“E nós também, nós também. Portanto, Sr. Presidente, eu acho que, tendo em conta o avançado da hora e as coisas que foram aqui colocadas, era importante fazer esta explicação, para não ficar aqui a ideia de que a Câmara recorreu de ânimo leve ou de que a Câmara, quando fez...”*

Voz, em fundo.

Sra. Vice-Presidente - *“Não, a Câmara assumiu o compromisso de levar o processo a tribunal, não pelas vias do tribunal administrativo normal, mas...”*

Voz, em fundo.



Sra. Vice-Presidente – “Então, o senhor acha que nós íamos pôr uma condição de que o tribunal fosse passível de recurso sem, depois, poder usar essa ferramenta?”

Sr. Presidente – “Meus senhores, nós não estamos aqui numa troca de opiniões, estamos numa reunião de uma câmara municipal. Cada um tem o seu direito à expressão e tal. Naturalmente que a situação é uma situação complexa, penaliza todos. É verdade que penaliza todos.”

Voz, em fundo.

Sr. Presidente – “Senhores, eu acho que a Sra. Vice-Presidente já deu explicações. Eu mantenho aquilo que sempre disse. Agora, há aqui uma questão, quando um advogado, que é quem defende a Câmara Municipal do ponto de vista jurídico, diz que a Câmara Municipal, com aquela decisão, põe em causa a própria Câmara Municipal, naturalmente que eu tenho que ser responsável.

Nós, executivo, temos de ser responsáveis. Isto pode doer a muita gente, se calhar até a mim, não é?, que assumi essa responsabilidade, essa intenção. Assumi, é verdade. Se eu não tivesse assumido não tínhamos aceite a vossa proposta, senão...”

Voz, em fundo.

Sr. Presidente – “Ó senhor (...), pronto. Vamos lá, a questão é assim: A Sra. Vice-Presidente já pediu para haver uma reunião com o sindicato e, portanto, haverá, naturalmente, uma forma de dialogarmos sobre este assunto e ver como é que podemos seguir este processo. Como sabem, há um conjunto de outras questões que também é importante resolver, porque esta situação, já o disse e volto a dizer, na minha opinião, que é uma opinião de alguém que já anda por aqui há uns anos, quem fica sempre prejudicado, no final disto tudo, essa é a minha opinião. É a minha opinião, mas isso é a minha opinião.”

Voz, em fundo.

Sr. Presidente – “É a minha opinião, vale o que vale, mas eu não quero deixar de a manifestar. Já a manifestei várias vezes.”

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Fez a seguinte intervenção: “Bem, eu não me posso pronunciar muito, porque eu não conheço. Precisaria mesmo de, atentamente, ter acesso ao “dossier”, a vários documentos, para conseguir dizer algo com conhecimento em causa, não é? Conhecimento de causa.

Mas, neste caso, e pelo que eu oiço e dada a responsabilidade do executivo camarário, nós temos que ter uma coisa ciente, que é, tal como o Sr. Luís disse, já houve uma noite em que, em vez de 22 bombeiros estiveram 12. Nós não sabemos se é uma noite, se são muitas, se são várias, se são dias, o que é que são.

Agora, a questão é que nós estamos aqui pelos setubalenses e azeitonenses e pela segurança de todos e, se estamos a perdurar uma situação, não basta dialogar. Nós temos que realizar alguma coisa, fazer alguma coisa em concreto, porque as coisas perdurarem - e nós sabemos como é que é o sistema de justiça, infelizmente, em Portugal -, as coisas perdurarem não vão dar soluções, não diria imediatas, mas, a curto prazo. E isso é uma coisa que temos de ter em conta. 12 bombeiros em vez de 22, bombeiros insatisfeitos, bombeiros... Quer dizer, são soldados da paz e estão pela nossa segurança, de todos, setubalenses e azeitonenses - e são esses que nós representamos aqui.”

Sr. José Alves – Fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente, peço desculpa, e senhores Vereadores, senhores Vereadores, peço desculpa. Estou um pouco anasalado, mas, o que

me trouxe aqui? Acho que estes homens e os outros que estão lá em cima merecem a minha presença aqui. Eu sou o chefe naquela Companhia de Bombeiros Sapadores, comando o Pelotão B e tenho 58 anos e uma das coisas que o homem que me criou, o Sr. Artur Alves, que já cá não está, me disse sempre foi que: “Filho, não te esqueças de uma coisa: A palavra de um homem vale mais do que qualquer papel escrito”.

Nunca mais eu esqueci-me disto e tanto, que quando casei, a minha mulher quis casar e eu disse-lhe: “Não vale a pena casar, porque eu assumo o compromisso contigo para o resto da vida. Para mim, o papel não vale nada” e estamos casados há 35 anos. Isto para dizer que a palavra de um homem vale mais que tudo na vida.

O Sr. Presidente foi àquela casa, à Companhia de Bombeiros Sapadores, e comprometeu-se que não iria recorrer da decisão. O Sr. Presidente, agora, também tem que aguentar. Antes de o senhor ser Presidente, a Sra. Presidente Maria das Dores Meira esteve naquela casa e expusemos-lhe o problema e a própria disse: “Eu nunca aceitaria isto, num mês isto vai ficar resolvido”. Palavra de político e – tenho que dizer -, mais uma vez, (...) e, até hoje, andamos nisto.

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que foi, durante alguns anos, vereador da Proteção Civil e que fez uma declaração nesta sala e que nomeou-me a mim, que eu estava aqui presente, de várias reuniões que tivemos, e que ele propôs que nós arranjássemos uma ação declarativa em que, quando arranjássemos - já se foi ele que propôs e disse nesta sala -, quando arranjássemos, quando houvesse um organismo, uma entidade, que tivesse essa ação declarativa, nem era preciso der uma ação judicial, a Câmara pagava no dia seguinte e a palavra de um homem vale tudo na vida. A mim, quem me não falta à palavra só me falta uma vez e, se os senhores dizem que...

E a Sra. Vice-Presidente, eu disse logo naquele dia da reunião, que só iria aceitar ir ao CAD porque podiam recorrer, porque, senão, nunca lá iria, nunca iam aceitar. Eu estou um pouco exaltado porquê? Porque, quando eu dou a minha palavra, eu posso até ficar mal mas eu cumpro aquela palavra, e isso...

Eu, se estivesse no lugar do senhor e do senhor, demitia-me. Demitia-me. E, agora, posso fazer uma pergunta ao Sr. [Vereador] Carlos Rabaçal? Não? Então, pronto.”

Sr. Presidente – “Ó senhor, faça-me a pergunta a mim que é melhor.”

Sr. José Alves – “Então, vou passar, só... É porque isto está gravado.”

Sr. Presidente – “Sr. José Alves, isso pode utilizar quando entender. Acabe lá a sua intervenção, está bem?”

Sr. José Alves – “Não, não quer que eu confirme?”

Sr. Presidente – “Isso aí utiliza quando entender e quando...”

Sr. José Alves – “Pronto, isto está gravado. Isto está gravado no WhatsApp, a sessão é pública, está gravada e... Não, não vale a pena. Agora, vou-lhe referir, mais uma vez: Palavra dada, Sr. Presidente, deve ser sempre honrada - e o senhor não honrou a sua palavra.

Convido-a a não aparecer, a não ir aos Bombeiros Sapadores. Convido-o. E mais, mais: Se o senhor confia tanto no Sr. Comandante Paulo Lamego, fica a saber: Até agora, tínhamos estado a cumprir a decisão do Colégio Arbitral, 22 homens por pelotão, nomeados ou como quiserem pelo sindicato, sem receber uma hora. Estávamos ao serviço da população. Passámos a cumprir a escala do Sr. Comandante. Sabe o que é que se passa? Sexta-feira estão 11 elementos de serviço, 11; ontem, estiveram 13. Se acha que chegam para uma companhia de bombeiros sapadores, para uma população de 120 [mil habitantes], é pá, tudo bem.

Sabe porquê? Eu vou-lhe explicar porquê. A maioria dos eleitos desta casa, pelo menos quem tem funções de executivo, devem morar poucos em Setúbal ou devem ter pouca família em Setúbal, porque não sabem o que é estar à espera de uma audiência, que, ainda hoje, se foi abrir uma porta e estava-se à espera de uma ambulância que vinha de Oeiras, Paço de Arcos, não é daqui ao lado.”

Sr. Presidente – “E a responsabilidade é da Câmara Municipal?”

Sr. José Alves – “Tem uma ambulância parada, tem uma ambulância parada.”

Vozes, em fundo.

Sr. Presidente – “Ó, eu... Essas questões...”

Sr. José Alves – “E tenho dito. Obrigado por me ouvirem e todos aqui têm culpa, até nós. Até nós temos culpa.”

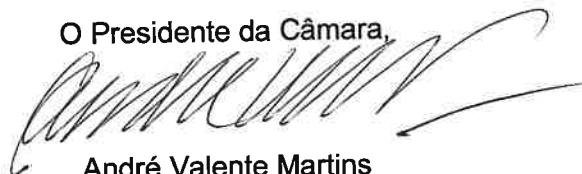
Sr. Presidente – “Obrigado. Senhoras e senhores vereadores, damos, assim, por terminada a nossa reunião.”

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 23 horas e 43 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

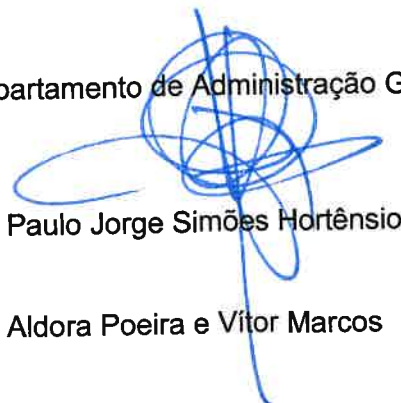
O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 25 de outubro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 78 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes, Aldora Poeira e Vítor Marcos

Conferida por: Ana Paula Lico

Revista por: Paulo Hortênsio